



Universidade do Estado do Pará
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado
Linha de Pesquisa: Saberes Culturais e Educação na Amazônia

Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes

**A Política de Educação Profissional do Governo
Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959**
Análise do desenvolvimentismo

Belém
2016

Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes

**A Política de Educação Profissional do Governo
Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959**
Análise do desenvolvimentismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Simões Rodrigues.

Belém
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA

Mendes, Heriton Wenceslau dos Anjos Santos

A Política de Educação Profissional do Governo Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959: análise do desenvolvimentismo / Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes; Orientadora Denise Simões Rodrigues. - 2016.

145f. : il.; 20 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.

1. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Pará. 2. DESENVOLVIMENTISMO - Brasil. 3. INSTITUTO LAURO SODRÉ - Pará. 4. MAGALHÃES BARATA - Pará. I. Rodrigues, Denise Simões, Orient. II. Título

Heriton Wenceslau dos Anjos Santos Mendes

**A Política de Educação Profissional do Governo
Magalhães Barata no Estado do Pará - 1956 a 1959**
Análise do desenvolvimentismo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Simões Rodrigues.

Data de aprovação: 13 /12 / 2016

Banca Examinadora:

Orientadora da UEPA
Prof^a. Dr^a. Denise de Souza Simões Rodrigues
Doutora em Sociologia

Examinador da UFPA
Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo
Doutor em Educação

Examinadora da UEPA
Prof^a. Dr^a. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Doutora em História, Filosofia e Educação.

A maneira como os homens se organizam para produzir a sua existência material e cultural, ou seja, a forma social que constroem para viver e se reproduzir determina o modelo de educação nas diversas sociedades humanas, historicamente contextualizadas. Neste sentido, a educação enquanto uma dimensão social da cultura humana evidencia o seu caráter reprodutor da ordem social, na medida em que responde aos interesses das estruturas econômicas das classes que detém a hegemonia, ou seja, daqueles que exercem uma direção moral e intelectual de dominação na sociedade. Por outro lado, considerada como um processo cultural, a educação interfere sobre a própria vida social, tanto no que concerne ao desenvolvimento de suas forças produtivas, como de seus valores socioculturais, portanto atua sobre a vida e sobre si própria, construindo, desconstruindo e reconstruindo a própria cultura e a sociedade em geral. (LÚCIA MÉLO, 2012)

AGRADECIMENTOS

A Deus!;

A Nossa Senhora de Nazaré e a São Jorge, que me deram a sustentação espiritual nos momentos mais difíceis que se abateram nos anos de 2015 e 2016;

A minha esposa Elisangela da Cunha Abdelnor Mendes, que me proporcionou o apoio necessário durante a caminhada do Mestrado;

A minhas filhas Karin Hevelin da Silva Mendes, Hemanuely Sthefany da Silva Mendes e Maria Vitória Abdelnor Mendes;

Aos meus pais Edson W. dos Santos Mendes e Teodora dos Anjos S. Mendes;

Aos incentivos de meu finado sogro José Maria Abdon Abdelnor e do professor João Malheiro;

A professora Dr. Lúcia Mélo por suas orientações;

A minha amiga e professora Adrea Cozzi por seus conselhos;

A todos os meus colegas mestrandos pelos grandes momentos de discussão e aprendizagens;

Aos professores do Programa de Mestrado da Universidade do Estado do Pará, que muito contribuíram para o amadurecimento da pesquisa;

A minha orientadora professora Dr. Denise de Souza Simões Rodrigues, por toda compreensão e ensinamentos.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa que engloba dois Campos de pesquisas, o da História da Educação e o da Educação e Trabalho. Fundamenta-se teoricamente no marxismo, com ênfase na concepção de educação do filósofo Antônio Gramsci. Problematisa a influencia da ideologia do desenvolvimentismo na política de educação profissional do Estado do Pará no governo de Magalhães Barata, entre 1956 e 1959. Tem como objetivo geral analisar a política de educação profissional, buscando explicar como essa modalidade de educação se desenvolveu no governo paraense tendo em vista o grande crescimento industrial que o país estava atravessando. Os objetivos específicos são respectivamente uma descrição do percurso teórico metodológico utilizado na pesquisa; caracterização dos aspectos políticos e econômicos em torno do desenvolvimentismo ocorrido no Brasil na década de 50; e descrição e análise da política de educação profissional adotada no Estado do Pará, entre 1957 e 1959, com ênfase para educação profissional ocorrida no Instituto Lauro Sodré. Utiliza o método dialético e fontes documentais históricas e bibliográficas na pesquisa. A metodologia é configurada por uma pesquisa qualitativa, que fez uso tanto da pesquisa bibliográfica quanto da pesquisa documental histórica. O resultado da pesquisa concluiu que apesar do governador Magalhães Barata ter reformado o Instituto Lauro Sodré - único estabelecimento de ensino profissional do Estado do Pará da época) - e melhorado a sua relação comercial este ensino manteve-se na perspectiva do assistencialismo e desatualizado em relação ao que estava sendo apresentado pela economia nacional, visto que não foram criados novos cursos, com vista a atender o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Desse modo, a educação profissional do governo de Magalhães Barata foi pouco influenciada pela ideologia do desenvolvimentismo.

Palavras chaves: Desenvolvimentismo. Educação profissional. Instituto Lauro Sodré. Amazônia. Pará.

ABSTRACT

In this master's dissertation I present a research that includes two fields of research, the History of Education and Education and Work. It is theoretically based on Marxism, with emphasis on the conception of education of the philosopher Antônio Gramsci, problematizes the influence of the ideology of developmentalism in the Politics of Professional Education of the State of Pará in the Government of Magalhães Barata between 1956 and 1959. Its general objective is to analyze The Professional Education Policy, trying to explain how this modality of education developed in the Parana government in view of the great industrial growth that the country was going through. The specific objectives is a description of the theoretical methodological route used in the research; Characterization of the political and economic aspects around the developmentalism occurred in Brazil in the 50's; And description and analysis of the Professional Education Policy adopted in the State of Pará between 1957 and 1959, with emphasis on Professional Education at the LauroSodré Institute. It uses the dialectical method and historical and bibliographic documentary sources in the research. The methodology is configured by a qualitative research, which made use of both bibliographic research and historical documentary research. The result of the research concluded that, despite Governor Magalhães Barata having reformed the Lauro Sodré Institute (the only professional education institution in the state of Pará at the time) and improved its commercial relationship, this teaching remained in the perspective of assistance and outdated in relation To what was being presented by the national economy, because no new courses were created, in order to meet the Plan of Goals of the Government of Juscelino Kubitschek. In this way, the Professional Education of the Government of Magalhães Barata was little influenced by the ideology of developmentalism.

Keywords: Developmentalism. Professional education. Lauro Sodré Institute. Amazon. Pará

LISTA DE FIGURA

FIGURA 01: BOLSA DE VALORES DE NOVA YORK	66
FIGURA 02: PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS.....	69
FIGURA 03: NOTÍCIA DO SUICÍDIO DO PRESIDENTE VARGAS.....	73
FIGURA 04: PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK	74
FIGURA 05: TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA.	79
FIGURA 06: PRAÇA DOS TRÊS PODERES.....	80
FIGURA 07: GENERAL MAGALHÃES BARATA.....	84
FIGURA 08: INSTITUTO LAURO SODRÉ	111
FIGURA 09: OFICINA DE MARCENARIA E CARPINTARIA	118
FIGURA 10: OFICINA DE SAPATO	119

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 01: DIVISÃO DOS TRABALHOS POR INSTITUIÇÃO.....	59
GRÁFICO 02: DIVISÃO DOS TRABALHOS POR ANO.....	59
GRÁFICO 03: A PRODUÇÃO NACIONAL E IMPORTAÇÃO DA BORRACHA NOS ANOS DE 1956 E 1957.....	96

LISTA DE SIGLAS

ALEPA- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

ANPED - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

BPAV- BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANNA

CELPA- CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ

CESUPA- CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARÁ

FCP- FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

FCPTN - FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES

GT - GRUPO DE TRABALHO

INPA - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZÔNIA

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PPGED - PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PUC/RJ- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

PUC/SP- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SPVEA - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

UEPA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

UFBA- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UFC- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

SUMÁRIO

RESUMO.....	18
ABSTRAC.....	19
LISTA DE FIGURA	20
LISTA DE GRÁFICO.....	21
LISTA DE SIGLAS.....	22
INTRODUÇÃO.....	24
SEÇÃO I - PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO.....	46
SEÇÃO II - O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA DÉCADA DO DESENVOLVIMENTISMO	62
2.1 A Origem do Desenvolvimentismo com a crise de 1929	64
2.2 O Governo Vargas.....	69
2.3 O Governo JK	74
2.4 O Governo Magalhães Barata.....	84
SEÇÃO III - A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE MAGALHÃES BARATA	98
3.1 O apoio às ações federais de educação.....	101
3.2 As oficinas do Instituto Lauro Sodré.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXO A - QUADRO DO ESTADO DA ARTE.....	139
ANEXO B - QUADRO DOS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DE BANCA.....	146
ANEXO C - QUADRO DO PLANO DE METAS.....	149
ANEXO D - DESPESA DO GOVERNO DO PARÁ COM EDUCAÇÃO EM 1956.....	151
ANEXO E - DESPESA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ EM 1956.....	152
ANEXO F - DESPESA DO GOVERNO DO PARÁ EM 1956.....	153
ANEXO G - RECEITA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ EM 1958.....	154

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a política de educação profissional adotada pelo Governo do Estado do Pará, entre 1956 a 1959, na gestão do governador Magalhães Barata, do ponto de vista da ideologia do desenvolvimentismo e do desenvolvimentismo que ocorreu nos mandatos dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek na década de cinquenta.

A motivação para a realização desta pesquisa iniciou pelo entendimento de que é possível ocorrer educação no exercício do trabalho. Quando o trabalhador executa uma determinada tarefa profissional e busca nessa prática profissional contribuir para o seu bem estar e para o seu aperfeiçoamento profissional há o aprendizado. A motivação foi sendo amadurecida no decorrer do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA), dado que possibilitou a realização de estágio na Biblioteca de Saúde do Centro Universitário do Pará (CESUPA) e na Biblioteca Central da UFPA. O curso foi concluído em 2007.

Em 2009 ingressei no serviço público do Governo do Estado do Pará no cargo de técnico em gestão cultural - bibliotecário, atuando na Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN), atualmente denominada de Fundação Cultural do Pará (FCP).

Trabalhei em uma Biblioteca Pública Estadual e em duas bibliotecas universitárias, sendo uma pública e outra particular proporcionou uma vivência com estudantes de realidades socioeconômicas diferentes. Na BPAV tive a oportunidade de realizar diversos eventos relacionados à cultura e a educação, o que proporcionou uma aproximação do mundo educacional e contribuiu para a conscientização de que havia uma relação estreita entre a política, o trabalho e a educação.

Foi de fundamental importância para a minha motivação às contribuições recebidas por parte dos professores nas aulas das disciplinas do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA) da linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Uma vivência

que fortaleceu ainda mais a minha permanente motivação e o amadurecimento do estudo em torno da educação profissional. Participei das seguintes disciplinas, que de modo diferenciado auxiliaram no meu aprendizado: Teoria Social em Educação (na qualidade de aluno ouvinte); Saberes Culturais e Educação na Amazônia; Epistemologia da Educação; Pesquisa em Educação; Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira e a Disciplina Seminário de Pesquisa.

Em relação às contribuições das disciplinas do PPGED/UEPA é possível destacar que: a disciplina Teoria Social em Educação proporcionou o fortalecimento do embasamento teórico da pesquisa em torno da relação educação e trabalho por parte dos filósofos Karl Marx e Antônio Gramsci; a disciplina Saberes Culturais e Educação na Amazônia abordou o imaginário social e o quanto o mesmo contribui para a manutenção cultural de uma sociedade; a disciplina Epistemologia da Educação contribui na busca da essência do objeto de pesquisa; a disciplina de Pesquisa em Educação fortaleceu a importância de manter o rigor científico; Através da disciplina Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Brasileira foi possível observar o trajeto histórico da educação introduzida no Brasil e constatar que ocorreram disputas que provocaram mudanças na sociedade brasileira; e a disciplina Seminário de Pesquisa valorizou a investigação científica, sua finalidade foi avaliar criticamente a metodologia em torno do objeto estudado colaborando para o desenvolvimento da pesquisa. Na prática ocorreram ciclos de comunicação do objeto de estudo dos alunos da turma de 2015 do PPGED/UEPA, nessa oportunidade realizei a comunicação do meu objeto de pesquisa a minha orientadora, aos meus professores, aos mestrandos e para a Dr.^a Lúcia Melo uma das interlocutoras da minha dissertação.

Essas experiências despertaram o interesse em pesquisar a educação direcionada ao trabalho destacando a sua política. Passei a ter um olhar mais crítico sobre a importância de uma educação de qualidade e do papel político para a sua concretização, eficiência e eficácia. Ficou também evidente a proximidade do curso de biblioteconomia da UFPA com o campo educacional apesar da grande ausência de disciplinas que contemplassem o tema educação na sua grade curricular. Isso fortaleceu o meu entendimento de que a educação não se separa da política, dado que não é possível melhorar a educação sem ocorrer um enfrentamento no campo

político. A política pode estar presente de forma pré-determinada ou ausente. Entendendo que a ausência da política não deixa de ser uma forma política de atuação. De acordo com Chauí (2006, p.352) a política vem:

Responder as diferentes formas assumidas pelas lutas de classes, a política é inventada de um modo que, a cada solução encontrada, um novo conflito ou uma nova luta podem surgir, exigindo novas soluções.

Na política todos tem o poder de expressar as suas considerações e contribuir para as tomadas de decisões, com ou sem conflitos. Este existe porque não há política sem conflitos. Podemos chamar de a democracia dos conflitos, onde todos podem se manifestar, podendo haver concordância ou não até alcançarem em comum acordo um entendimento de qual será o melhor caminho educacional a seguir em prol de uma profissionalização humanizada, intelectualizada e de valorização dos saberes que o operário traz de sua experiência cultural.

O enfrentamento político apenas ocorre quando há por parte da população uma conscientização política. Não há enfrentamento quando a percepção da política educacional restringe-se a visão do gestor público. O que pode evidenciar a ausência de conscientização por parte da população. A política educacional do gestor público se materializa nas suas metas, diretrizes e currículos educacionais. E na educação profissional é mais evidente a participação política do gestor no seu direcionamento, com vista a atender interesses hegemônicos de grupos industriais internacionais, nacionais, regionais e locais.

Esse entendimento da relação da educação e trabalho, com a dinâmica da política aliada a minha experiência e aos debates em sala de aula geraram questionamentos em torno das políticas públicas destinadas à educação realizada na Amazônia. Para Thury (2012, p. 20) historicamente:

A Amazônia sempre esteve subjugada a exploradores. Seja na época da colonização, da borracha ou da industrialização capitalista, seus recursos econômicos jamais foram transformados em benefícios reais para a região, o que resultou em uma [grande] problemática econômica, ambiental e social para a região.

As situações históricas de exploração de recursos da Amazônia são desproporcionais quando comparados aos investimentos destinados ao seu

desenvolvimento, que tinha recursos reduzidos à manutenção dos níveis necessários ao pleno desenvolvimento da sociedade amazônica.

Esse contexto de exploração da Amazônia foi se traduzindo em um interesse maior em descobrir o porquê não nos desenvolvemos no mesmo ritmo das outras regiões do país. O que nos falta não são recursos naturais, uma vez que a Amazônia além de ter uma grande diversidade com relação a sua fauna e flora, também é rica em recursos naturais. No entanto, a sua riqueza ou não foi beneficiada na região amazônica ou quando foi beneficiada não se transformou em melhorias a sua própria população apesar da Amazônia sempre ter sido muito explorada ao longo desses séculos de incorporação ao capital predatório que nortearam a sua globalização econômica.

A falta de mão de obra qualificada pode contribuir para o não beneficiamento dos recursos naturais. A natureza não pode ser transformada sem a participação do trabalho humano, logo ter recursos naturais não é um determinante exclusivo de geração de renda para uma região. A geração de renda somente é possível quando o conhecimento técnico passa a transformar a natureza em mercadorias de consumo.

O problema básico da maioria dos países subdesenvolvidos não é a pobreza dos recursos naturais, mas o subdesenvolvimento de seus recursos humanos. Por isso, sua primeira tarefa [é] formar capitais humanos. Colocando isso em termos mais concretos, significa melhorar a educação e as habilidades, criar perspectivas promissoras e desse modo aprimorar a saúde mental e física dos homens, mulheres e crianças. (HARBISON, 1969, p.175)

Dessa forma, para ocorrer à valorização dos recursos naturais é necessário ter um quadro de profissionais preparados para a realização do beneficiamento da natureza em bens de consumo. Esse é o parâmetro da valorização dos recursos naturais que não deve ser confundido com o valor financeiro do produto já beneficiado e pronto para a comercialização, que utiliza a exploração do trabalhador para gerar renda as indústrias.

Dessa forma, um dos principais motivos que levaram a Amazônia a não conseguiu reverter à exploração de suas riquezas em desenvolvimento foi à carência de mão de obra qualificada. Segundo Brito (2012, p. 24) historicamente foi

“[...] o avanço do capital [que] permitiu ampliar as necessidades de qualificação de mão de obra voltadas às carências do processo produtivo [...]”. Esse quadro fortaleceu a importância da qualificação do trabalhador para o beneficiamento dos recursos naturais para fins comerciais, já que a qualificação é uma exigência do mercado. Uma região quando não consegue qualificar a sua mão de obra passa a ser dependente de trabalhadores mais qualificados de outras regiões ou até mesmo de outros países. Esses trabalhadores em sua maioria recebem salários mais altos o que provoca um aumento no custo da produção e afeta o preço final do produto.

A Amazônia historicamente proporcionou a geração de emprego, no entanto essa geração foi incompatível com a ampliação da renda do trabalhador por conta da grande exploração do trabalho local. De acordo com Harbison (1969, p.175) é necessário entender que “[...] o progresso de uma nação depende em primeiro lugar e antes de tudo do progresso de seu povo [...]”. Esse contexto de exploração dos recursos naturais e do trabalhador da Amazônia provocou um desejo em pesquisar como ocorreu o movimento da educação profissional no Estado do Pará e as suas relações políticas e econômicas no período da história brasileira que ficou marcado pelo desenvolvimentismo do presidente Juscelino Kubitschek. Tendo interesse em descobrir como se posicionaram os setores produtivos do Estado do Pará e a sua elite política dirigente, especificamente focando as políticas destinadas à formação de mão-de-obra para a indústria paraense.

Assim, a minha motivação me levou a pesquisar a política de educação profissional que foi idealizada, planejada e colocada em prática no Instituto Lauro Sodré. Este era na época a âncora da educação profissional e trabalhava de forma subordinada ao Governo do Estado do Pará na gestão do governador Magalhães Barata, no período de 1956 a 1959.

A década de cinquenta foi marcada historicamente pelo desenvolvimentismo e pela ideologia do desenvolvimentismo. **Em relação à ideologia do desenvolvimentismo partimos do entendimento de ideia.** A ideologia está diretamente ligada à ideia.

A ‘ideologia’ foi um aspecto [...] do materialismo francês do século XVIII. O seu significado original era o de ‘ciência das ideias’ e já que a análise era o único método reconhecido e aplicado à ciência,

significava 'análise das ideias', isto é, 'investigação sobre a origem das ideias'. As ideias deviam ser decompostas nos seus 'elementos' originais e estes não poderiam ser senão 'sensações': as ideias derivam das sensações. (GRAMSCI, 1978, p. 64)

A ideologia pode ser utilizada para alienar, manipular ou superar um determinado pensamento no seu respectivo contrario, ou seja, é uma forma intelectual de se alcançar a superação da contradição de uma ideia, que se materializa em uma imagem. A finalidade da ideologia é sempre a busca da transformação ou manutenção de uma realidade.

A ideia de desenvolvimento de acordo com Motta (2011, p.2) tem a sua origem na América Latina "[...] nos anos 1930-40 no processo de enfrentamento dos problemas imediatos e severos da 'grande depressão' dos anos 1930, associada à concepção de modernização dos setores produtivos e sociais."

Uma determinada ideologia dominante não se define em função da classe dominante, mas da relação entre as classes. A ideologia dominante é uma expressão da relação das classes. Constituindo o Estado o nível concreto dominante da estrutura ideológica capitalista, o nível abstrato da ideologia que o envolve e o informa da conta de como a fração dominante da classe dominante entende as suas relações com as demais frações e as demais classes [...] se a ideologia é permeada pelas relações entre as classes, realidade fundamental nas sociedades de classes, e conseqüentemente os campos ideológicos também são permeados pela divisão em classes, então ao lado das ideologias dominantes também há ideologias dominadas. (CARDOSO, 1978, p.89)

A ideologia do desenvolvimentismo se implantou na década de cinquenta no governo do presidente Getúlio Vargas e foi incorporada pelo presidente Juscelino Kubitschek passou por três etapas que se complementaram ao longo dessa década. A primeira foi propiciou a promoção dos potenciais recursos naturais do Brasil, através do apoio a industrialização no momento da criação de grandes companhias, estatais e projetos desenvolvimentistas; a segunda etapa fortaleceu o trabalhador através de várias ações, regulamentações e discursos de valorização da importância da força de trabalho brasileira para o progresso do país; a terceira etapa passou pela campanha realizada principalmente na gestão de Juscelino Kubitschek da ideia de que o Brasil era na época uma excelente opção de investimento para os estrangeiros.

O presidente Juscelino Kubitschek queria transformar a imagem do Brasil de um país subdesenvolvido para a imagem de um país em desenvolvimento. Segundo Cardoso (1978) o presidente Juscelino Kubitschek centralizou o seu discurso no desenvolvimento e no progresso econômico do Brasil para ultrapassar a imagem que tinha de um país atrasado. No seu primeiro discurso no Congresso Nacional pronunciou sobre a transição da economia nacional, que passou da economia agropecuária e Industrial de transformação para a Indústria de base. O Juscelino Kubitschek valorizava o brasileiro em seu discurso, como também a busca pela paz e prosperidade.

Assim, a ideologia do desenvolvimentismo nada mais foi do que a ação de criar um imaginário de progresso para fortalecer a ideia tanto para os brasileiros quanto para os estrangeiros de que o Brasil estava diversificando a sua economia e a sua forma de produção, a princípio preponderantemente agrícola.

Na década de cinquenta os empresários e a sociedade foram conduzidos pelo imaginário desenvolvimentista, tendo como referência de progresso os países desenvolvidos. De acordo com Gramsci (1978, p.52) “[...] o progresso é uma ideologia [...] em cuja construção entram certos elementos culturais historicamente determinados [há] uma medição quantitativa e qualitativa: mais e melhor [...]”. A plataforma para a consolidação desse imaginário era a industrialização e apesar do Brasil ter iniciado a sua industrialização na década de trinta somente no início da década de cinquenta as indústrias brasileiras passariam por transformações que a colocariam em condições competitivas.

Segundo Kon (2006) houve uma transformação nos modos de produção de forma acelerada, pelo avanço tecnológico somado a urbanização, nos países desenvolvidos na década de trinta, já os países subdesenvolvidos somente na década de cinquenta passaram a acelerar as transformações de seus modos de produção.

Já o desenvolvimentismo não é a ideia, mas a sua concretização. Na percepção de Jaguaribe (1972) o desenvolvimento esta diretamente ligada à melhoria da qualidade econômica, a divisão social do trabalho, ao uso de tecnologia

e melhor utilização dos recursos naturais. Para Stormowski (2011, p.18) “[...] o desenvolvimento foi interpretado como solução tanto para as questões econômicas quanto as sociais [...]”. De acordo com Silva (2014, p. 34) o “[...] desenvolvimento tem por finalidade ser utilizado em múltiplos contextos, numa metamorfose histórica que camufla interesses [...]”. O interesse pelo desenvolvimento em regra são dos grandes empresários, políticos e classes sociais. Por trás de uma determinada realização política cuja finalidade é o desenvolvimentismo há uma ou várias classes sociais que tem interesse no projeto realizado.

Não há desenvolvimento sem um processo de rupturas significativas nas bases econômicas de uma sociedade. A busca do desenvolvimento do presidente Getúlio Vargas tem por origem a queda do café, que provocou a busca de novas formas de produção e gerou um novo modelo de mercado. Já na década de cinquenta os brasileiros vivenciaram um grande progresso industrial e fortalecimento da infraestrutura que já tinha iniciado no governo de Getúlio Vargas e que ganhou força no Governo de Juscelino Kubitschek. Ambos realizaram o desenvolvimentismo no Brasil, quando, por exemplo, construíram as grandes estatais, os audaciosos projetos de desenvolvimento, a construção de Brasília e da Rodovia Belém-Brasília.

Para Fernandes (2011, p.276-277) em relação à década de cinquenta que ficou marcado pelo desenvolvimentismo na Amazônia descreveu que foi:

Uma realidade que se [fortaleceu] enquanto medida de estímulo à ampliação e estratégia de diversificação da base produtiva regional, sinalizando uma mudança no padrão de intervenção federal na região que – quase uma década depois da promulgação da constituição de 1946 – acaba por se instituir formalmente através da criação da [...] (SPVEA) em 1953; e do [...] (INPA) em 1954. Ambas, instituições de caráter federal com o objetivo, entre outras coisas, de estimular a diversificação da base produtiva regional e fomentar a pesquisa e a produção de conhecimento para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para a região.

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) são exemplos de projetos que foram colocados em prática por uma política pública que tinha por finalidade diversificar as formas de produção da Amazônia. De acordo com Silva (2014, p. 37):

Em termo genérico as políticas públicas de desenvolvimento econômico trouxeram um grande contingente de imigrantes para região em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, estas políticas produziram uma série de problemáticas, a falta de infraestrutura, tanto das capitais quanto das cidades amazônicas, ocasionaram consideráveis impactos sociais, a concentração fundiária, os conflitos agrários, a violência rural e a insegurança alimentar, além dos impactos ambientais.

De uma forma geral os problemas provocados por essas políticas estão presentes até os dias de hoje na Amazônia, tendo em vista os conflitos agrários ainda deixam vítimas e que ainda falta infraestrutura. Ainda há regiões da Amazônia que não tem água potável, saneamento básico, escolas adequadas, postos de saúde em perfeito funcionamento, estradas pavimentadas e portos.

O desenvolvimento do Brasil na década de cinquenta também passou pelo seu aspecto cultural, que na época, passava pela concepção da elite. Em 20 de outubro de 1951 foi realizada a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo. De acordo com Oliveira (2001, p.18-19) “[...] a festa de abertura [reuniu] a nata da elite política, econômica e cultural do país. [...] O momento era pontuado por importantes transformações em toda a América Latina [...]”. E no Brasil não era diferente, apesar da cultura ser encarada de forma elitizada.

A cultura vivenciada nesse período representou mudanças significativas no estilo de vida da sociedade brasileira. Ocorreu a evolução das emissoras de rádio, que passaram a trabalhar com o entretenimento, com programas de auditório e radio novelas. Segundo Pessoa, Vianna e Santos (2013, p.1-3) “[...] somos de uma geração que não chegou a vivenciar a chamada "era de ouro" do Rádio no Brasil [...] sabemos que vários modelos de programa migraram para a televisão [...]”.

Em relação à televisão foi inaugurada a primeira emissora do Brasil, em setembro de 1950, em São Paulo, que recebeu o nome de **TV Tupi**. Foi um fato que provocou uma ascensão cultural e contribuiu para aumentar a perspectiva do desenvolvimento econômico do país. De acordo com Silva (2004, p. 13, grifo nosso) a TV Tupi foi a:

Quarta emissora de TV do mundo e primeira da América Latina, nasceu da ambição de Assis Chateaubriand, dono da cadeia de comunicação Diários Associados. **Ambição tão grande que o fez investir milhões num projetor em cores mais de 15 anos antes**

de a tecnologia chegar aos lares americanos. No Brasil, sequer havia aparelhos de TV. Tanto que, antes da estréia, foi preciso fazer uma importação às pressas ou ninguém assistiria à transmissão.

A música foi uma constante tendo a Bossa Nova como âncora de estilo musical brasileiro. Artistas como Jobim, Vinícius de Moraes e João Gilberto foram alguns dos nomes que se consagraram no Brasil. De acordo com Sadie (1994, p.124) a bossa nova foi um:

Estilo de música popular brasileira que se consolidou no final dos anos 50, e que trouxe profundas mudanças ao samba urbano do Rio de Janeiro. O termo aparece no *Desafinado* (1959), de Antônio Carlos Jobim, desde logo um dos clássicos do gênero, com sua sofisticação melódica e harmônica. Outra figura de proa da bossa nova foi o violonista e cantor João Gilberto, que se tornou famoso por seu estilo despido de toda ênfase, tanto no canto como no violão.

No Estado do Pará a população entrava na década de cinquenta já possuindo o **Theatro da Paz e o Cinema Olympia**. Segundo Veriano (2012, p. 27) o cinema Olympia foi “[...] inaugurado no dia 24 de abril de 1912, [foi projetado pelos] donos do Grande Hotel e do Palace Teatro dedicado a uma elite que ainda vivia o tempo de fausto oferecido pela borracha [...]”.

Nesse período, o não reconhecimento de que os trabalhadores tinham um saber cultural era marcante. É importante entender que a cultura possui um grande poder de transformação social e está conectada ao trabalho. O trabalho executado por uma sociedade determina o seu modo de vida e conseqüentemente suas práticas culturais. A cultura de uma sociedade é o reflexo da sua forma de produção. Alterações culturais quando perceptíveis demonstram que fatores políticos e econômicos estão agindo sobre a sociedade, inclusive para chamar a atenção de investidores externos.

Na percepção de Eagleton (2000) cultura é o que está a nossa volta. É o que está dentro de nós. É um autodomínio e uma autorrealização. O seu conceito deriva da natureza. De acordo com Geertz (1989) a cultura não é bem representada por costumes, hábitos, usos e tradições. É um sistema de controle, com planos, regras, receitas e instruções que buscam governar o homem. Para Fourquin (1993) tradicionalmente o conceito é unitário e normativo. Tem uma essência erudita e completamente normativa. É representado pelos currículos acadêmicos e espíritos

clássicos. Há duas críticas ao conceito global de cultura, o primeiro é risco de reificação e o segundo de tratar a sociedade como se estivesse vivendo em uma monocultura. Segundo Nosella (1992, p.22) “[...] a cultura foi sempre inculcada ao povo na forma de um catecismo jesuítico, dogmático [...]”. É necessário compreender que a cultura apesar de se apresenta como algo pronto e acabado o que dificulta a sua análise principalmente por quem está envolvido por ela o seu processo não ocorre dessa forma sendo mais complexo que automático.

Para ocorrer o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil foi necessário associar a educação com o trabalho. Mas qual a relação da educação com o trabalho? O conceito de trabalho tem a sua relevância histórica e atual, dado que o aprendizado que o homem adquiriu através do trabalho colaborou para que o mesmo aprimorasse a sua capacidade intelectual e também a forma de realizar as suas atividades. O trabalho move uma sociedade e tem o poder de tornar o homem mais preparado para o seu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Histórica e politicamente a humanidade se estrutura, quase em sua totalidade, em função do conceito de trabalho. Os seres humanos, desde os caçadores da era paleolítica aos fazendeiros, artesãos medievais, operários da linha de montagem do século XX, profissionais [...] de hoje, têm no trabalho parte fundamental de sua existência, [e] de sua razão de viver. (ARAÚJO E SACHUK, 2007, p. 54).

Para Saviani (2007, p.152) “[...] trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa [...]”. E isso ocorre de maneira extremamente natural. Não há uma educação que não tenha como finalidade o trabalho, que pode ter uma finalidade financeira ou voluntária. De acordo com Santiago (2015, p.18) precisamos compreender:

Que o trabalho enquanto atividade humana e categoria sociológica, desperta intensos debates teóricos e conceituais e adquire novos contornos e particularidades a cada período, sendo assim, é interessante que se faça uma reflexão acerca do trabalho para entender as características que ele adquire na sociedade capitalista.

De acordo com Silva (2014. p. 39) o conceito de trabalho para Karl Marx é tomado “[...] como a essência do homem, produzido dentro das suas relações com a natureza, que fundamentam a análise da relação entre trabalho e educação [...]”. É

através do trabalho realizado na natureza que o homem consegue educar e ser educado. “[...] o trabalho é a própria oficina-escola que forja o homem na prática produtiva, projetando, se estendendo e concretizando vários outros tipos de escolas de cultura, [e] de política [...]” (NOSELLA, 1992, p.127). Não podemos separar a educação do trabalho, dado que a principal finalidade da educação é preparar o sujeito para se tornar apto a exercer as suas atividades profissionais.

De acordo com Silva (2014) não é possível separar as categorias educação e trabalho, porque este conjunto é a essência que liga o ser humano a natureza. A sua ruptura se contrapõe a razão da existência humana. Este que transforma a natureza para se beneficiar. .

Trabalho surgiu como um meio de satisfazer necessidades humanas, mais especificamente, as necessidades diretamente ligadas à sua sobrevivência. Mas, para que essa atividade pudesse ser executada, o homem precisou encontrar meios de fazer [com] que a natureza fosse transformada, de maneira a fornecer os bens almejados. E, assim, foram sendo criados os instrumentos de trabalho. Estes eram inicialmente encontrados na própria natureza, tais como, uma pedra pontiaguda que poderia ser usada, por exemplo, para arar a terra. Mas, ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados, de forma a que se obtivessem resultados melhores e com menos esforço. Ocorre que o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho pressupõe um aperfeiçoamento do próprio homem o qual, à medida que trabalhava, ia desenvolvendo habilidades antes desconhecidas, as quais iam se somando às anteriormente adquiridas também pelo trabalho. (DA LUZ E BAVARESCO, 2010, 139)

O trabalho surgiu nas comunidades primitivas, que tinham como principal atividade de trabalho a realização da caça e do extrativismo nas áreas de terra onde estavam localizadas. “[...] o trabalho é uma mediação fundamental entre o homem e a natureza, engendrando tanto a modificação consciente dessa natureza, como a própria produção e modificação do homem [...]” (BENINI, 2015, p. 26). O homem trabalhava em um sistema contínuo pela busca da sua sobrevivência. E quando ocorria a escassez de alimentos as comunidades migravam para outras regiões, por isso ficaram conhecidas como comunidades nômades por agirem em torno do que a natureza poderia oferecer para a sua subsistência.

[a ação de agir] estabelece o ato de aprender [e] de interagir com o meio, garantindo sua sobrevivência, ou seja, sua própria vida, construída dentro das múltiplas relações com o meio e com outros seres que constituem sua formação histórica. (SILVA, 2014. p.40)

As sociedades nômades agiam de acordo com o equilíbrio da natureza e dessa forma estabeleciam os seus relacionamentos sazonais com o meio ambiente. O homem aprendeu através do trabalho a superar as adversidades e resistências que a natureza apresentava. O homem não trabalhava visando à acumulação de bens, apenas caçava ou extraía o que era necessário para manutenção alimentar do grupo que estava inserido.

Ao longo de toda a história da evolução humana o trabalho foi algo determinante para a manutenção da vida do homem, tanto individual como coletiva. E os sentidos que foram sendo atribuídos a ele estavam em consonância com a época, com a cultura, com o modo de se relacionar e compreender o mundo de cada sujeito e do grupo do qual fez e faz parte. Assim, os sentidos que se atribuem ao trabalho são sempre singulares, concretos e históricos, pois constitui necessidade humana dar significado ao seu entorno, ao seu fazer e ao viver. (ARAÚJO E SACHUK, 2007, p.63)

O homem, no decorrer de sua existência, passou a produzir em um local fixo e em larga escala, passando a fazer uso da pecuária e a da agricultura. Os excedentes dessas produções proporcionaram primeiramente o início do mercado de trocas e posteriormente a sua comercialização o que originou o mercado capitalista. O trabalho que primeiramente era uma prática destinada exclusivamente à sobrevivência humana passou a se entendida como uma atividade que deveria ser exercida por uma classe de operários para atender uma classe dominante mediante o seu pagamento. A partir desse momento a sociedade, que antes era dividida por comunidades nômades passou a ser dividida por classes sociais. Dentre as classes sociais havia uma minoria que detinham a hegemonia e uma maioria composta de trabalhadores.

O trabalho não apenas libertou o homem como também o transformou em um primeiro momento em proprietário da sua força de trabalho (como foi o caso, por exemplo, dos artesãos) e posteriormente o trabalhador foi perdendo muito de sua liberdade em decorrência da venda da sua força de trabalho, das mudanças sociais, do processo de industrialização e da grande oferta de mão de obra. E quando a quantidade de trabalhadores passou a ser superior a oferta de trabalho as indústrias passaram a selecionar os trabalhadores mais preparados para exercerem as atividades. Essa nova cultura do trabalho transformou o homem em um produto a ser consumido pelo capital.

Enquanto fator de produção de mercadoria, o trabalho, reduzido à mera força de trabalho, sofre a contradição de duas dimensões do valor a ele atribuíveis tais como a uma mercadoria. Com isso, a sua qualificação efetiva obviamente reforçaria o seu valor de uso, pois é razoável inferir que sob as mesmas condições, um braço treinado é mais produtivo que outro braço qualquer, dentro da pura lógica de fator de produção. Entretanto, enquanto valor de uso, há o imperativo da troca mercantil regida pela lei da oferta e da procura. Por conseguinte, uma maior massa de trabalhadores qualificados tende a diminuir o valor de venda da sua força de trabalho. (BENINI, 2015, p. 91)

O trabalho foi mudando conforme o contexto histórico que o homem atravessava na humanidade. O motivo de exercer o trabalho não mudou em essência, uma vez que o trabalhador continua buscando a sua sobrevivência, mas a liberdade que o mesmo exercia foi se perdendo com a materialização do mercado capitalista e no momento em que a procura de emprego passou a ser superior à oferta de vagas o trabalhador passou a não ser mais dono da sua força de trabalho. O trabalhador passou a ser dependente de uma oportunidade de emprego e a forma de selecionar que passou a vigorar foi alterando de forma significativa o sentido do trabalho.

Atualmente, o trabalhador precisa ter a capacidade de reconhecer a forma de produção, a origem do produto, os recursos naturais utilizados e a finalidade de sua atividade. O trabalhador precisa compreender que todo trabalho possui um objetivo e uma função social. Entendendo que essa compreensão transforma o perfil do trabalhador de um mercado que está cada dia mais exigente e contribui para o desenvolvimento intelectual do trabalhador. Marx já sinalizava para a importância de se observar o sistema de produção. Segundo Masson (2012, p.8) “[...] a lógica do enfoque marxista é que não é possível compreender uma política educacional sem conhecer o seu sistema de produção [...]”. O mercado é o reflexo do projeto político de educação profissional que foi desenvolvido por um governo.

Para Nosella (1992, p.127) “[...] as várias formas produtivas não são concretizações metafísicas, são expressões práticas pelas quais o homem procura sua sobrevivência, sua distinção, sua identidade, sua liberdade [...]”. E para produzir é necessário ter conhecimentos e debater sobre as formas de produção. Debates que levem em consideração às tendências de mercado, da economia e da cultura. É

preciso reconhecer na política educacional o braço de algo maior que é a própria sociedade em seu universo, na perspectiva do desenvolvimento da mesma.

O trabalho é importante para o aperfeiçoamento profissional do trabalhador. No entanto não há aperfeiçoamento em qualquer tipo de trabalho. Não há aprendizado quando, por exemplo, o trabalhador é vítima de exploração ou assédio moral. Também é preciso levar em consideração que o tipo de trabalho e a forma de produção em que o trabalhador está inserido podem influenciar o seu aprendizado de forma positiva ou negativa.

O trabalhador não pode realizar a sua atividade profissional de forma automática sem se dar conta do motivo da sua realização e da sua importância quanto trabalhador na engrenagem da atividade. O trabalhador precisa ter consciência da importância da relação entre a natureza e a produção dos bens de consumo. Não pode se adaptar a um não pensar que resulta em um conformismo, muitas vezes provocado pelo empregador, que não tem por cultura estimular ou ouvir o que pensa o seu trabalhador.

A educação profissional tradicionalmente era proporcionada de pai para filho na forma de saberes dos indígenas, dos quilombolas e dos ribeirinhos. O homem foi educado para trabalhar a transformação, o aperfeiçoamento e a reprodução da natureza em produtos para sua troca, comercialização e principalmente para a sua sobrevivência. É necessário refletir para o fato que o homem tem a capacidade de ao realizar uma determinada tarefa repassar saberes, conhecimentos e práticas profissionais para outro sujeito em um ambiente escolar ou não. Mas para isso ocorrer tem que haver uma relação harmoniosa entre o trabalho e a educação. Os envolvidos precisam estabelecer o interesse de ensinar e de aprender simultaneamente.

Apesar da ampliação das pesquisas no campo do saber do trabalhador no Brasil, essa temática como foco de pesquisa iniciou-se na França, no contexto da Sociologia do Trabalho, fazendo crítica ao sistema de produção taylorista. (MARTINS, 2011, p. 55)

Esses saberes se mantiveram e se perpetuaram na forma da oralidade sustentada pelo imaginário que cada comunidade mantinha de suas culturas e formas de sobrevivência. Para Martins (2011) o saber e o homem são interligados

na sua manifestação com o mundo e que pode ocorrer em qualquer espaço. O saber possui raízes tradicionais e afetivas. Não se confunde com o conhecimento, que mantém um padrão e um rigor.

A educação profissional deve ocorrer com a inclusão da cultura, da vivência e da valorização do saber do operário de forma que o mesmo busque sempre uma compreensão crítica e reflexiva do mundo. Contribuindo assim para o seu aperfeiçoamento e o mantendo atualizado frente aos avanços tecnológicos. Entendendo que uma sociedade forte está vinculada a uma força produtora qualificada e atuante.

Há dois projetos distintos na educação profissional. O primeiro estabelecido para o mercado e o segundo idealizado para a valorização do ser humano.

A educação direcionada para o mercado não distingue o homem da máquina e não é sensível com o trabalhador. Trabalha de forma dura e marginalizada. Não forma o trabalhador para que o mesmo pergunte, questione e participe. Isso ocorreu de forma evidente quando o trabalhador está inserido em uma divisão de trabalho que acarreta o não reconhecimento por parte do trabalhador da noção global das engrenagens que movem o mercado em que está inserido.

Segundo Araujo e Rodrigues (2011, p.11) a educação direcionada para o mercado não é uma “[...] formação capaz de promover qualificações amplas e duradouras entre os trabalhadores, pelo contrário, o ideário consiste em continuar perpetuando a divisão social e técnica do trabalho [...]”. Essa divisão não apenas aliena como castra o poder mental do trabalhador limitando a sua capacidade de refletir de forma processual e contextualizada.

Já a educação idealizada para valorizar o homem destina-se a formar um trabalhador consciente do seu papel e de sua importância para a sociedade. Através dessa educação o trabalhador deve construir a capacidade de reconhecer o que é o mercado, de que forma ele opera e quais são os recursos naturais utilizados. A educação que valoriza o homem é uma educação que deve proporcionar ao trabalhador as ferramentas necessárias para o reconhecimento de todo o processo

de produção mesmo não atuando em todos os setores da cadeia produtiva. Deve educar o trabalhador para ter a capacidade de colaborar no planejamento do mercado no qual atua, buscando a valorização do seu trabalho e da natureza. Esta que é a fonte de tudo que existe na terra e dos produtos de sua transformação.

Toda a formação escolar do indivíduo está intrinsecamente relacionada com sua capacitação para o trabalho. No entanto, o mercado de trabalho, qualquer que seja seu contorno e sua dinâmica interna, não pode ser considerado como a baliza mestra norteadora do modo de funcionamento da escola profissional, distanciando sua clientela de uma formação integral, ampla e que ultrapasse os limites e as necessidades imediatas do exercício de uma profissão. (LACERDA, 1997, p.99)

A educação profissional necessariamente acompanha a evolução tecnologia das formas de produção e proporciona ao estudante o contato com as novas tecnologias utilizadas pelas indústrias nacionais e internacionais. No entanto não deve ser tão influenciada pelo mercado a ponto de não disponibilizar a busca pelo desenvolvimento intelectual do trabalhador, apesar de que toda educação no fundo é carregada de um único objetivo a profissionalização, que unifica a teoria com a prática operacional.

O modelo de educação que nasce da perspectiva do capital constitui um caráter ideológico, assumindo forte influência no sistema educacional, pois nega a educação no sentido democrático, emancipatório, e produz processos formativos que adequam os saberes e as habilidades dos sujeitos apenas para o trabalho. (PANTOJA, 2015, p. 62):

É importante que se tenha democracia e participação do educando no processo educacional, para que o mesmo adquira consciência e visão de mundo. Para Freire (1982, p.65) “[...] é como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo [...]”. O no mundo estão os ingênuos e com o mundo estão os que conseguem perceber que existem forças políticas, econômicas e sociais que se relacionam e que vão além das nossas percepções e que precisam ser entendidas e compreendidas, visto que interferem no trabalho de todos os seres humanos. Essas relações existem e interferem no ritmo de uma sociedade, o que sinaliza para a necessidade de mais proximidade entre o trabalho e a educação.

É necessário analisarmos as políticas públicas de educação profissional e suas contradições no cotidiano de suas práticas e suas interações com os processos que relacionam as reais necessidades de formação dos trabalhadores, tendo como guia a abordagem ontológica do conhecimento da realidade, referenciando que o conhecimento científico e também filosófico deve partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se objeto e desembocar no esclarecimento de sua constituição ontológica. (SILVA, 2014, p. 23):

O governo precisa manter uma política de educação profissional, atuando como mediador e possibilitando um debate com os setores políticos, o mercado, os docentes, os discentes, os trabalhadores e a sociedade. O Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil cita que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, **será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**. (BRASIL, 1988, n/p, grifo nosso)

Constitucionalmente não é possível pensar a educação como um fato isolado, sendo indubitavelmente imprescindível analisar a sua gênese, movimento e contradições. Precisamos refletir sobre até que ponto tem sido permitido participar da promoção da educação e de que forma os alunos brasileiros preparam-se para a qualificação profissional. Politicamente “[...] o papel do Congresso Nacional tem sido ativo, no sentido de reconhecer a importância do Ensino Profissional, como instância formadora de mão de obra especializada.” (BRASIL, 2008, n/p). Esse reconhecimento passa pela ideia de que é uma educação que contribui para o desenvolvimento do mercado, que colabora para a elevação do Produto Interno Bruto - PIB e conseqüentemente para o desenvolvimento do Brasil. De acordo com Frigotto (2001, p.80) a educação voltada ao trabalho:

Subordina-se ao ideário do mercado e do capital e de um modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de renda, predatório. Mercado e capital sem controles da sociedade - flexível e desregulamentado que gera desemprego, subemprego e exclusão. Neste horizonte a educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilita o cidadão e lhe dá direito a um emprego, a uma profissão, tornando o

apenas um mero “empregável” disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração.

Atualmente, não podemos afirmar que exista um elo unicamente de subordinação, uma vez que o mercado é dinâmico e moderno e que busca o melhor profissional, não qualquer profissional. Não há subordinação quando o trabalhador tem uma visão global do seguimento de mercado do qual se propõe trabalhar e possui a sua capacitação técnica, habilidades e talentos.

O novo perfil do trabalhador não deve ser apenas um profissional empregável, mas de um profissional disponível para o mercado, consciente de seu poder de transformação em uma organização. Não sendo apenas um mero telespectador dos acontecimentos e tendências, mas que procure a cada dia realizar ações e projetos que contribuam para o desenvolvimento da organização. De acordo com o entendimento de Freire (1982, p.65) do:

Ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização, deve ser uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específico e exclusivamente humano. É como seres conscientes que mulheres e homens estão não apenas no mundo, mas com o mundo. Somente homens e mulheres, como seres ‘abertos’, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressa-la por meio de sua linguagem criadora. E é enquanto são capazes de tal operação, que implica em “tomar distância” do mundo, objetivando-o, que homens e mulheres se fazem seres com o mundo. Sem esta objetivação, mediante a qual igualmente se objetivam, estariam reduzidos a um puro estar no mundo, sem conhecimento de si mesmos nem do mundo.

O trabalhador precisa compreender os avanços e os retrocessos da educação profissional e ter consciência da sua importância no processo econômico, dado que pode transformar o mundo por meio de seu trabalho. O trabalhador deve buscar a sua superação para o seu progresso e o de sua comunidade. Deve buscar contribuir no planejamento estratégico, tático e operacional da organização. Deve refletir sobre o contexto político, econômico e social.

Devido à globalização do mercado o trabalhador precisou globalizar o seu conhecimento e a educação profissional contribui muito para essa atualização, uma

vez que é uma modalidade direcionada a tendências de mercado, vinculada diretamente às influências locais, nacionais e internacionais. O trabalhador precisa compreender que os grandes países disputam as lideranças de mercado e grandes investimentos são feitos para que profissionais adquiram novos conhecimentos, que resultem em novas tecnologias.

No atual mundo globalizado a tecnologia não é uma aposta é um fato. Os avanços tecnológicos ocorrem de tal forma que não adiantaria nem ao menos citar exemplos de inovações tecnológicas da atualidade que provavelmente quem ler este trabalho nos próximos anos vai identificar que é um exemplo de tecnologia defasada e por esse motivo é imprescindível à atualização do profissional.

Dessa forma, a pesquisa é direcionada ao tratamento político da educação profissional na década de cinquenta por parte do Governo do Federal para compreender o posicionamento do Governo do Estado do Pará. Entendendo que é uma pesquisa histórica. E conhecendo a nossa história que podemos nos projetar para o futuro.

A educação profissional no Brasil, no decorrer da sua história, atendeu a vários propósitos. Inicialmente como forma de capacitar uma pequena parcela da população pobre para dar suporte às necessidades da elite no período imperial. **Na República, para atender as exigências do modelo urbano-industrial que se apresentava e carecia de mão de obra qualificada, a educação apresenta-se para o meio rural como uma possibilidade de redenção do estigma de “atraso e ignorância” e a solução dos seus problemas históricos, potencializando-o em um vetor de desenvolvimento para o país.** Posteriormente, no período da ditadura militar, o ensino profissional passa a ter um caráter universal na educação. (THURY, 2012, p. 22, grifo nosso)

De acordo com Assis (2012, p.70) sobre a realização de pesquisas históricas relacionadas à educação profissional no Estado do Pará argumenta que:

Realizar, pois, um estudo acerca desse tema ainda demanda um esforço significativo por parte de pesquisadores, dificuldade que se estabelece não somente em face desse processo histórico recente e ainda em construção, mas pela falta de tradição de estudos e pesquisas nessa área, assim como pela ausência de fontes organizadas referentes à temática.

Resumimos o problema da pesquisa na seguinte pergunta científica: a política de educação profissional adotada pelo Governo de Magalhães Barata no

Estado do Pará, entre 1956 a 1959, foi influenciada pela ideologia desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek?

A busca de uma resposta nos conduz a questão norteadora da pesquisa, que possui a seguinte premissa: se a política de educação profissional que foi adotada no governo de Magalhães Barata foi influenciada pelo governo de Juscelino Kubitschek então o Instituto Lauro Sodré teria sido reformulado e reestruturado para atender a perspectiva do presidente Juscelino Kubitschek de suprir o mercado.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar e analisar a política de educação profissional que foi executada no Estado do Pará no terceiro governo de Magalhães Barata, entre 1956 e 1959, no contexto da política desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek. Buscando explicar: de que forma a mesma foi idealizada para contribuir para o desenvolvimento nacional, como se desenvolveu tendo em vista o grande crescimento industrial que o país estava atravessando e estabelecendo as conexões possíveis desta educação com o desenvolvimento do Estado do Pará.

Os objetivos específicos são respectivamente: descrever o percurso teórico metodológico; caracterizar os aspectos políticos e econômicos em torno do desenvolvimentismo ocorrido no Brasil na década de 50; analisar a política de educação profissional adotada no Estado do Pará, entre 1957 e 1959, com ênfase para o Instituto Lauro Sodré.

A realização desse estudo justifica-se pela sua relevância acadêmica, por se tratar de um estudo original. De acordo com Rodrigues (2006, p.88) o trabalho é considerado original “[...] quando a pesquisa é realizada objetivando trazer novos conhecimentos para a comunidade científica e para a sociedade. A pesquisa contribui para o progresso da ciência e seus resultados são inovadores [...]”.

Em relação à metodologia trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que faz uso do método dialético em sua abordagem e que se ancora no referencial teórico do filósofo marxista Antônio Gramsci. A explicação sobre a metodologia aplicada nesta pesquisa encontra-se com melhores detalhes na Seção I - Percurso Teórico Metodológico.

Dessa forma, esta dissertação apresenta a seguinte estrutura: na Seção I é desenvolvido o percurso teórico e metodológico da pesquisa em torno da educação profissional; na Seção II é apresentado o contexto político econômico da década do desenvolvimentismo, em quatro subseções: *a origem do desenvolvimentismo através da crise de 1929, o contexto político e econômico do presidente Getúlio Vargas, do presidente Juscelino Kubitschek e do governador Magalhães Barata*; Já na Seção III contém a educação no governo de Magalhães Barata, com duas subseções: *o apoio às ações de educação do Governo Federal e as oficinas do Instituto Lauro Sodré*.

A dissertação também apresenta sete anexos: Anexo A - estado da arte da educação profissional no Estado do Pará, Anexo B - quadro dos professores que participaram de banca de defesa de trabalhos sobre a educação profissional no Estado do Pará, Anexo C - quadro do plano de metas, Anexo D - quadro de despesas com educação em 1956, Anexo E - quadro de despesa do Instituto Lauro Sodré em 1956, Anexo F - quadro de despesa do Governo do Estado do Pará em 1956 e Anexo G - quadro das receitas das oficinas do Instituto Lauro Sodré de 1958.

Assim, esta dissertação remete o leitor a uma passagem na história política, econômica e cultural do Brasil da década de cinquenta para chegar à educação profissional que foi praticada no Instituto Lauro Sodré.

SEÇÃO I - PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o caminho metodológico desta dissertação sobre a política de educação profissional a dotada no governo de Magalhães Barata no Estado do Pará, entre 1957 a 1959. É uma pesquisa histórica, que teve por base a pesquisa de cunho qualitativo, que abrangeu uma análise crítica da educação profissional, mas que ao ser feita a crítica também foi levado em consideração o momento histórico e o seu respectivo contexto político, econômico e social. De acordo com Rodrigues (2006, p.90) à pesquisa qualitativa:

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, podemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias.

De fato, os cálculos estatísticos podem até servir como auxílio, mas não contribuem de forma decisiva para um esclarecimento satisfatório em torno da pesquisa. Por esse motivo foi escolhido à pesquisa qualitativa.

O referencial teórico compreende o entendimento de educação do filósofo italiano e marxista Antônio Gramsci. Para Gramsci (1978, p.41) é importante ponderar que:

Na consideração dos problemas históricos - críticos, não é necessário conceber a discussão científica como um processo judicial, em que há um acusado e um procurador que, por obrigação de ofício, deve demonstrar que o acusado é culpado e digno de ser tirado de circulação. Na discussão científica, já que se supõe que o interesse seja a investigação da verdade e o progresso da ciência, demonstra ser mais 'avançado' quem se põe de um ponto de vista tal que o adversário pode exprimir uma exigência que pode ser incorporada, mesmo como um momento subordinado, na própria construção. Compreender e avaliar realisticamente a posição e as razões do adversário (e por vezes é adversário todo o pensamento passado) significa precisamente ter-se libertado da prisão das ideologias (no sentido pejorativo do termo, de cego fanatismo

ideológico), isto é, pôr-se de um ponto de vista 'crítico', o único fecundo na investigação científica.

A pesquisa foi realizada com o intuito de fazer as relações políticas, econômicas e sociais do contexto da sociedade que viveu a década de cinquenta. Compreendendo que a sociedade estabelece as suas relações com base na sua concepção e participação política, sua inserção social e sua estrutura econômica. Para Marx (1992, p.177) “[...] os homens, ao estabelecer as relações sociais, de acordo com o desenvolvimento de sua produção material, criam também os princípios, as ideias e as categorias, de conformidade com suas relações sociais.”. Fazer as relações necessárias proporciona ao pesquisador um equilíbrio condizente para a realização das análises feita em torno dos resultados da pesquisa. Buscando sempre a aproximação da realidade vivenciada pela sociedade paraense e o seu desenvolvimento do ponto de vista local e nacional.

De acordo com Silva (2014. p.22-23) sobre apolítica de educação profissional, nos esclarece que:

Sua relação com a formação humana, como campo de pesquisa, requer um enfoque teórico metodológico que compreenda essa relação como processo histórico dentro de um campo onde as contradições e relações necessitam serem analisadas a partir do seu contexto real, nas suas vivencias cotidianas, concretas que evidenciam suas determinações e produções na construção de sua própria existência.

Esta pesquisa sobre apolítica de educação profissional que ocorreu no Estado do Pará foi desenvolvida na área de estudo da Educação na Amazônia e abrange dois campos científicos: o campo científico da História da Educação e o campo científico do Trabalho e Educação. A pesquisa está no campo científico da História da Educação, por realizar um resgate histórico da educação profissional de meados do século XX e está no campo científico do Trabalho e Educação, por ser um estudo sobre o trabalho como princípio educativo e por seu objeto de pesquisa tratar sobre a educação profissional.

Em relação aos campos Bourdieu (1996, p.50) esclarece que o universo:

Social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele

envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura.

Um campo de pesquisa também estabelece variáveis de relações complexas e dinâmicas. Os dois campos de pesquisas (História da Educação e o Trabalho e Educação) apesar de suas peculiaridades precisam estar em harmonia com o objeto da pesquisa (política de educação profissional) pela triangulação que é própria de sua origem: trabalho, sociedade e mercado.

O campo científico da História da Educação possui um grupo de estudo na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, representado pelo grupo de trabalho - GT 02 - História da Educação. E o campo científico do Trabalho e Educação possui um GT na ANPED, representado pelo GT 09 - Trabalho e Educação.

É necessário entender que realizar uma pesquisa envolvendo o campo Trabalho e Educação tem seus riscos por sua forte proximidade com o capitalismo. De acordo com Tumolo (2005, apud MORAES, 2012, p. 9, grifo nosso) o campo científico do Trabalho e Educação passou a ser debatido cientificamente no Brasil:

Na data do final dos anos 1970 e início dos 1980, tendo como figura de destaque Dermeval Saviani, então professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP. As preocupações centrais das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” da [...] **Anped dialogavam diretamente com os interesses da classe trabalhadora, tendo o marxismo como fundamentação teórica, e Gramsci com destaque especial.**

Segundo Kuenzer (2013, p.71) sobre a proximidade de estudos em torno do capitalismo com o campo científico do Trabalho e Educação esclarece que após ter realizado uma análise sobre o GT 09 - Educação e Trabalho da ANPED descreveu que:

Sem entrar no mérito da análise da qualidade da nossa produção, que certamente apresenta, como em qualquer área, trabalhos de todos os níveis, é importante considerar que não nos tornamos economistas, sociólogos, administradores, cientistas políticos, mas muitos de nós perderam sua identidade de pesquisadores em educação. Esta dificuldade certamente pode ser compreendida pelo caráter transdisciplinar da ciência em educação, que necessariamente se apoia em múltiplas categorias de análise; isto, contudo, não pode ser feito ao preço da perda da sua especificidade.

A observação de Kuenzer é muito importante, já que a pesquisa mergulha no contexto econômico, político e sociológico da história da década de cinquenta precisamos estudar e analisar com essas bases. No entanto não podemos deixar de lado a educação. No caso da pesquisa desta dissertação foi necessário estabelecer o enquadramento da educação profissional ao contexto histórico pesquisado.

O método utilizado para nortear o desenvolvimento da pesquisa em torno da política de educação profissional foi o método dialético de abordagem, conhecido também como materialismo histórico e dialético, uma vez que procura as relações que se comunicam de forma direta e indireta com o objeto da pesquisa, tentando descobrir as contradições do meio social. De acordo com Gramsci (1978, p.90):

A base científica de uma moral do materialismo histórico deve procurar-se, parece-me, na afirmação que 'a sociedade não se atribui tarefas para cuja solução não existem ainda as condições de resolução'. [...]. A moral torna-se-ia uma procura das condições necessárias para a liberdade do querer num certo sentido, para um certo fim e a demonstração de que tais condições existem. Deveria tratar-se também não de uma hierarquia dos fins, mas de uma graduação dos fins a atingir, dado que se quer 'moralizar' não apenas cada individuo tomado singularmente, mas também toda uma sociedade de indivíduos.

Para Harnecker (1973,15) o método nos ilumina com a seguinte compreensão:

Quando, pois, se fala de teoria marxista da História está-se falando de um corpo de conceitos que serve aos trabalhadores intelectuais como instrumentos para analisar, de maneira científica, as diferentes sociedades, suas leis de funcionamento e desenvolvimento. Este corpo de conceitos do materialismo histórico abrange: processo de produção, forças produtivas, relações técnicas de produção, relações sociais de produção, relações de produção, infraestrutura, superestrutura, estrutura ideológica, estrutura jurídico-política, modo de produção, formação social, conjuntura política, determinação em ultima instância, pela economia, relativa dos demais níveis, classes sociais e luta de classes relacionadas às relações de produção, transição, revolução etc. Os primeiros fundamentos deste corpo de conceitos, embora ainda muito frágil, se encontra na Ideologia Alemã (1845-1846). Por isto, pode considerar-se que esta obra marca uma verdadeira revolução teórica no pensamento de seus autores. Marx e Engels inauguram uma ciência nova ali onde antes reinavam as filosofias da História, ali onde não existiam senão filosofias da história e narrações de fatos históricos empíricos. Qual a envergadura deste descobrimento científico? Para explicá-lo, utilizemos uma imagem empregada por Louis Althusser. Se considerarmos os grandes descobrimentos científicos da história

humana, poderíamos imaginar as diferentes ciências como formações regionais de grandes 'continentes' teóricos. Poderíamos, assim, afirmar que antes de Marx haviam sido descobertos apenas dois grandes continentes: o continente matemático pelos gregos (Tales ou os que desse modo o mito deste nome assim designa) e o continente Física por Galileu e seus sucessores. Uma ciência como a Química, fundada por Lavoisier, é uma ciência regional do continente Física. Uma ciência como a Biologia, ao integrar-se à química molecular, entra também neste mesmo continente. A lógica em sua forma moderna entra no continente matemática. Por outro lado, é muito possível que Freud haja descoberto um novo continente científico. Se esta metáfora for útil, poderia afirmar-se que Marx abriu ao conhecimento científico um novo continente: o continente da História.

É o método dialético compreende o historicismo político, econômico e social por excelência. Ajuda na investigação das relações sociais do homem em torno de sua produção e a sua estreita ligação com a natureza. Para a Silva (2014, p. 40) esta relação entre o homem e a natureza passa pelo seguinte entendimento:

Os seres humanos ao transformar a natureza para atender suas necessidades constroem sua sabedoria, criando, conhecendo, aprendendo, se educando, constrói e reconstrói, transformando o seu meio, pratica esta que se constitui como ação intrínseca e histórica que busca a adaptação a natureza em função da sua própria existência,

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.106) o método dialético “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade [...]”. Através deste método investigamos os conflitos, as mudanças, as evoluções históricas de uma determinada sociedade e buscamos revelar a essência do objeto investigado.

Para Harnecker (1973, p.14) a teoria científica “[...] não nos dá um conhecimento de uma realidade concreta, porém, dá-nos os meios ou instrumentos de trabalho intelectual que nos permitem chegar a conhecê-la de forma rigorosa”. A pesquisa se aproxima do real, mas, está longe de ser, a realidade que foi vivida. Esta não poderá se reconstruída totalmente, mas podemos resgatar os principais ângulos para realizar a sua fundamentação. Servindo também de parâmetros para a realização de uma pesquisa com base no rigor científico. De acordo com Cardoso (1978, p.35) define-se a estruturação do real como objeto da seguinte forma:

Longe de ser um defeito, é o próprio meio pelo qual opera o conhecimento científico. Para garantir a compreensão adequada da objetivação que ela propõe temos que conhecer como é feita aquela estruturação do real, quais as categorias que comandam a teorização que ela aciona.

No entendimento de Rodrigues (2006, p. 142) um fato importante é que:

O método dialético consiste no conflito dos contrários; a natureza e a sociedade passam por um processo permanente de transformações, por exemplo: 'A flor precisa murchar para se formar o fruto. O fruto precisa apodrecer para se ter a semente. A semente precisa morrer para que germine uma nova planta'. É uma luta de forças contrárias: o positivo e o negativo, a vida e a morte, o explorado e o explorador. O amor e o ódio

Em relação ao método, no dizer de Marconi e Lakatos (2003, p.100) entre:

Os diferentes autores que interpretaram a dialética materialista não estão de acordo quanto ao número de leis fundamentais do método dialético: alguns apontam três e outros, quatro. Quanto à denominação e à ordem de apresentação, estas também variam. Numa tentativa de unificação, diríamos que as quatro leis fundamentais são: a) ação recíproca, unidade polar ou "tudo se relaciona"; b) mudança dialética, negação da negação ou "tudo se transforma"; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

Em relação à primeira lei "tudo se relaciona" a dialética tem origem no diálogo. Este que é estabelecido pelos fatos e pelos mais variados autores e personalidades incluídas na pesquisa. Não há isolamento, assim como a imaginação não pode ser um produto de origem apenas individual a dialética também não pode ser. Até no isolamento ali se encontra um relacionamento, ocorre meio como uma ação a reação ou uma ação pela ausência de ação.

A segunda lei "tudo se transforma" é histórico e natural do ser humano. A infância nega a vida adulta e no momento em que se aceita a vida adulta passa a negar a infância, isto é a negação da negação.

Em relação à terceira lei mudança quantitativa para a qualitativa. De acordo com Gramsci (1978, p.54):

Já que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade prática sem inteligência,

e vice-versa), qualquer contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso.[...] na realidade uma certa qualidade a outra qualidade, uma certa quantidade a outra quantidade, faz-se uma certa política e não uma afirmação filosófica .

A quarta lei, das contradições, é o rompimento definitivo de um estado para outro, ou seja, de uma realidade para outra. A mudança de uma realidade não ocorre sem disputas polarizadas. O resultado é o estabelecimento de uma situação nova para ambas as partes.

Em resumo o método dialético originou-se com fundamentos no diálogo, com origem nas contradições que existiam entre Heráclito e Parmênides. Passando por Sócrates e evoluindo com Platão, que unificou o mundo sensível com o mundo inteligível. Já Hegel foi responsável pelo seu amadurecimento e estruturação científica. Contudo, para Hegel o mundo inteligível deveria ser o determinante. Marx criticou Hegel, reformulou o método, incluiu o historicismo e colocou o mundo sensível como determinante (partindo da experiência e não do pensamento) resultando no Materialismo Histórico e Dialético.

Para Mélo (2012, p.16) em relação à fundamentação teórica da pesquisa que está ancorada no pensamento do filósofo marxista e italiano Antônio Gramsci, explica que:

Ideias seminais [de Gramsci] tem servido de “néctar” aos numerosos “colibris” que como Paulo Freire e Dermeval Saviani, vêm construindo uma política coletiva em prol da nova sociedade humanizada.

Quando Demerval Saviani passou a ministrar aula na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP introduziu a leitura de Antônio Gramsci nas referências utilizadas pela PUC/SP. Mas quem é Antônio Gramsci? Georges Cogniot descreve no prefácio da obra de Gramsci (1978, p.13-18) que:

Antonio Gramsci (22 de janeiro de 1891 – 27 de abril de 1937), fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano, foi chamado por Togliatti ‘o primeiro marxista italiano verdadeiro, completo, consequente’. Nasceu em Ales, na Sardenha, de uma família da pequena burguesia pouca afortunada. Conheceu ainda adolescente, a espantosa miséria dos pastores e camponeses da ilha e as impressões que dela deveria guardar influenciaram fortemente a sua formação de espírito. [Gramsci] pertence no entanto a todos os revolucionários do mundo, a todos os povos, e isto não só pela irradiação do seu nobre caráter, pelo exemplo admirável de firmeza e

de abnegação que deu a todos, mas pela amplitude e profundidade da sua visão sobre as questões mais gerais e mais decisivas do nosso tempo.

De acordo com Secco (2002) o pensamento de Gramsci entrou no Brasil através de intelectuais, exilados italianos, de trotskistas e de outros antifascistas e não pelo Partido Comunista do Brasil, no qual era pouco referenciado. A primeira menção foi publicada em São Paulo em 1927 em uma lista de presos processados pelo Tribunal Especial de Roma, após um ano foi publicado a condenação do comunista pelo Tribunal Fascista. Em 1933 um militante trotskista radicado em São Paulo conhecido como G. Rosini, mesmo de ideias contrárias, é citado como provável autor de um artigo que foi publicado pelo Jornal “O Homem Livre”, relatando a situação do filósofo no Cárcere. Contudo, os brasileiros somente tomaram conhecimento de sua ideia após a publicação do livro do Conde Carlo Sforza estando no rol de políticos italianos importantes. Mais tarde foi publicado um artigo escrito pelo Jacob Gorender, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na Itália, sobre a democracia italiana onde ele cita Gramsci.

De acordo com Mélo (2012, p.34) o filósofo Antônio Gramsci tinha o seguinte pensamento sobre a educação:

Enquanto uma dimensão cultural da sociedade se insere como uma concepção geral da vida; uma filosofia ética, política e prática; uma verdadeira filosofia da práxis, que deve propiciar uma consciência crítica e política aos sujeitos sociais que lhes permitam ser dirigentes e, ao mesmo tempo de se opor às ideologias autoritárias e conservadoras, lhes servindo como princípio político - pedagógico de luta, em prol da construção de uma sociedade socialista autenticamente democrática. [...] a educação deve propiciar ainda, um programa educativo permanente à classe trabalhadora e aos professores da educação infantil até aos da Universidade, que lhes permita desenvolver atividades científicas e tecnologicamente avançadas no processo produtivo de seus trabalhos profissionais.

Para Gramsci não deveria haver uma educação dividida entre a tradicional e a profissional, mas sim unificada pela humanização da educação, na qual todo o homem é filósofo.

O que é o homem? É esta a primeira e principal pergunta da filosofia. Como se pode responder? A definição pode encontrar-se no próprio homem, em cada homem em particular. Mas será justa? Em cada homem particular pode encontrar-se o que é cada homem particular, que, aliás, significa o que é cada homem particular em cada

particular momento. Se pensarmos nisto, vemos que pondo a questão: que coisa é o homem? Queremos dizer: em que coisa se pode tornar o homem, isto é, se o homem pode dominar o próprio destino, se se pode 'fazer', se pode criar para si uma vida. Devemos dizer, portanto, que o homem é um processo, precisamente o processo de seus atos. [...] é preciso conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo) em que, se a individualidade tem a sua máxima importância, não é porem o único elemento a considerar. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta por diversos elementos: 1 - o individuo; 2 - os outros homens; 3- a natureza. (GRAMSCI, 1978, p.47)

Para Gramsci somente através dessa humanização é que a educação tinha uma perspectiva. Não diferenciava o perceptível do sujeito e sim a existência de uma concepção de mundo mais ou menos trabalhada. A única forma de distinção do intelecto humano era a soma do quantitativo de qualidades presentes no sujeito e o seu colocar em prática através de uma reflexão social.

Em Mélo (2012, p.43- 50) vamos encontrar o seguinte elucidação sobre a proposta de educação de Gramsci:

A Escola, a educação e a cultura em geral devem se preocupar com a formação dos quadros dirigentes do futuro [...] através de uma educação cultural de interesse coletivo [...] o autor defende uma cultura historicizada de cunho socialista que deve ser difundida junto às classes populares e as massas operárias em geral, à luz da crítica e de oposição aos aspectos alienantes da cultura burguesa [...] Integração da Cultura do novo humanismo socialista com a educação produtiva politécnica profissional no campo do ensino superior, pois antes do futuro profissional existe o 'ser humano', que não deve ser impedido de percorrer os mais amplos horizontes do desenvolvimento intelectual e humano para ser subjugado apenas a ditadura da monotécnica da máquina capitalista; [...] implantação de um programa escolar concreto que se baseie em uma Escola de Liberdade, culta e viva, desenvolvendo as capacidades necessárias à formação produtiva, científica e tecnologicamente mais avançada, sem se restringir ao regime mecanicista da alienação do trabalho capitalista [...] implantação de um Política Nacional de Educação efetiva e revolucionária com base nos Conselhos de Fábricas [...] Adoção do trabalho como princípio pedagógico formativo na educação das crianças e adolescentes, não de um trabalho ou atividade qualquer, mas do trabalho produtivo como princípio científico e educativo em sua forma hegemonicamente avançada, descartando-se assim, as formas arcaicas e artesanais, características de uma sociedade passadista. [...] Implantação de uma Escola de novo-tipo, historicamente mais orgânica com o mundo do trabalho industrial moderno, ou seja, uma Escola Unitária, de cultura geral, humanista e formativa do novo cidadão socialista, que relacione de forma equilibrada o desenvolvimento da capacidade do trabalho politécnico científico - industrial com o desenvolvimento

intelectual de uma educação integral que o capacite como futuro dirigente e auto gestor de suas destinações históricas.

A partir de Gramsci fazemos um equilíbrio na discussão em torno da educação profissional. As definições de Gramsci são trabalhadas ao longo do texto e ultrapassam a categoria da educação e trabalho, uma vez que suas conceituações contribuem para uma visão de mundo, o que ajuda no amadurecimento do trabalho.

Em relação à coleta de dados, a mesma foi realizada baseada nas seguintes pesquisas: a pesquisa documental histórica e a pesquisa bibliográfica. De acordo com Rodrigues (2006, p.89) “[...] o levantamento de dados para uma pesquisa pode ser feito de forma indireta – pesquisa bibliográfica e documental – ou de forma direta – pesquisa de campo e de laboratório [...]”. Este trabalho fez uso da forma indireta de levantamentos de dados ao utilizar a pesquisa bibliográfica e documental histórica.

A pesquisa documental histórica limitou-se a análise de documentos oficiais do Governo do Estado do Pará. Segundo Marconi e Lakatos (1990, p.60 - 61) conceituam documentos oficiais da seguinte forma:

Documentos oficiais – constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional. O cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados.

Os documentos oficiais são uma ferramenta de manutenção da memória. A sua preservação é de fundamental importância para o avanço das pesquisas históricas. De acordo com Cellard (2010, p. 295) precisamos observar que:

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

A pesquisa documental histórica precisa levar em consideração os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que escapam a uma simples observação e leitura do documento histórico. De acordo com Rodrigues e França (2010, p. 60):

Quando se inicia uma pesquisa documental, é preciso conhecer a história do documento que se tem em mãos, buscando apreender sob que condições ele foi produzido, quem o escreveu e com que propósito. Além disso, deve identificar-se a sua forma material e o conteúdo que aborda.

Concordamos com Rodrigues e França, dado que não podemos apenas analisar a obra é importante contextualizar o momento histórico que rodeiam o documento. Tratando - se de governantes é necessário reconhecer o seu contexto político. Um documento elaborado por um político que se encontra em uma posição favorável será totalmente diferente daquele que se encontra em uma situação desfavorável ou comprometida. Por esse motivo foi elaborada uma seção com a contextualização política, econômica e cultural da década de cinquenta. Essa contextualização contribui para uma análise mais segura e madura em torno da pesquisa e que possibilitou um maior detalhamento do objeto.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.174) em relação à pesquisa documental histórica a sua principal característica é “[...] está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois [...]”. De acordo com Rodrigues (2006, p.89) a pesquisa documental histórica “[...] é feita por meio de fontes primárias, utilizando documentos que ainda não receberam tratamento analítico [...]”.

A pesquisa documental histórica foi realizada nos seguintes lócus: na Seção Obras Raras, na Seção Microfilme, na Seção de Periódicos e na Seção de Obras do Pará da BPAV, que possui mais de 144 anos de história de contribuição ao ensino e à pesquisa; no Arquivo Público do Estado do Pará e na Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA.

Na Seção Obras Raras foram pesquisados os documentos oficiais do Governo do Estado do Pará, que resultou na localização de cinco obras respectivamente: o Relatório Econômico de 1951, a Prestação de Contas da Gestão

Financeira de 1956 e três Mensagens de Governo de Magalhães Barata dos anos de 1957, 1958 e 1959.

Na Seção Microfilme foram pesquisados artigos de jornais microfilmados do período de 1956 a 1957. Na Seção de Periódicos, foram pesquisados os artigos de revistas que abordassem o contexto político, econômico e cultural da década de cinquenta do Brasil e do Estado do Pará. O que resultou na localização de duas revistas: a revista “Cem anos de Juscelino Kubitschek: 1902-2002” e a revistas “JK. A Revista da Casa de Juscelino Kubitschek”.

Na Seção Obras do Pará foram pesquisados as obras que abordassem a educação profissional, o Instituto Lauro Sodré e o Governo de Magalhães Barata. Esta pesquisa resultou na localização de três obras: o livro “Magalhães Barata e o Pará, 1945 de Cunha Coimbra”; dois livros de Carlos Rocque “A formação revolucionária do tenente Barata” de 1983 e o livro “Magalhães Barata: O homem, a lenda, o político” de 2006.

Foi possível constatar através da pesquisa documental que são raros os documentos oficiais do Governo do Estado do Pará da década de cinquenta disponíveis para pesquisa, o que representa um grande abismo documental desse período, visto que foram poucos os documentos oficiais localizados.

Assim, é necessário fazer alguns questionamentos. Por que há um abismo documental referente aos documentos da década de cinquenta? Ocorreu retenção documental por parte dos Governos que atravessaram esta década ou foi falta de zelo na manutenção desses documentos? São perguntas que não serão respondidas neste trabalho, mas que servem de alerta para futuros pesquisadores.

A pesquisa bibliográfica foi realizada nos seguintes lócus: na Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA, na Biblioteca Central da UEPA, na Biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, na BPAV, na Biblioteca Vicente Salles, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e em Bancos de Dados de Revistas Científicas.

A pesquisa bibliográfica realizou buscas sobre o método dialético, a educação profissional (para conhecer a essência do objeto), o contexto político, econômico e cultural do recorte histórico. Destacando as possíveis relações com os governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e de Magalhães Barata. Essa pesquisa também contemplou o Estado da Arte, que foi realizada no Banco de Teses e Dissertação da Capes, com a finalidade de identificar as publicações relativas ao objeto de pesquisa, analisando as publicações como tema da pesquisa.

Em julho de 2002, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) disponibilizou o Banco de Teses – BT com referências e resumos das teses/dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país, com o objetivo de facilitar o acesso a estas informações. As informações bibliográficas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado aqui publicadas são fornecidas diretamente a Capes pelos programas de pós-graduação de todo o país, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. Os dados disponíveis no Banco de Teses foram retirados do sistema Coleta em parceria com a área de informática da Capes. Inicialmente foram disponibilizados 125.000 resumos de teses/dissertações no período de 1996 a 2001. Em um trabalho contínuo pela melhoria e ampliação dos dados disponíveis, também foram resgatados e incluídos referências de trabalhos defendidos desde 1987 em diante. A partir de então, os dados são atualizados anualmente após o informe de atividades pelos programas de pós-graduação do país à Capes. (SOUZA, 2016, n/p)

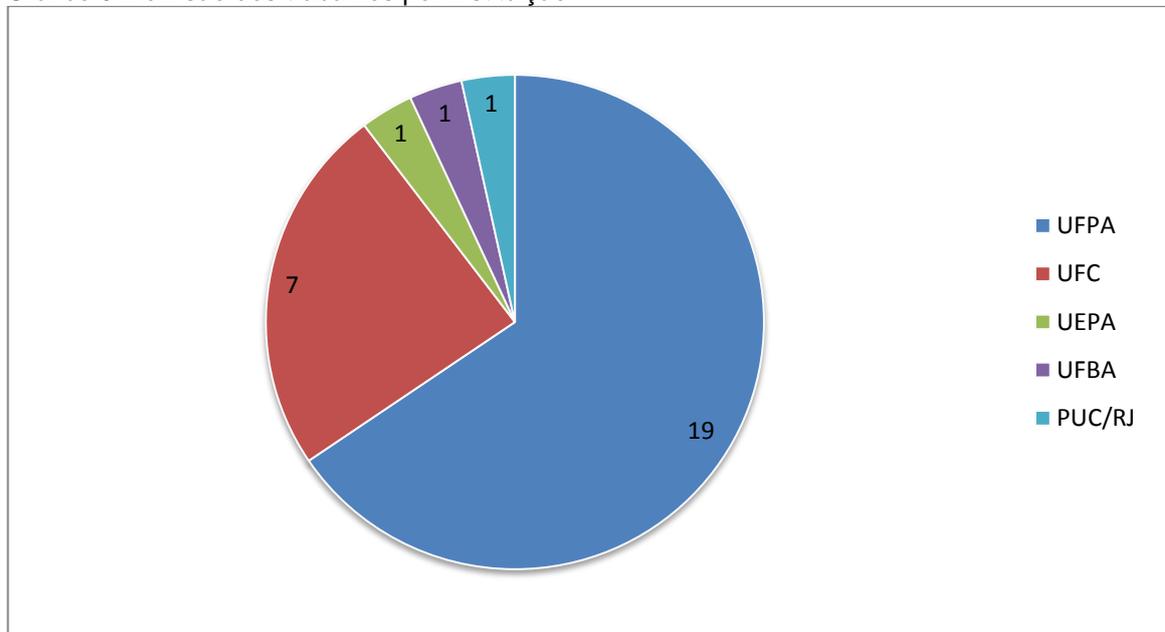
Através do Banco de Teses e Dissertação da Capes foi possível identificar vinte e nove registros de publicações que abordam a educação profissional relacionada ao Estado do Pará. O Banco de Dados acusou cinco Programas de Pós-Graduação em Educação localizados na UFPA, na UEPA, na Universidade Federal do Ceará - UFC, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ e a na Universidade Federal da Bahia - UFBA.

O Estado da Arte pode ser analisado no **Anexo A - Estado da Arte da educação profissional no Estado do Pará**, o seu resultado comprovou que esta dissertação trata-se de uma pesquisa original, uma vez que seu objeto de pesquisa não foi explorado por outros pesquisadores com as seguintes combinações: recorte histórico compreendido entre 1956 a 1959 e recorte geográfico Estado do Pará.

O gráfico 01 apresenta o indicador institucional dos trabalhos alcançados através do Estado da Arte. A partir deste gráfico é possível identificar que a UFPA é a Universidade que mais realizou pesquisas sobre a educação profissional

relacionada ao Estado do Pará. A UFPA produziu dezenove trabalhos, a UFC produziu sete trabalhos e a UEPA, a UFBA e a PUC/RJ publicaram cada uma um trabalho.

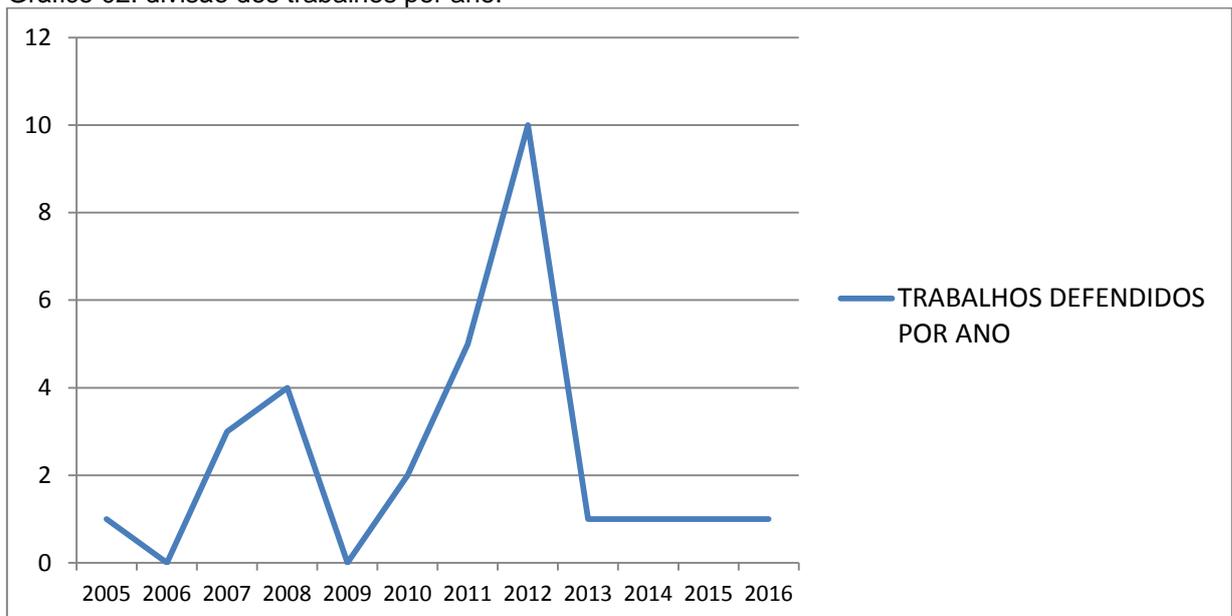
Gráfico 01: divisão dos trabalhos por instituição



Fonte: Capes

O gráfico 02 apresenta os indicadores da evolução anual dos trabalhos publicados pelos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFPA, UEPA, UFC, PUC/RJ e UFBA.

Gráfico 02: divisão dos trabalhos por ano.



Fonte: Capes

A partir do Estado da Arte foi possível identificar registros de trabalhos acadêmicos em torno da pesquisa a partir do ano de 2005. Sendo que ocorreu um crescimento de 2006 a 2008. Em 2009 não ocorreram publicações, a partir de 2010 há um crescimento significativo até 2012 e após esse ano a queda é bem acentuada.

Nesta pesquisa foi utilizada a técnica de análise de discurso, aplicado aos discursos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e de Magalhães Barata. Para Orlandi (2005, p.17) “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar [a] relação entre língua e ideologia [...]”. De acordo com Rodrigues e França (2010, p.60) na técnica de análise de discurso:

As palavras não podem ser interpretadas fora do contexto em que foram produzidas, pois as imprecisões do documento retratam os interesses de quem o produziu. O pesquisador deve submeter o documento a uma análise rigorosa e contextualizada.

A análise do discurso é complementada através dos testemunhos. Segundo Halbwachs (2004, p.29) “[...] fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma [...]”. A análise do discurso realizada nesta pesquisa foi baseada na perspectiva da ideologia do desenvolvimentismo. Levou em consideração que a educação profissional tem por finalidade preparar o estudante para o mercado de trabalho e que o contexto do desenvolvimentismo iniciou com o presidente Getúlio Vargas e se consolidou com o presidente Juscelino Kubitschek.

A análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. [...] Visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e

sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura. (ORLANDI, 2005, p.15-27, grifo nosso).

A análise do discurso buscou equacionar as relações em torno dos discursos de propostas de desenvolvimento do Brasil realizados pelos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, para entender de que forma essas propostas influenciaram o discurso do governador Magalhães Barata, principalmente sobre a política de educação profissional. Para a realização de uma análise coerente foi preciso estabelecer uma conexão do que foi comunicado com o seu contexto.

A capacidade de significar-se percebida nos discursos dos políticos citados é carregada de simbolismo e de uma tendência em tornar o contexto da época um momento único na história do Brasil para a sua população. Os políticos citados transmitiam a ideia de que havia um esforço sobrenatural por parte do governo em transformar o país em uma promessa de desenvolvimento e que para isso seria imprescindível o apoio popular.

SEÇÃO II - O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA DÉCADA DO DESENVOLVIMENTISMO

Esta seção apresenta a contextualização política e econômica da década de cinquenta, com um olhar para o desenvolvimentismo que foi propagado nesse período, com destaque para os governos do presidente Getúlio Vargas (1930 - 1945 /1950 - 1954), do presidente Juscelino Kubitschek (1956 - 1961) e do governador do Estado do Pará Magalhães Barata (1956 - 1959).

Compreender o contexto político de uma pesquisa história que envolve gestão de governo é de fundamental importância para o sucesso da pesquisa. Na reflexão de Gramsci (1978, p.89) a política:

É, de fato, em cada momento dado, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se pode dizer que devem necessariamente confirmar-se. Uma frase estrutural pode ser concretamente estudada e analisada só depois de ter superado todo o seu processo de desenvolvimento, e não durante o próprio processo, ou então somente por hipóteses e declarando explicitamente que se trata de hipótese.

Gramsci alerta para o fato de que somente é possível analisar um contexto político fora do campo das hipóteses quando esse contexto já foi superado. Dessa forma, é possível analisar a década do desenvolvimentismo sem propagar hipóteses uma vez que é um período que já foi ultrapassado do ponto de vista cronológico, social, cultural e político.

O parâmetro contextual da pesquisa em torno da política de educação profissional deve partir do entendimento de Batista, Clark e Padilha (2008, p.2) que advertem que:

Para a devida abordagem das políticas públicas educacionais relacionadas à questão do trabalho no governo Juscelino, é necessário lembrar aos anos anteriores à era Juscelino Kubitschek. Contextualizarmos o Brasil, dos anos trinta, quarenta e cinquenta. Períodos que trouxeram à tona a discussão sobre educação e a importância de se industrializar um país que até então era quase em sua totalidade agrário, reafirmando as bases capitalistas no território nacional.

Dessa forma, iniciamos resgatando a crise de 1929, para passar pelas décadas de 30 e 40 para assim compreendermos o contexto da década de cinquenta e a política de educação profissional do presidente Juscelino Kubitschek e do governador Magalhães Barata.

A crise de 1929 adquire destaque neste trabalho, com o seu respectivo contexto norte americano, pela sua relevância como fator de impacto para a sociedade global e a sua respectiva influência na realidade político, econômico e social do Brasil. No governo de Getúlio Vargas descrevemos: a forma como ocorreu à transição da economia agrícola para a industrial; o papel de seu governo para o início do desenvolvimento nacional e o reflexo da criação da SPVEA para o Estado do Pará.

No governo de Juscelino Kubitschek descrevemos: o processo de fortalecimento da ideologia do desenvolvimentismo através do otimismo e da projeção de ideia de progresso da presidência do Brasil; o Plano de Metas; a construção de Brasília e da Rodovia Belém - Brasília, estas obras que foram de grande relevância para a realização da integração do Brasil; a importância que o presidente Juscelino Kubitschek destinava ao trabalhador e a sua preocupação em implantar no país uma política de educação profissional.

Foi possível identificar que o presidente Juscelino Kubitschek usava o imaginário como parâmetro de progresso, com a finalidade de incentivar a entrada de capital estrangeiro e preparar a nação para o seu Plano de Metas. Este que foi um dos maiores projetos de desenvolvimento que o país já realizou.

No governo de Magalhães Barata no Estado do Pará descrevemos: o início do seu contexto econômico a partir do auge e do declínio da produção da borracha, que ocorreu nas primeiras décadas do século XX; e a situação econômica do Governo do Estado do Pará no final da década de cinquenta que foi o reflexo da ausência de uma política de incentivo a modificação das formas de produção, da extrativista para a agricultura moderna e de larga escala.

Entendendo que havia por parte do Governo do Estado do Pará, no início da década de cinquenta, uma preocupação em fortalecer a economia estadual para

mudar o quadro de dependência econômica através das mudanças nas formas de produção, por isso, já se pensava em uma política de educação profissional.

Assim, esta seção apresenta as seguintes subseções: a origem do desenvolvimentismo através da crise de 1929; o contexto político e econômico do Brasil na presidência de Getúlio Vargas; o contexto político e econômico do Brasil na presidência de Juscelino Kubitschek; o contexto político e econômico do Estado do Pará no governo de Magalhães Barata.

2.1 A Origem do Desenvolvimentismo com a crise de 1929

Com a finalidade de compreendermos o contexto econômico da década de cinquenta e o motivo do fenômeno do desenvolvimentismo ter ocorrido com tanta força no governo do presidente Juscelino Kubitschek apresentamos uma breve análise do marco zero desse contexto, que foi a crise econômica de 1929.

A partir da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918) o mercado europeu foi redirecionado para atender com exclusividade a Guerra, passando a produzir artigos bélicos em detrimento da produção dos seus bens de consumo. Os Estados Unidos na condição de aliado passou a atender o continente europeu. O que resultou em um grande fausto econômico nos EUA iniciado com essa Guerra. Dessa forma, os EUA tornou-se um dos países mais ricos e influentes para o capitalismo mundial. Os EUA passou a disseminar um imaginário de vida que ficou conhecido como **“American Way of Life” (Modo de Vida Americano)**.

Esse imaginário de vida foi trabalhado pelas indústrias de cinema e de propaganda e contribuiu para fortalecer ainda mais o mercado dos EUA. Este estilo de vida sofreu uma crítica por parte de Antônio Gramsci. Para Gramsci (1978, p.338, grifo nosso) precisamos observar que:

Os elementos de ‘nova cultura’ e de ‘novo modo de vida’ que hoje se difundem sob a etiqueta americana, são apenas as primeiras tentativas tateantes, devidas não a uma ‘ordem’ que nasce sobre novas abcissas, que ainda não se formou, mas devidas à iniciativa

superficial e marcantes dos elementos que começam a sentir-se socialmente deslocados pelo agir (ainda destrutivo e dissolvente) das novas abscissas em formação. **O que hoje se chama ‘americanismo’ é, em grande parte, a crítica preventiva dos velhos estratos que serão esmagados pela possível nova ordem [...] ; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir, e mobiliza os aspectos negativos da transformação.** Não é dos grupos sociais ‘condenados’ pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas dos que estão criando, por imposição e com o próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: esses ‘devem’ encontrar o sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, para transformar em ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’.

Esse clima de desenvolvimento, euforia comercial e otimismo econômico generalizado levaram muitas indústrias e investidores a praticarem a abertura de capital na Bolsa de Valores. Dentre outros fatores esse contexto também contribuiu para elevar as ações a uma cotação alta.

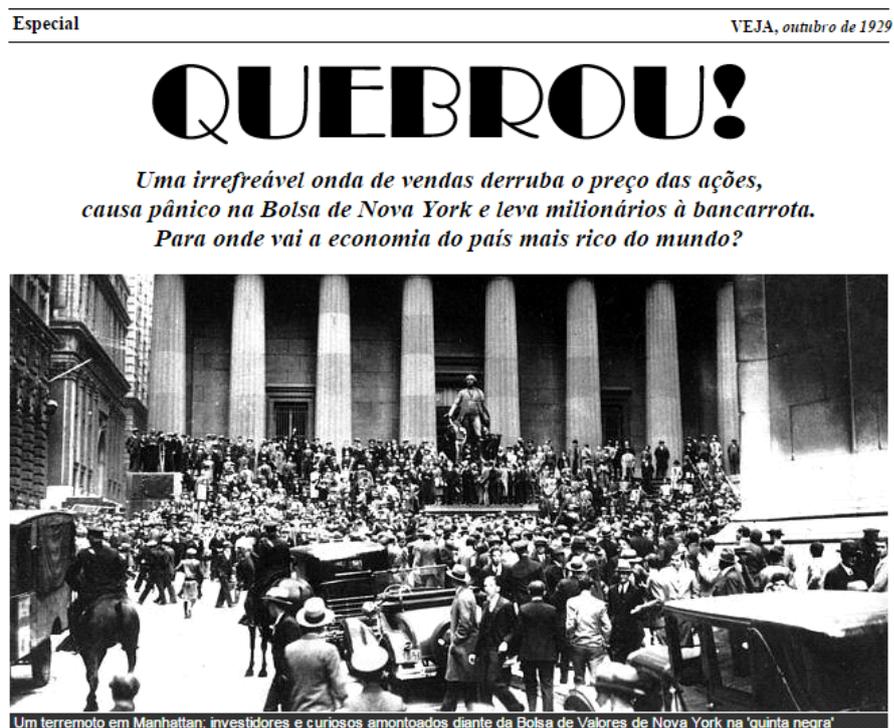
Esse crescimento apoiava-se principalmente nas exportações à Europa em decorrência da Guerra. Essa valorização de mercado proporcionou um padrão de vida bem acima da média para os americanos. O país ficou marcado pelos “Loucos Anos 20”, por ter tido um elevado grau de crescimento econômico. Contudo, a Primeira Guerra Mundial teve fim em 1918 e os EUA entraram a década de vinte com o continente Europeu reiniciando a construção do seu parque industrial o que sinalizava o comprometimento econômico dos EUA.

Se as vendas de armas e munições desapareceram quase instantaneamente com o fim da guerra, elas foram logo substituídas pela não menos substancial procura por alimentos, matérias-primas e bens de capital para socorrer as populações famintas e atender às necessidades de reconstrução das nações europeias. Contemplados com a congestão dos transportes marítimos e a defecção da Rússia como o celeiro de grãos da Europa, os fazendeiros norte-americanos usufruíram um virtual monopólio na comercialização de suas safras até meados de 1920, expandindo ainda mais os seus lucros excepcionais. Esse fenomenal crescimento da renda agrícola dos Estados Unidos provocou o surgimento de uma bolha especulativa centrada nas terras, que se valorizaram de forma desmedida num curto espaço de tempo, especialmente nos estados do Meio Oeste. Os produtores mais bem-sucedidos passaram a se endividar pesadamente na aquisição de novas áreas para ampliar as suas plantações, confiantes na continuidade da demanda europeia. Ao romper o ano de 1920, os preços das propriedades rurais encontravam-se já 70% acima dos níveis de 1914. (ARTHMAR, 2002, p.100)

Assim, é possível perceber o quanto os EUA se beneficiaram financeiramente com a Primeira Guerra Mundial que justamente iniciou em 1914. O fenômeno de recuperação de mercado da Europa acabou provocando um desequilíbrio entre a oferta e a procura. Tendo em vista que a procura aos poucos entrou em declínio o que provocou a redução da produção e logo em seguida vieram às demissões em massa.

Esses fatores provocaram uma queda generalizada no preço das ações, dado que os acionistas temendo prejuízos maiores passaram a ofertar suas ações. Esse comportamento se generalizou e as ações que já estavam com os seus valores baixos despencaram. **O resultado findou em 24 de outubro de 1929, data conhecida como a “quinta-feira negra”. Recebeu este nome uma vez que nesse dia a Bolsa de Nova York simplesmente quebrou.**

Figura 01: Bolsa de Valores de Nova York



Fonte: Revista Veja

O desastre da Bolsa de Nova York resultou no fechamento de empresas, falência de bancos e com milhares de trabalhadores desempregados nos EUA. A crise também provocou um efeito dominó na economia mundial. Segundo Paulo

Netto (2012, p.416) sobre a crise de 1929, descreve que “[...] foi catastrófica; não teve por espaço apenas uma região geopolítica determinada: ela envolveu o globo [...]”. Após isso, o liberalismo de Adam Smith perdeu lugar para o keynesianismo, que defendia a presença estatal no controle do desenvolvimento da economia, teoria que exerceria influencia internacional até a década de 70.

No entanto, qual foi à relação dessa crise com o Brasil? De acordo com Batista, Clark e Padilha (2008, p.2) esclarecem que:

O desemprego e a grave crise econômica gerada a partir da Grande Depressão e da queda da Bolsa de Nova York evidenciaram a necessidade de grandes mudanças no eixo da produção econômica na década de 1930, gerando a transição do modelo econômico agroexportador para o de produção industrial. Essas mudanças (amparadas pelo Governo Vargas, a partir do investimento em indústrias pesadas) favoreceram o desenvolvimento de algumas regiões do país, entre elas a de São Paulo, Rio de Janeiro e outras que acompanharam o incremento do processo de industrialização e as conseqüentes transformações urbanas e sociais, abrindo a possibilidade social na estrutura de classe brasileira, com a ampliação do mercado de trabalho e de consumo.

A crise de 1929 atingiu a produção de café, que na época era considerado o coração econômico do Brasil. Isso ocorreu porque o café era um produto que tinha muita dependência do mercado internacional. Fato que provocou a busca de novos potenciais comerciais para o país como a industrialização. De acordo com Oliveira (2007, p.86, grifo nosso) a respeito desse contexto no ano de:

1929, a quebra da bolsa de Nova York interferiu na cotação do preço do café brasileiro. O preço deste produto caiu bruscamente, ocasionando uma crise interna no Brasil. [...] A baixa cotação da bolsa despencou os preços e os produtores não tinham como escoar esta produção. Diante dessa situação, a reserva de capital que ainda existia passou a ser investida na indústria, pois com o crescimento das populações nas cidades ainda durante a Primeira República, o Brasil tinha um mercado interno consolidado que até o momento vinha suprindo suas necessidades com produtos importados.

Realmente e contraditoriamente a “quinta-feira negra” provocou o aceleração da exploração industrial brasileira. Para Marini (1985. p.2) em relação ao mercado brasileiro com essa depressão explica que “[...] suas repercussões sobre o mercado internacional tendem a manter em baixo nível a capacidade de importação do país, acelerando assim o seu processo de industrialização [...]”. Tornando-se com isso, apesar do impacto, um progressivo desenvolvimento.

A crise do setor cafeeiro abriu perspectivas diversas à economia do país, criando incentivos à produção artesanal e fabril. A depressão que a seguiu deu início a um grande esforço produtivo orientado para as necessidades do mercado interno, que permitiu acelerar o processo de industrialização. Os investimentos antes voltados para a expansão das exportações do café e outros produtos passaram a orientar-se para a produção manufatureira, com vistas a satisfazer uma demanda antes atendida pelas importações, bem como para aproveitar a capacidade ociosa de certos setores, como o têxtil. As próprias empresas ligadas a importações, inclusive filiais de empresas estrangeiras, procuraram em muitos casos, associar-se às iniciativas de produção. Igualmente, inúmeros grupos estrangeiros desenvolveram iniciativas no setor industrial. (PETERROSI, 1980, p. 20)

Inicia-se dessa forma, no século XX, a entrada de capital estrangeiro com a finalidade de atender as indústrias. Esse cenário de desenvolvimento alterou os modelos econômicos, políticos, sociais e culturais do Brasil. Conforme Maia (2013, p. 221-222) sobre esse período:

É necessário dizer que os anos 1930 determinaram o começo de um incrível crescimento da economia brasileira, onde o setor industrial teve fundamental importância. Porém, sem dúvida, os primeiros anos da década não ficaram imunes ao famoso Market Crash da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, bem como a subsequente chamada Grande Depressão.

O Brasil que tinha uma economia agrícola e um elevado consumo de produtos importados passou a industrializar para consumir. Nesse período, o desenvolvimento industrial e o abalo financeiro caminharam juntos, dado que setores atendidos pelo antigo modelo econômico centrado na agricultura sentiram de forma direta a crise do café.

De acordo com Oliveira (2007, p. 105, grifo nosso) precisamos compreender que:

O projeto nacional baseava-se no fortalecimento da indústria e no aprimoramento da mão-de-obra para este desenvolvimento. A preocupação com o desenvolvimento da produção nacional justificava-se por situações relacionadas ao contexto internacional. Esses acontecimentos diziam respeito às duas guerras mundiais, à **Grande Depressão (causada pelo crash da Bolsa de Nova York em 1929)**. Diante desse cenário mundial, o Brasil intensificou sua política no crescimento interno.

Dessa forma, foi a partir desse fato histórico que transformações impactaram na realidade econômica de vários países inclusive do Brasil. Este que

passou a se adaptar a essas transformações e conseqüentemente passou a refletir sobre a sua educação profissional. Esse processo histórico mudou a economia, os modos de produção e principalmente as tarefas dos trabalhadores.

2.2 O Governo Vargas

Figura 02: presidente Getúlio Vargas



Fonte: Palácio do Planalto

É necessário considerar que Getúlio Vargas liderou um governo que representou um divisor político, econômico e social no Brasil.

Considerar que, a partir da Era Vargas, o contexto social brasileiro deslocou-se dos grandes fazendeiros e de sua estrutura social agrária, e transfere-se para os industriais e comerciantes que se instalam como os novos mandatários do poder e moldam a dinâmica urbana da sociedade. O período após a instalação do governo provisório, denominado de “Estado Novo”, foi caracterizado, em linhas gerais, pela criação das condições consideradas necessárias para a modernização da nação com a intervenção do Estado no mercado: forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômico. [...] Entre as ações empreendidas pelo Estado podemos destacar, nesse período, os benefícios concedidos aos trabalhadores, como a criação da CLT em 1943, o Ministério do Trabalho, assim como a Justiça do Trabalho, para mediar as relações entre os empregadores e empregados. Com relação à economia, Getúlio Vargas, na primeira fase de seu governo, teve como principal meta fortalecer a produção nacional.

Um dos fatores que favoreceram o fortalecimento da economia nacional foram os efeitos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial ao comércio internacional, dificultando a compra de matéria-prima do Brasil.(OLIVEIRA, 2007, p. 88).

O presidente Getúlio Vargas foi conduzido pelo que estava sendo apresentado pela economia internacional após o início da grande depressão e da crise do café. Suas ações contribuíram na época para melhorar as relações de trabalho e direcionar o Brasil para o desenvolvimento. Suas medidas em torno das relações de trabalho são vivenciadas até os dias atuais.

Em relação à economia nacional após a Segunda Guerra Mundial os seus efeitos no Brasil são semelhantes, porém em menor proporção, ao que ocorreu com a economia dos EUA a partir da Primeira Guerra Mundial. No entendimento de Lima (1995, p. 105) ocorreu que:

O sistema capitalista mundial sofreu, a partir da 2ª Grande [Guerra] Mundial, uma redefinição com o deslocamento das multinacionais para a periferia através da internacionalização de sua produção, pois, num primeiro momento, as mesmas estavam voltadas para produzir para o mercado interno dos países retardatários. Posteriormente, observa-se que as corporações multinacionais, já em outro momento, mudam a estratégia de produção, ao instalar-se em países periféricos sem a perspectiva principal de produzir para o mercado interno, mas para exportar as mercadorias que apresentavam um baixo custo de produção, vantagem que explica o deslocamento para esses países.

Esse contexto econômico mundial incentivou o presidente da República Getúlio Vargas a iniciar um projeto de desenvolvimento nacional, que incluía a criação de diversas Estatais que garantiriam o crescimento econômico, energético e industrial do Brasil.

Com isso, o país passou a ter uma determinada proteção em relação às oscilações do mercado internacional. Nessa época, há um movimento político brasileiro que tem por finalidade abrir as portas para o progresso nacional.

O movimento de criação das grandes empresas estatais é, de fato, iniciado nos últimos anos do primeiro Governo Vargas, com a constituição da Cia. Vale do Rio Doce, em 1942, da Cia. Siderúrgica Nacional, em 1943, da Cia. Nacional de Álcalis e da Cia. Hidroelétrica do São Francisco, em 1945. Sustentado pelo diagnóstico de que apenas o Estado disporia de recursos para a instalação, no país, de ramos básicos da produção, este movimento

estendeu-se, a partir do início dos anos 50, para a organização dos setores elétrico e petrolífero. (BRASIL, 1996, p.76):

Já na década de cinquenta algumas das principais medidas do governo de Getúlio Vargas passou pela criação do:

Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, mais conhecido como Plano Lafer, em 1951. O plano foi concebido para um prazo de cinco anos, como uma política de investimentos em indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. Os recursos para isso viriam do Fundo de Reparcelamento Econômico e seriam gerenciados pelo BNDE, banco que se responsabilizaria também pelo gerenciamento dos recursos e dos projetos provenientes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. (LEOPOLDI, 1984, apud ARAÚJO, 1992, n/p)

É importante destacar que muitos empreendimentos foram construídos na gestão do presidente Getúlio Vargas.

Durante esse Governo, [que] foi criado o BNDE, órgão pioneiro de planejamento sob o ponto de vista global da economia. Além disso, foram criadas outras entidades e programas, como a Petrobrás, o projeto da Eletrobrás, o Fundo Geral de Eletrificação, o Plano Nacional do Carvão, o Banco do Nordeste do Brasil, a SPVEA, a Capes, a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, além de iniciativas vinculadas à indústria automobilística. (ARAÚJO, 1982, apud ARAÚJO, 1992, n/p).

A inauguração de bancos além de promover o desenvolvimento econômico também foi uma forma que o governo encontrou de se fazer presente no mercado de forma institucionalizada. Esse controle também se tornou marcante na mineração, pois de acordo com Carvalho Júnior (2005, p.89) foi em:

3 de outubro, [de 1953, que], o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei Nº 2004, que estabeleceu a nova política do petróleo e a criação da empresa de capital misto, Petróleo Brasileiro S/A. Ficou assegurado o monopólio da União nas áreas de pesquisa, lavra, refino e transporte. Caberia a Petrobras a responsabilidade de atuar e desenvolver essas atividades e ao CNP [Conselho Nacional de Petróleo] a orientação e fiscalização do setor petrolífero.

Em relação à criação da Petrobrás talvez o presidente Getúlio Vargas não vislumbrasse a grandeza que essa empresa iria alcançar e de sua importância para a economia do país.

Já a criação do Projeto da Eletrobrás representou uma estratégia para o desenvolvimento. “[...] a criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) foi proposta em 1954 pelo presidente Getúlio Vargas [...] A instalação da empresa ocorreu oficialmente no dia 11 de junho de 1962 [...]” (BRASIL, 2010, n/p). A Eletrobrás representaria a regulação e controle energético necessário que o país precisaria sem o qual jamais conseguiria sustentar o seu desenvolvimento industrial.

É importante destacar que a criação de estatais, bancos, empresas de energia e mineradoras lançadas pelo presidente Getúlio Vargas contribuíram para o sucesso da década de 50. O Brasil precisava da criação dessas instituições para entrar no rumo coerente do desenvolvimento. O plano econômico do governo Vargas foi de fato importante, por ter lançado a base necessária para o presidente Juscelino Kubitschek.

Com isso, não podemos retirar do presidente Getúlio Vargas o mérito de seu planejamento econômico. De que forma o Brasil atravessaria a década de cinquenta sem a infraestrutura proporcionada por seu Governo? E como estaria atualmente o país sem a criação de grandes empresas, como por exemplo, a Petrobrás e a Eletrobrás?

Nos quinze anos em que Getúlio Vargas governou ditatorialmente o Brasil, uma das prioridades de seu governo era fortalecer o processo de industrialização. **Mas, nesse cenário, foram travados intensos debates educacionais.** (OLIVEIRA, 2007, p. 94, grifo nosso)

O período do governo do presidente Getúlio Vargas foi de fundamental importância para iniciar no país um debate em torno da educação profissional. Para Lobato (2012, p.39, grifo nosso) presidente Getúlio Vargas no:

Estado Novo, quando adotou o projeto desenvolvimentista, favoreceu a generalização da aprendizagem industrial. Ao mesmo tempo em que o Estado assumiu a industrialização como meta, compartilhou a responsabilidade da formação dos seus aprendizes com as empresas, ao decretar a obrigatoriedade às mesmas para assumirem, também, a formação profissional. Porém, o Estado não possuía a infraestrutura necessária à implantação em larga escala do ensino profissional. **Recorreu, então, à criação de um sistema de ensino paralelo, o que vai consolidar em 1942 a criação do sistema de ensino “S”.**

Dessa forma, a presença de Getúlio Vargas na contextualização desta pesquisa justificasse a partir da ideia de desenvolvimentismo que nasceu na sua gestão. De acordo com Bueno (2012, p.361) “[...] o Estado foi o principal ‘empresário’ do Brasil na Era Vargas, e seu campo de atuação essencial se deu nas medidas protecionistas à indústria e na nacionalização dos recursos minerais [...]”.

A era Vargas terminou com o trágico suicídio do presidente Getúlio Vargas, que ocorreu após uma grande crise política.

Vinte e quatro de agosto de 1954 há de ter sido o dia mais dramático da história do Brasil para pelo menos três gerações de brasileiros. Às 4 horas e 30 da manhã, no seu quarto, no palácio do Catete, no Rio de Janeiro, o presidente Getúlio Vargas se suicidou com um tiro no coração. Ao fazê-lo, atingiu não apenas a si mesmo, mas a própria nação: o coração de seus aliados e a mente de seus inimigos. Ao longo de um quarto de século, Vargas fora o principal personagem do país. Naquele instante, como ele mesmo profetizava, saía “da vida para entrar na história.” Que Getúlio seria aquele que se matava, de pijama, com um balaço no peito? Decerto forma, com certeza não era o caudilho revolucionário de 1930, muito menos o ditador policialesco de 1937. Nem o presidente eleito pelo voto indireto em 1934 ou o positivista com recaídas nazistas. Quem se matava era o presidente que voltara ao Catete “nos braços do povo” – o “Pai dos Pobres”, o protetor dos trabalhadores, o nacionalista fervoroso. Mais do que qualquer personagem incorporado por Vargas ao longo de 25 anos, morria o mais astuto político brasileiro de todos os tempos: o homem de conciliação, o ditador disposto a anistiar seus inimigos, o mais mineiro dos caudilhos gaúchos, risonho e misterioso “como um mandarim chinês”. (BUENO, 2012, p.359)

Figura 03: Notícia do suicídio do presidente Vargas



Fonte: Biblioteca Nacional.

O suicídio do presidente Getúlio Vargas foi um fato que marcou a história do Brasil. Como seria a história do Brasil se Vargas não tivesse apertado o gatilho? O seu suicídio provocou mudanças no cenário político brasileiro que acabaram projetando Juscelino Kubitschek à próxima disputa presidencial.

O presidente Getúlio Vargas não foi responsável sozinho pela construção do Brasil. Entretanto, devemos considerar que a sua vida política se confunde com a própria história do país, por ter trabalhado um desenvolvimento que iniciaria as grandes transformações que resultariam em mudanças de pensamento em torno da educação profissional.

2.3 O Governo JK

Figura 04: presidente Juscelino Kubitschek



Fonte: Palácio do Planalto

A projeção de Juscelino Kubitschek a presidência do Brasil ganhou força com o trágico suicídio de seu amigo e presidente Getúlio Vargas, sendo o único governador a se fazer presente no velório do presidente Getúlio Vargas. Segundo Bueno (2012 p.376) Juscelino Kubitschek “[...] em 1955, era o nome ideal para encabeçar a dobradinha PSD-PTB – articulada por Osvaldo Aranha e Tancredo Neves no enterro de Vargas”. Na época, Juscelino Kubitschek encontrava-se na

condição de governador de Minas Gerais. “[...] em Minas usou o slogan ‘Binômio: Energia e transporte’, construiu usinas, estradas e empresa, iniciou o processo de industrialização em Minas [...]” (CEM..., 2002, p. 7). Pouco tempo depois Juscelino Kubitschek foi lançado candidato a presidência da república.

Como descrito por Bueno (2012, p.376) Juscelino Kubitschek foi:

Dono de um sorriso luminoso [...] era bem humorado, esguio, boa-pinta, “moderno”. Estava pronto para ser o presidente bossa-nova e comandar um país que voltava a acreditar em si mesmo. Descendente de checos, nascido em Diamantina – MG, em setembro de 1902, Juscelino Kubitschek apesar da infância pobre, se formou em Medicina em 1927. Foi eleito deputado federal em 1934, prefeito de Belo Horizonte em 1940 e governador de Minas Gerais em 1950. [...] Uma vez no poder, Juscelino Kubitschek revelou-se dinâmico, empreendedor, competente e astuto, e seu otimismo contagiou a nação.

O dinamismo, o empreendedorismo e o otimismo de Juscelino Kubitschek era o perfil favorável de um candidato para o contexto político e econômico que o Brasil atravessava. Dessa forma, o mineiro foi declarado eleito presidente do Brasil em três de outubro de 1955, juntamente com seu vice João Goulart, que contraditoriamente recebeu um número maior de votos.

A posse do presidente Juscelino Kubitschek ocorreu em “31 de janeiro de 1956, após grave crise política” (BRASIL, 2009, p.7) e somente teve a sua garantia de posse através de um golpe militar realizado pelo então Ministro da Guerra, o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que tinha fama de legalista e era muito respeitado entre os militares. Juscelino Kubitschek assumiu o país em Estado de Sítio.

De acordo com Rocque (2006, p. 854-855) o presidente Juscelino Kubitschek:

Assumi e uma das suas primeiras medidas foi enviar uma mensagem ao Congresso pedindo o fim do estado de [sítio]. No dia 15 de fevereiro era decretado o final daquela medida de exceção. [...] naquele mesmo dia, alguns militares da Aeronáutica, tendo à frente o major Haroldo Velosos, deram início, em Santarém, a uma revolta, que visava tirar [JK] do poder. Não houve, porém, nenhuma outra adesão e o movimento fracassou sendo os revoltosos presos, já em Jacareacanga.

Após a revolta dos militares da Aeronáutica no Estado do Pará o presidente Juscelino Kubitschek não soube mais no decorrer do seu mandato o que foi um levante militar contra o seu governo. Uma possível explicação para isso pode ter sido devido a sua política voltada ao desenvolvimentismo, que era bem recebida popularmente. Iniciou seu Governo proporcionando também uma mudança de mentalidade, ofereceu à população brasileira uma oportunidade de sonhar com um país mais moderno. Na opinião do presidente Juscelino Kubitschek:

A firmeza e a determinação com que me empenhava na obra de desenvolvimento da Nação estava mudando, aos poucos, [a] mentalidade que prevalecia, quer nos círculos políticos, quer nos mais variados setores das atividades privadas. Constatava-se que o povo e o Governo se uniam para uma tarefa de interesse nacional. (OLIVEIRA, 1975, p. 89)

A campanha a candidatura de JK não terminou com a sua posse, o mesmo permaneceu defendendo a suas ideias para a população brasileira e para investidores internacionais. Uma verdadeira campanha a favor do desenvolvimento da nação. Assim, o período ficou marcado pela forte presença do discurso do nacional desenvolvimentismo. No ato da posse do senhor Lídio Lunardi na Presidência da Confederação Nacional das Indústrias, no Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1958, em discurso Juscelino Kubitschek relatou que:

Se imaginarmos uma nação, e não vou referir-me aos Estados Unidos do América, que já ultrapassou todos os índices sonhados pela humanidade; se focalizarmos apenas nações da América Latina, como o México, que tem apenas dois milhões de quilômetros de quadrados contra os 8 milhões e 500 mil do Brasil, e que, já a esta hora, tem 30 mil km de estrada de rodagem pavimentada e asfaltadas, se a compararmos com o Brasil, que ainda não atingiu 2 mil km de estradas de rodagem pavimentadas veremos a necessidade imperiosa desta política que estamos seguindo (JK..., 2011, p.5)

O presidente Juscelino Kubitschek usava o imaginário para criar parâmetros entre o ideal a partir do EUA e o que poderia ser possível se comparado com o México. Tinha uma visão de progresso que não se limitava as fronteiras nacionais. Essa forma de explicar a necessidade que o país tinha de se desenvolver tomando como partido o seu próprio atraso tornava o seu nacional-desenvolvimentismo cada vez mais forte.

Para Moreira (1998, p.6) “[...] o nacional-desenvolvimentismo de [JK] tornou-se influente no interior do pensamento nacionalista [...]”. Antes mesmo de iniciar a tomada do crescimento econômico Juscelino Kubitschek trabalhou intensamente este pensamento. Uma atuação que passou a ser conhecida como a ideologia do desenvolvimentismo. O contexto político, econômico e cultural também contribuiu para essa afirmação.

De acordo com Bueno (2012, p.373, grifo nosso) podemos dizer que:

Foi um tempo em que, para usar a expressão do ensaísta Roberto Schwarz, o país estava “irreconhecivelmente inteligente”. Havia a bossa nova, o cinema novo e a Novacap. A política externa era independente – o que talvez, quisesse dizer que estava “desvinculada” dos Estados Unidos. Falava-se cada vez mais em “libertação nacional” e ela estava diretamente ligada a slogans ultra otimistas, do tipo “50 anos em 5”, “transformações estruturais” e “reforma de base”. **O “nacional desenvolvimentismo” parecia ser o caminho do meio entre o nacionalismo e “entreguismo”, entre economia estatizada e liberalismo.**

Foi a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, com seu slogan “cinquenta anos em cinco”, que o mercado brasileiro deu início a sua transformação mais profundas rumo ao desenvolvimento. De acordo com o presidente Juscelino Kubitschek:

Quem se der ao trabalho de fazer a análise serena do meu Governo, constatará que o seu primeiro ano foi o do lançamento das grandes obras de infraestrutura: estradas, indústrias, energia elétrica, petróleo, armazéns e silos, visando à modernização da agricultura. No segundo anos, os projetos, já em execução, começaram a se corporificar, compondo uma nova fisionomia para o Brasil. Em meados de 1958, concentrei minha atividade na solução do problema da integração nacional. (OLIVEIRA, 1975, p. 111)

O presidente Juscelino Kubitschek apresentou aos brasileiros um audacioso projeto de desenvolvimento nacional pautado na modernidade, na democracia e no progresso industrial do Brasil. Na visão de Peterrosi (1980, p.24) JK “[...] acentuou o distanciamento entre o modelo político inaugurado por Getúlio Vargas e apoiado nas massas, com o modelo econômico baseado na internacionalização da economia [...]”. Seu governo abriu as portas da economia brasileira às indústrias, aos governos estrangeiros e principalmente aos bancos internacionais, que lhe proporcionaram grandes investimentos. Isso ocorreu com um

intenso “lobby” por parte do presidente Juscelino Kubitschek aos bancos internacionais e investidores estrangeiros o que resultou em uma grande entrada de capital estrangeiro no país.

Segundo Peterrosi (1980, p.23) “[...] o afluxo de capitais estrangeiros, que viria a contribuir para a internacionalização da nossa economia, ocorre de maneira significativa a partir do período do Governo de Juscelino Kubitschek [...]”. Sendo um visionário e desejando a evolução do mercado brasileiro rumo ao desenvolvimento o presidente Juscelino Kubitschek proporcionou a confiança indispensável para alcançar os recursos necessários para colocar em prática o seu planejamento econômico.

Governo Kubitschek tem tomado diversas providências, incentivando a entrada de capital estrangeiro no Brasil, para setores básicos como o da indústria automobilística; tem realizado empréstimos com o Export Import Bank e com o Banco Internacional; negociado financiamentos com entidades oficiais estrangeiras através de créditos bancários a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ou garantidos por essa entidade e tem, finalmente, alcançado créditos, a curto e médio prazos, por parte de fornecedores de equipamentos. (BRASIL, 1958, p.9) o:

As negociações com os bancos nacionais e internacionais proporcionaram o cenário necessário para estabelecer um novo modelo de gestão que provocaria um fenômeno de crescimento, principalmente nos setores industriais, energéticos, e minerais. Um exemplo foi um empréstimo de 35 milhões de dólares que conseguiu dos EUA.

O presidente Juscelino e o vice-presidente dos Estados Unidos, Sr. Ricgard Nixon, visitaram hoje a maior Usina Siderúrgica da América do Sul [...] O Sr. Nixon discursou dizendo que neste hemisfério construímos uma só grande família [...] Elogiou o progresso de Volta Redonda e anunciou a concessão imediata de um empréstimo, para que Volta Redonda se expandisse. Aludiu a necessidade de serem aumentadas as trocas comerciais dos dois países. (FOLHA..., 1956a)

A política de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek contou com a abertura ao capital estrangeiro e com a elaboração do Plano de Metas. Além disso, duas construções faraônicas foram as grandes marcas do seu governo: abertura da Rodovia Belém-Brasília e a construção de Brasília.

O Plano de Metas foi construído em colaboração com inúmeros profissionais. Este Plano continha trinta metas, que ficaram distribuídas conforme o Anexo C - Quadro do Plano de Metas. É importante destacar que:

O programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com os estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País o Foram selecionados trinta setores julgados prioritários, fixando-se, sempre que possível, em termos numéricos, os objetivos ou as metas a serem atingidas no fim de 1960. Cada setor foi analisado, inicialmente, estudando-se suas tendências de evolução e suas projeções sobre a necessidade de desenvolvimento no quinquênio, paralelamente, foram analisados, para cada meta, todos os projetos específicos que se destinaria a cumpri-la. (BRASIL, 1958, p.13)

A construção de Brasília, que não estava no Plano de Metas provocou o redescobrimto de um novo Brasil.

Figura 05: Trabalhadores na construção de Brasília.



Fonte: Site No Minuto

O brasileiro também passou a se enxergar em construção, passou a se ver e se entender com um pouco mais de dignidade. Lembremo-nos dos

nordestinos, que não se renderam às dificuldades e que foram encantados pela ideologia do desenvolvimentismo que Juscelino Kubitschek implantou no país.

Figura 06: Praça dos Três Poderes



Fonte: Acervo da Rede Globo.

Após a construção de Brasília o presidente Juscelino Kubitschek relatou que tinha:

Fé neste país. A fé que o Brasil me inspira é que me faz enfrentar que é não o fim ou o objetivo de nossas lutas, mas o marco inicial desta dura e difícil jornada em demanda do grande Brasil (JK..., 2010, p.21)

Em Brasília, 20 de abril de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek demonstrou que um país não cresce sem a força dos trabalhadores ao elogiar os trabalhadores que ergueram Brasília em seu discurso na Praça dos Três Poderes. O presidente Juscelino Kubitschek manifestou-se com as seguintes palavras:

Meus amigos e companheiros de lutas, soldados da epopéia da construção de Brasília, recebo, profundamente emocionado, a chave simbólica da cidade filha do nosso esforço, da nossa crença, de nosso amor a este País. Sou apenas o guardião desta chave. Ela é tão minha quanto vossa, quanto de todos os brasileiros. Falei em

epopeia, e retomo a palavra para vos dizer que ela marcará, sem dúvida, uma época, isto é, “o lugar do céu em que um astro atinge o seu apogeu”. Chegamos hoje, realmente, ao ponto alto da nossa obra. Criando-a, oferecemos ao mundo uma prova do muito que somos capazes de realizar e a nós próprios nos damos uma extraordinária demonstração de energia, e mais conscientes nos tornamos das nossas possibilidades de ação. Entre o presidente da República, que vos fala, e vós, trabalhadores de várias categorias — técnicos, empreiteiros, fornecedores, mestres-de-obras, operários e aprendizes, homens da iniciativa privada, que para cá vos transferistes e me ajudastes [...] **Brasília só pode estar aí, como a vemos, e já deixando entender o que será amanhã, porque a Fé em Deus e no Brasil nos sustentou a todos nós, a esta família aqui reunida, a vós todos, candangos, a que me orgulho de pertencer. Viestes, alguns de Minas Gerais, outros de Estados limítrofes, a maioria do Nordeste. Caminhastes de qualquer maneira até aqui, por estradas largas e ásperas, porque ouvistes, de longe, a mensagem de Brasília; porque vos contaram que uma estrela nova iria acrescentar-se às outras vinte e uma da bandeira da Pátria. Reconheço e proclamo, neste momento, que sois expressão da força propulsora do Brasil. Tíneis fome e sede de trabalho num país em que tudo estava e está ainda por fazer. [...] Ninguém vos subtrairá a glória de ter lutado nesta batalha tremenda. Não vos esqueceria jamais, trabalhadores brasileiros de todas as categorias, a quem me sinto indissoluvelmente ligado.** Eis o produto de nossas angústias, de nossos riscos e do amor de nossas lidas, eis a cidade, que o extraordinário Lúcio Costa disse já nascer adulta. [...] plantada no coração do Brasil, o seu lugar exato. (BRASIL, 2009, p. 47-49, grifo nosso)

Neste discurso presidente Juscelino Kubitschek apresenta uma mensagem de gratidão, valorização e reconhecimento dos serviços efetuados pelos trabalhadores. O presidente apresentou um discurso que foi proporcional ao tamanho da construção de Brasília, que pode ser considerada, para aquela época, uma das maiores obras já construída no Brasil e em tão pouco tempo.

A partir dessa grandiosa obra é que a integração nacional passou a ser planejada. De acordo com o presidente Juscelino Kubitschek após terem sido:

Lançadas as bases de Brasília, era tempo de estender o olhar pelo mapa e visualizar, mais uma vez, a presença do grande cruzeiro de estradas, que faria a integração nacional. Era velha obsessão que me perseguia. A ligação do Brasil por dentro! Quando sobrevoava a Amazônia, figurava na mente a linha reta que vincularia Brasília a Belém. Seria uma linha, rasgada na floresta e estendida sobre rios caudalosos, que levaria a civilização a regiões só palmilhadas por índios. Havia chegado a hora de se transformar a obsessão em realidade. Ia surgira Belém-Brasília. Como os candangos de Brasília,

eu, também, me considerava um 'construtor de catedrais'.
(OLIVEIRA, 1975, P. 85)

A integração nacional proporcionaria não apenas um sonho, mas a abertura de possibilidades econômicas para o país se fortalecer tanto internamente quanto frente ao mercado internacional. Para o presidente Juscelino Kubitschek “[...] era forçoso unir o país por dentro, rasgando, enfim, o cruzeiro rodoviário, que iria ligar uns aos outros os quatro pontos cardeais do território nacional [...]” (OLIVEIRA, 1975, p. 88).

Havia um grande interesse em realizar a integração nacional para incentivar o setor automobilístico. Observe que no Anexo C - Quadro do Plano de Metas apresenta a pavimentação e construção de estradas nas Metas 08 e 09 e temos o incentivo do setor automobilístico, que se encontrava na Meta nº 27 foi elaborada por que:

Em 1955, não havia fabricação de veículos automóveis no Brasil. As empresas em funcionamento limitavam-se à montagem de veículos, que se importavam desmontados, sem que houvesse obrigatoriedade de aumentar a participação de peças nacionais, cuja fabricação se iniciava, então, no país. (BRASIL, 1958, p.87)

Assim, não iria fazer sentido um país que iniciaria a sua fabricação de automóveis com poucas estradas para rodar. Também não iria fabricar veículos para serem vendidos apenas no sul e sudeste do país. Abrir estradas representava ampliar mercados consumidores.

A política de desenvolvimento econômico do presidente Juscelino Kubitschek consubstancia-se em seu programa de metas, que [abrangeu] projetos a serem executados com recursos públicos e privados. O programa traduz um conjunto dinâmico e progressivo de obras e empreendimentos realizáveis em diversas etapas. [...] Ainda que objetivando a realização de novos investimentos em setores-chaves da economia brasileira, o programa de metas também diz respeito à coordenação de diversos projetos de investimentos que já se vinham processando há algum tempo, de maneira improdutiva e onerosa, com recursos orçamentários normais. (BRASIL, 1958, p.9)

Apesar do êxito do Plano de Metas e necessário reconhecer que planos voltados para o desenvolvimento não tiveram início na gestão do presidente Juscelino Kubitschek, mas a sua guinada é marcante nesse período. Estratégias da administração pública com o intuito de montar planos de desenvolvimento para o Brasil passaram pelo:

Governo Dutra [que] inaugurou em 1949aquele que seria o terceiro plano nacional de desenvolvimento: o Plano Salte. De vida curta e frustrada, foi seguido, em 1951, pelo Plano Lafer, em 1956, pelo Plano de Metas, em 1962, pelo Plano Trienal, e, depois, pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento dos Governos militares. Isto posto, vemos que o planejamento no Brasil tem uma longa trajetória. Há que admitir, contudo, que os primeiros passos de mais longo alcance foram dados nos anos 50, e, mais especificamente, que essa arrancada foi dada no segundo Governo Vargas (1951-1954). (ARAÚJO, 1982, apud ARAÚJO, 1992, n/p)

No discurso pronunciado no Rio de Janeiro, na ocasião do ano novo, 31 de dezembro de 1960, o presidente Juscelino Kubitschek fez um balanço de seu governo, relatou que:

Nestes cinco anos deu este país, no que toca ao desenvolvimento material, passos decisivos. Lutamos para nos desprendermos do atraso, da estagnação, do subdesenvolvimento. Vencemos diversas dificuldades que até então pareciam insuperáveis. Enfrentamos um inimigo ferrenho, que, inconformado, ainda envenena a opinião pública e prossegue na sua ação de destruir e negar, de ocultar a verdade de qualquer maneira. Esse inimigo é o hábito de pensar mesquinamente em relação ao nosso país. Reservo-me ainda, antes de sair do Governo, uma oportunidade para dar o balanço de todas as realizações da minha administração. Quero agora apenas reafirmar aos meus patrícios que estamos longe de ser o país perdido que os profetas do passado — pessimistas invencíveis — anunciam. Sem jactância, mas sem medo de errar, repito que não me arrependo de um só ato do meu Governo no esforço de criar um país novo e maior. As estradas aí estão, listrando as terras e as florestas. A nova capital, que tantas controvérsias suscitou e tanta glória proporcionou à nação, aí está. Os passos decisivos, e esses sim, revolucionários, para o nosso crescimento, são irreversíveis. Os impostos produzidos pelo aumento do meio circulante já se absorvem no crescimento espetacular da produção e na circulação da riqueza. Certos teóricos insistem em negar que isto possa acontecer. Somos apenas forçados a lamentar o trabalho suplementar que terão eles em explicar aquilo que classificaram de loucuras, mas que ocasionou o nosso avanço. Loucura teria sido continuarmos parados, sem enfrentar que qualquer maneira — digo bem claramente — de qualquer maneira — os problemas fundamentais de nosso atraso. Aumentaram-se os meios de pagamento, embora num índice de utilização não superior ao do quinquênio precedente. Mas pergunto se o Brasil de hoje, bem maior do que o de cinco anos atrás poderia viver com os escassos recursos monetários que encontrei. Outros governos poderão empreender a revalorização da moeda, com os aplausos e o apoio de toda a Nação, mas não poderiam fazê-lo, de forma alguma, se encontrassem o país atado a uma situação colonial, sem estradas, sem energia, sem obras de base. Os partidários da miséria que se deem por desesperançados; entre convulsões e tropeços, o país cresceu. (BRASIL, 2009, p. 57)

Com todo esse empenho o mineiro Juscelino Kubitschek foi caracterizado como um presidente arquiteto de um novo país. A partir dessas transformações a estrutura social do Brasil passou a se redesenhar com novas bases, conceitos e ideais de progresso. Certamente que os resultados foram alcançados, entretanto Juscelino Kubitschek foi responsabilizado pelo impacto inflacionário do início da década de sessenta.

Na compreensão de Loureiro (2013, p. 671) na década de sessenta “[...]a economia brasileira vivia um período de dificuldade. [...] os efeitos da política expansionista da administração [JK] faziam-se sentir, [...] a elevação da inflação[...]” Foi à conta que o país precisou pagar pelo desenvolvimento ter sido bem maior que o crescimento econômico.

2.4 O Governo Magalhães Barata

Figura 07: General Magalhães Barata



Fonte: Site Jesocarneiro.

O governador Magalhães Barata não era desenvolvimentista, mas foi um político muito bem articulado. Segundo Rodrigues (1979, p. 9) o governador Magalhães Barata foi “[...] líder de muitas revoltas - 1922, 1926, e finalmente 1930 [...]”. Mantinha relações próximas com o presidente da República Getúlio Vargas, este que lhe concedeu por duas vezes a honra de ser Interventor do Estado do Pará,

sendo que a primeira vez foi entre 1930 a 1935. Para Oliveira (2007, p. 91) “[...] quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República, nomeou interventores em vários estados da federação. No Pará, após o processo revolucionário de 1930, foi nomeado Magalhães Barata [...]”. De acordo com Rocque (1983, p. 22):

O interventor era tudo, até juiz. Muitas medidas tomadas por Barata – que hoje não causariam surpresa – chocavam os juristas, os intelectualizados. Como o fato de ter mandado prender um comerciante português, por ter se negado a pagar uma dívida contraída com uma viúva, e que, por ser antiga, legalmente não poderia mais ser cobrada: e o devedor só foi solto depois de liquidar o que devia. Uma atitude como essa, se agradava o povão, desagradava à elite, que via o Interventor meter o dedo em tudo que considerava errado, mesmo que estivesse fora de sua alçada.

Já na segunda vez que voltou ao poder no Estado do Pará, na qualidade de interventor, foi entre 1943 a 1945. Segundo Rocque (1983, p. 51):

Em fevereiro de 1943 voltava ao poder [Magalhães Barata] há quem diga que Vargas, precisando de um homem forte para uma possível investida contra a Guiana, já que a França, na época, estava sob o domínio alemão, escolhera Barata. Recebeu, em sua chegada a Belém, a segunda maior consagração popular que teve ao longo de seus 29 anos de militância política. E mais uma vez recebia o Governo com poderes discricionários.

Já em sua terceira gestão chegou ao poder pelos braços do povo paraense, sendo eleito de forma democrática. De acordo com Rocque (2006, p.859) “[...] o foguetório tomou conta da cidade de Belém, principalmente nos subúrbios. O velho caudilho conseguira, afinal, ser eleito governador constitucional do Pará. [...]”. O governador Magalhães Barata iniciou o seu mandato em 1956 e a finalizou em 1959.

É imprescindível conhecer um pouco da biografia deste líder, que segundo Rodrigues (1979, p. 29-30):

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Filiação: Major Marcelino Cardoso Barata e Cabrina de Magalhães Cardoso Barata. Data de nascimento: 2 de junho de 1888. Local de nascimento: Val-de-Cãns, 2º Distrito de Belém. Local onde passou a infância: Monte Alegre (Pará). Educação: Liceu Paraense; Escola Preparatória de cadetes de Porto Alegre (RS); Escola Militar do Realengo (RJ). Aspirante a Oficial: em 02.01.1911. Destaque nas Disciplinas: Matemática; História Militar e Táticas. Carreira Militar: Serviu como 2º Tenente no 47º Batalhão de Caçadores em Belém do Pará; foi comandante das guarnições de fronteiras do Pará (Oiapoque e Guianas). Serviu ainda

no Rio de Janeiro; no Rio Grande do Sul, no início dos anos vinte, tendo se ligado ao grupo dos Tenentes revolucionários (Siqueira Campos, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, Landry Sales, Juracy Magalhães, Joaquim Távora, etc.). Participou de revoltas militares em 1922 e 1934; preso em Manaus, quando o levante de 1924 foi contido, é remetido para Belém onde é julgado pelas Cortes Militares. Foge da prisão e viaja, até o Rio Grande do Sul. Em 1930, chega disfarçado a Belém, perseguido, muda constantemente de esconderijo, até que foi preso num hospital para alienados mentais. Viaja escoltado para o Rio de Janeiro, de onde fugirá também, para comandar tropas revolucionárias no Estado do Espírito Santo.; quando se preparava para o ataque final à cidade de Vitória, a Revolução já estava triunfante. Logo depois seria promovido a Capitão e em 1931, ao posto de Major. Quando veio a falecer, em 29 de maio de 1959, Magalhães Barata era governador do Estado do Pará e havia alcançado a patente de General de Brigada.

O mandato de Barata terminou por ocasião de sua morte. De acordo com o imaginário popular o governador Magalhães Barata tornou-se um político consagrado pelo povo de uma época. Amado e idolatrado pela população paraense e respeitado pelos seus inimigos. Não foi apenas um político, foi uma marca para a população paraense, de coragem e de respeito ao próximo, principalmente dos menos favorecidos. Talvez o Estado do Pará não tenha em sua história outro político que conseguiu penetrar de forma marcante no imaginário popular como foi o governador Magalhães Barata.

A investigação sociológica do imaginário se acha justificada pelo fato de que não apenas o passado, mas também o futuro, têm existência virtual no presente e que a força de cada um desses fatores que agitam a experiência dos grupos humanos só é evolutiva se interpretadas as tendências latentes que as sustentam. (LEGROS, 2007, p. 81)

Até os dias atuais é possível ouvir testemunhos, não apenas sobre quem foi o governador Magalhães Barata, mas o que ele representou como figura popular a sociedade daquela época.

De acordo com Rocque (2006, p. 886-887, grifo nosso) o presidente Juscelino Kubitschek em seu discurso na ocasião da visita ao Pará em 1957 relatou sobre o que pensava sobre o governador Magalhães Barata:

Asseverou que considerava o apoio inabalável do governador Magalhães Barata à sua candidatura presidencial como um dos sustentáculos da manutenção do regime democrático. Quando outros fraquejavam e temiam pelo apoio dado a essa candidatura, não resistindo a terrível pressão que sobre ela se exercia, recebera

do general Barata as mais expressivas demonstrações de irrestrito apoio e solidariedade, com a declaração de que com ele iria às urnas, de qualquer maneira, com golpe ou sem golpe, para a vitória ou para o insucesso. E esse apoio intransigente, essa solidariedade inabalável, tinham sido pilares seguros da manutenção da sua candidatura e também da manutenção do regime democrático no Brasil. E frisou: - **Magalhães Barata é hoje uma figura nacional pela alta e valiosa contribuição que deu ao Brasil para a manutenção do regime democrático em nossa terra.** Por todos esses motivos e porque também conheço a sua capacidade de trabalho, a sua devoção à terra natal, a sua vida de serviços prestados ao Pará e à Nação, eu mais uma vez reafirmo que o Governo Federal dá todo apoio às reivindicações do Pará e este Estado terá tudo do meu Governo.

Abaixo uma breve análise sobre o contexto econômico e social do Estado do Pará no início do século XX com a produção da borracha. Para Oliveira (2007, p.66) “[...] Belém foi uma das cidades que mudou significativamente sua estrutura porque era o polo central para o escoamento da produção do látex [...]”. Segundo Thury (2012, p. 42, grifo nosso):

Vale ressaltar que a riqueza acumulada em função da exportação da borracha não se limitou apenas a favorecer o bem estar das elites paraenses de então. **Acrescida do aumento populacional que vinha ocorrendo, contribuiu de modo considerável para a reorganização do espaço urbano no Estado do Pará, sob a inspiração de valores europeus, particularmente franceses, traduzida na “expulsão” das famílias pobres, que antes ocupavam áreas centrais, para pontos mais distantes.**

O Estado do Pará conheceu um crescimento econômico nesse período jamais vivenciado antes, no entanto isso não se deu de forma planejada. Esse período representou também mudanças culturais na sociedade paraense. Esta que passava a ficar mais próxima do centro do país.

É axiomático o princípio de que o progresso financeiro opera-se em função do progresso econômico. A uma economia fraca correspondem normalmente finanças precárias. O fortalecimento da estrutura econômica reflete-se, via de regra, no revigoramento financeiro. A história paraense do começo deste século ofereceu um vivo exemplo dessa interligação estreita, na repercussão que o colapso da borracha teve na arrecadação das rendas estaduais. Em 1910, ano de culminância da produção da hevea, a arrecadação, que de CR\$ 13.503,822,50 , em 1900, alcançara CR\$ 19.039,709,50, em 1909 atingiu o seu ponto mais alto: CR\$ 20.255,070,60 e chegou o momento em que os seringais do Oriente começam a abarrotar os mercados. A queda da receita é vertiginosa: [...]1915 CR\$ 8.786,940,50. (PARÁ, 1952, p. 9):

O texto citado partiu do Relatório Econômico de 1951 do Governo do Estado do Pará, que foi produzido pelo Secretário de Economia e Finanças Stélio de Mendonça Maroja ao governador da época o Sr. Alexandre Zacarias de Assumpção. Esta pesquisa demonstrou que existiram dois fatores que proporcionaram a decadência financeira da década de cinquenta no Estado do Pará. O primeiro fator foi justamente o reflexo da falta de planejamento produtivo da região amazônica, que permanecia sem uma estrutura que oferecesse melhores desempenhos econômicos ao Estado do Pará o outro fator determinante foi à derrocada da produção da borracha no Estado do Pará.

Para entendermos o tamanho do prejuízo que o Estado do Pará teve com a derrocada da borracha realizamos o seguinte cálculo. Se somarmos a diferença da arrecadação do imposto sobre a borracha de 1910, que alcançou vinte milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, setenta cruzados e sessenta centavos, com a de 1950 que foi de três milhões, vinte e um mil, novecentos e cinquenta e seis cruzados e cinquenta centavos em um intervalo de quatro décadas o Estado do Pará perdeu nesse período sem correção monetária o equivalente a mais de setecentos e sessenta e nove milhões, trezentos e sessenta mil cruzados de arrecadação.

E porque saber dessa informação é importante? A sua importância se deve ao fato de que o mercado paraense e o setor da educação atravessariam a década de cinquenta em uma situação bem mais confortável, principalmente a educação profissional, visto que o investimento nesse tipo de educação já era muito alto em 1951. Nesse período é evidente a preocupação do Governo Estadual em tentar mudar o quadro econômico.

Hoje como ontem nossa situação econômica é a principal responsável pela instabilidade e pobreza de nossas finanças, [...] apesar de transcorridos 40 anos, desde a derrocada da borracha, poucas foram às modificações de nossa estrutura econômica. Com exceção da capital e de raras cidades do interior, persistem por toda a parte as mesmas características de primitivismo, cujo índice mais expressivo são: 1º Persistência destacada ao extrativismo, no quadro geral da produção [...] O eminente Dr. José Malcher, em seu relatório dos negócios do tesouro do Estado, referente ao ano de 1917, reuniu impressionantes conceitos emitidos sobre o assunto, destacando-se dentre outros o do emérito Amaro Cavalcanti, em 1890: 'Os processo empregados até aqui na indústria extrativista naquelas regiões (Pará e Amazonas), tendem antes a destruir, a devastar, do que a fazer frutificar continuamente; acresce que a

ninguém parecera base segura de progresso a simples possibilidade de colher, onde e quando houver, os produtos espontâneos da natureza. O progresso estável e contínuo de um povo só pode resultar de aplicação do trabalho, de mais e mais inteligente e aperfeiçoando, criando cada dia novos produtos industriais e alargando a esfera de sua ação produtiva sobre novos elementos, existentes ou adquiridos' [...] 2° Inexistência de produção mineral [...] 3° baixa produção de eletricidade, cujo grau de consumo atesta, o atraso ou adiantamento de um povo. 4° Atraso de nossa agricultura. É um fato doloroso que se não pode ocultar. Em pleno século XX, a agricultura amazônica, rudimentar, desprovida de máquinas, empregando via de regra a enxada, e o terçado, defendendo-se do empobrecimento do solo. (PARÁ, 1952, p. 10).

De acordo com Pará (1952) O Estado entrou a década de cinquenta investindo na educação profissional. Havia a Escola Professor Lauro Sodré e o Orfanato Antônio Lemos, o Colégio Gentil Bittencourt, a Escola de Comércio de Santarém, e o Instituto Rural de Ararinha.

Foi possível observar através do relatório de 1952 que o Governo do Estado do Pará tinha uma grande preocupação com a educação, com certa ênfase para a educação profissional. A intenção era melhorar a mão de obra do Estado do Pará através de uma política de educação profissional e com isso melhorar a sua cadeia produtiva. Segundo Silva (2014. p. 38-39) é necessário compreender que:

A educação profissional está historicamente ligada ao desenvolvimento, tomado como sinônimo de crescimento econômico estabelecendo as diretrizes para as práticas de formação do trabalhador, como forma de conduzir o processo de desenvolvimento de acordo com as necessidades de mercado sem considerar as peculiaridades das realidades do município. A formação para o mercado do mundo do capital relaciona-se com o Estado através da educação profissional, para que escola produza a mão de obra necessária para atender os seus interesses, e o resultado dessa relação é uma educação dual, fragmentada, que somente explora, aliena ,exclui, e aprisionam o trabalhador as tendências de mercado do capital.

A educação profissional é uma modalidade de educação que direciona o estudante para uma determinada demanda. Não foi diferente o que ocorreu no início da década de cinquenta. De acordo com o Pará (1952) O Estado do Pará fez bons investimentos na educação profissional, tendo em vista que foi gasto com a mesma 13% dos recursos destinadas a educação. Já o ensino superior foi gasto menos de 3%.

O Governo de Sr. Alexandre Zacarias de Assumpção gastava quatro vezes mais com a educação profissional do que com a educação superior. O que se pretendia com esse investimento era justamente elevar o Estado do Pará ao patamar econômico que havia vivenciado no início do século XX.

Já no Governo Federal Getúlio Vargas trabalhou o desenvolvimento econômico da Amazônia, em particular a do Estado do Pará. Segundo Mendes e Rodrigues (2015, p.35638) é necessário esclarecer que:

Ao contrário da crise do café, a crise da borracha não proporcionou uma revolução industrial pelo contrário, fez com que o Governo paraense após 40 anos entrasse na década de 50 lamentando a ausência de arrecadação sentida pelo Estado no início do século.

Em relação a esses fatores é que foi criado um plano de desenvolvimento figurado pelo presidente Getúlio Vargas para atender a Amazônia, desse plano surgiu a SPVEA. Segundo Marques (2013, p.1) foi “[...] em 1953 [que] foi criada a [...] (SPVEA) com o objetivo de elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região. Foi uma proposta inovadora no planejamento brasileiro [...]”. De acordo com Oliveira (2007, p. 93, grifo nosso):

O Governo Federal escolheu a cidade de Belém para ser a sede da instituição. Entre os motivos que levaram o governo federal a criar uma instituição que pudesse implementar políticas na região Amazônica estava a divulgação das contas nacionais do período de 1951-1952. Este documento mostrava que havia uma disparidade sócio-econômica entre a Região Sudeste e as regiões consideradas periféricas. Entre estas estava o Norte e Nordeste. **No dia 21 de setembro de 1953, a SPVEA foi oficialmente inaugurada em Belém.**

Dentre todas as estatais criadas no Governo Vargas, sem dúvida a SPVEA representou mais os anseios da população paraense. Também significou o reconhecimento por parte do Governo de Getúlio Vargas da ausência de Políticas Públicas voltadas para o crescimento da Região Norte.

A SPVEA foi instalada em Belém, em 21 de julho de 1953, e, dias depois, Arthur César Ferreira Reis tomava posse como primeiro presidente. Paralelamente, pelo Decreto nº 31.673, de 29 de outubro de 1952, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), que seria presidido por Felisberto Camargo, um dos principais especialistas em assuntos amazônicos, e um dos colaboradores da formulação de propostas de desenvolvimento para a região. Dentro da preocupação com o desenvolvimento regional,

nesse mesmo ano foi criado o Banco do Nordeste do Brasil S.A., voltado para as questões de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. A SPVEA foi concebida para ser um organismo de planejamento e de execução, e seus projetos e orçamento tinham que ser submetidos à aprovação do Congresso Nacional. Subordinada ao presidente da República, tinha autonomia administrativa e estava composta da seguinte forma: uma Superintendência e uma Comissão de Planejamento, formada por 15 membros, todos nomeados pelo presidente da República, seis deles técnicos e nove representantes dos estados e territórios indicados pelos respectivos Governos. Além disso, tinha sete outras comissões especializadas - Coordenação, Produção Agrícola, Recursos Materiais, Transportes, Comunicações e Energia, Crédito e Comércio, Saúde, Desenvolvimento Cultural - e 11 órgãos administrativos. (ARAÚJO, 1992, n/p)

Dessa forma, ficou evidente a preocupação com os setores agrícola, energético, comunicação e comércio. Compreender a criação da SPVEA é ter a convicção de que não era só geograficamente que o Brasil estava dividido, havia uma divisão política e econômica. ASPVEA foi planejada para nivelar a Amazônia ao restante do país. No entanto, essa instituição não conseguiu alcançar seus objetivos. Apesar da iniciativa política de Getúlio Vargas a SPVEA foi um exemplo de fracasso.

Nem sempre, na prática, os objetivos eram confirmados. É o que se percebe, por exemplo, com a rubrica educação, área considerada central, e que recebeu 20 milhões de cruzeiros, metade do que foi atribuído. (ARAÚJO, 1992, n/p)

Segundo Mourão (1989) inicialmente a SPVEA tinha como finalidade central formar politicamente e economicamente uma nova sociedade voltada para o desenvolvimento industrial. Mantinha duas metas que ancoravam o projeto: acabar com a deficiência energética e a falta de integração. A SPVEA só avançou no setor energético, dado que criou a FORLUZ em 1952 no Estado do Pará, assinou um contrato em 1953 com Westinghouse Electric International Company de construção de Usinas Termoelétrica. A FORLUZ funcionou até 1962, a partir dessa data as Centrais Elétricas do Pará (CELPA) passaria a gerenciar a energia do Estado do Pará.

A realidade produtiva do extrativismo, da agricultura e da mineração do Estado do Pará permaneceu na mesma condição. Ironicamente ocorreu à queda da participação regional na renda brasileira com a entrada da SPVA.

A SPVEA foi, desde o início, alvo de controvérsias. **Em 1960, findo o Primeiro Plano Quinquenal, o órgão efetuou um balanço de sua própria atuação e reconheceu, através de dados, o fracasso de suas metas em quase todos os níveis.** Esse estudo revela que, de 1948 a 1958, a participação da região na renda nacional caíra de 4,6 para 4,4. Não houvera aumentos significativos na produção agrícola, praticamente nada fora realizado com referência à colonização, e fora nula a ação para fixar as colônias agrícolas existentes. Na área de transportes, mencionava-se o início da construção da Belém-Brasília, e, na de energia, um dos setores mais contemplados, a construção de cinco usinas térmicas e duas hidrelétricas, que, no entanto, tinham vindo atender às necessidades de energia do resto do país, e não da região. As pesquisas sobre solos, climas, recursos naturais e vegetação eram também insatisfatórias. Quanto à borracha, não houvera esforço sério para o cultivo da seringueira. (ARAÚJO, 1992, n/p, grifo nosso).

Assim, apesar do Brasil ter passado por profundas transformações políticas, econômicas e sociais, que provocaram o início da industrialização e do desenvolvimento do Brasil no decorrer da década de trinta a década de cinquenta, o Estado do Pará não conseguiu se projetar para uma perspectiva de desenvolvimento. Isso ocorreu por conta da sua localização geográfica e também pela manutenção do extrativismo como principal forma produtiva.

Para contribuir com o desenvolvimento do Estado do Pará foi criado em 1956 o Banco Rural e Hipotecário do Pará S/A. (FOLHA..., 1956b). Segundo Pará (1957b) foi investido em 1956 respectivamente no Estado do Pará trezentos mil cruzeiros no aeroporto de Salinópolis; cento e cinquenta mil cruzeiros de auxílio a Associação Comercial e Agrícola do Xingu; duzentos mil cruzeiros de auxílio para agricultores no Município de Abaetetuba; cem mil de auxílio para o setor energético em Urumajó; cinquenta mil cruzeiros para asfaltar a Estrada do Maguari em Ananindeua; trinta mil cruzeiros para construção da Ponte do Porto do Januaceli (Cametá); duzentos mil cruzeiros para a Casa do Trabalhador; cinquenta mil cruzeiros para o Circulo Operário de Cametá.

No entanto, o problema do desenvolvimento tinha também um caráter histórico. Segundo o Pará (1952, p. 11, grifo noso) a dificuldade de manutenção do desenvolvimento também ocorria pela:

Baixa densidade demográfica [que parecia] um dos grandes obstáculos ao progresso nos Estado se Territórios Amazônicos. [...] A dispersão do elemento humano é outro fator negativo a considerar. O povoamento amazônico não tem obedecido a um plano que

objetiva-se o máximo de concentração humana, em zonas economicamente mais apropriada. [...] O isolamento do homem, na floresta, é uma decorrência inevitável da economia extrativista. [...] A má distribuição da propriedade e a inadequada legislação relativa ao arrendamento de terra para a exploração de produtos nativos, devem ser também responsabilizados pelo que há de retrógrado, em nossa paisagem econômica. **Não se encontram, no Pará, os dois tipos de propriedade, os únicos capazes de levar a riqueza e o conforto ao meio rural: A grande empresa, de organização capitalista, para a produção em larga escala e a técnica mais moderna; e a empresa média, constituída em bases modestas, mas seguras, exigindo elementos equilibrados, experientes, dotados do que se pode chamar de tradição agrícola,** à semelhança dos camponeses que fazem a solidez das melhores agricultura da Europa.

Sobre a relação entre a economia do Estado do Pará e a Política Econômica Nacional de Juscelino Kubitschek, havia um interesse presente no discurso do presidente na ocasião de sua visita ao Estado do Pará em 1957, de contribuir para o desenvolvimento do Estado.

Segundo Pará (1957a) a renda industrial do Estado do Pará vinha de dois tipos de serviços: os serviços urbanos e os serviços diversos. Os serviços urbanos: Departamento Estadual de águas e Serviço de Navegação do Estado; a segunda era estabelecimentos e serviços diversos dos quais faziam parte: o Educandário Monteiro Lobato, a Escola Profissional Lauro Sodré, o Instituto Carlos Gomes, Imprensa Oficial, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Hospital Juliana Moreira, o Hospital de Isolamento, o Colégio Gentil Bittencourt, o Presídio de São José e a Colônia Estadual de Tomé – Açu.

Segundo Pará (1957a) a arrecadação do Pará em 1955 foi de mais de duzentos e noventa e três milhões e oitocentos e vinte mil cruzeiros. Já a arrecadação de 1956 no Governo de Magalhães Barata foi superior a trezentos e cinquenta milhões, com um aumento que passou dos cinquenta milhões de cruzeiros. De acordo com Pará (1957b) foi previsto uma arrecadação de duzentos e quarenta e quatro milhões e seiscentos e oitenta e um mil cruzeiros para 1956 e ocorreu um superávit de mais de cento e quarenta e três milhões de cruzeiros, dado que foi arrecado trezentos e oitenta e oito milhões de cruzeiros.

Apesar do superávit ficou evidente que o Governo do Estado do Pará em 1956 não tinha uma política voltada para o desenvolvimento industrial e no final da

década de cinquenta embora tivesse apresentado um superávit na arrecadação não consegue efetivar uma política de produção que favoreça o seu potencial mercado industrial e agrícola.

De acordo com Rocque (2006, p. 883-884, grifo nosso) foi em um:

Domingo, 6 de janeiro [de 1957], Juscelino Kubitschek , pela primeira vez depois de ter tomado posse como presidente do Brasil, veio a Belém. Desceu no Aeroporto de Val-de-Cães às 10 horas. [...] Ainda na pista do aeroporto, Juscelino Kubitschek recebeu, do governador Barata, cumprimentos em nome do povo paraense. [...]. Do aeroporto, Juscelino, Barata e a Almirante Ary Rangel seguiram (logicamente com muita gente acompanhando) para uma visita ao Dique Seco de Val-de-Cães. Dali dirigiram-se para a usina da Força e Luz do Pará, sendo recebidos pela diretoria da empresa, à frente J. Dias Paes, que os saudou, ressaltando a grande contribuição da SPVEA. **Juscelino proferiu, então, o seu primeiro discurso: disse ter ficado satisfeito com o relatório dado por J. Dias Paes e que a energia era ponto fundamental do programa de Governo.** [...]. E a Força e Luz do Pará teria toda a colaboração do seu Governo, pois nada poderia negar ao Estado que tinha à frente dos seus destinos a figura do batalhador decidido pela grandeza de sua terra, que era o General Barata, seu dileto amigo, a quem dava e continuaria dar todo auxílio e cooperação do Governo Federal. Em seguida Juscelino, Barata e comitiva [...] rumaram para os Silos de Belém, construídos pelos SNAPP. Lá, Waldir Bouhid explicou ao presidente a capacidade de produção dos Silos. Após descerrar a placa inaugural, Juscelino Kubitschek proferiu o seu segundo discurso, ressaltando o trabalho realizado, que se coadunava com seu programa de trabalho. E ficava satisfeito pela notícia que Bouhid lhe dava, que o funcionamento dos Silos reduziria o preço do trigo consumido em Belém. E mais uma vez elogiou Barata, homem que era um eterno preocupado com a situação e as condições de sua gente.

Como descrito por Rocque (2006, p. 886) o governador Magalhães Barata em seu discurso na ocasião da visita de Juscelino Kubitschek elogiou o presidente:

– O que V. Exa. Foi ontem, está sendo hoje e continuará a ser, com a graça de Deus, até o término do mandato que o povo brasileiro, em pleito memorável, lhe confiou. O que V. Exa., senhor presidente, prometeu antes de ser Governo, quando ainda aguardava o julgamento inapelável das urnas, está cumprindo e procurando cumprir, sem poucos esforços, nem fadigas, nem sacrifícios, enfrentando e removendo, numa verdadeira epopéia de trabalho, coragem e fé, com decisão e bravura, todos os óbices e dificuldades. E assim sendo e assim procedendo, ninguém de boa fé poderá negá-lo, não faltou, nem está faltando, nem faltará jamais, todos esperamos, à expectativa da Nação, que tanta confiança depositava no seu patriotismo, no seu valor e na sua invulgar capacidade de trabalho e realização. Queria bem e

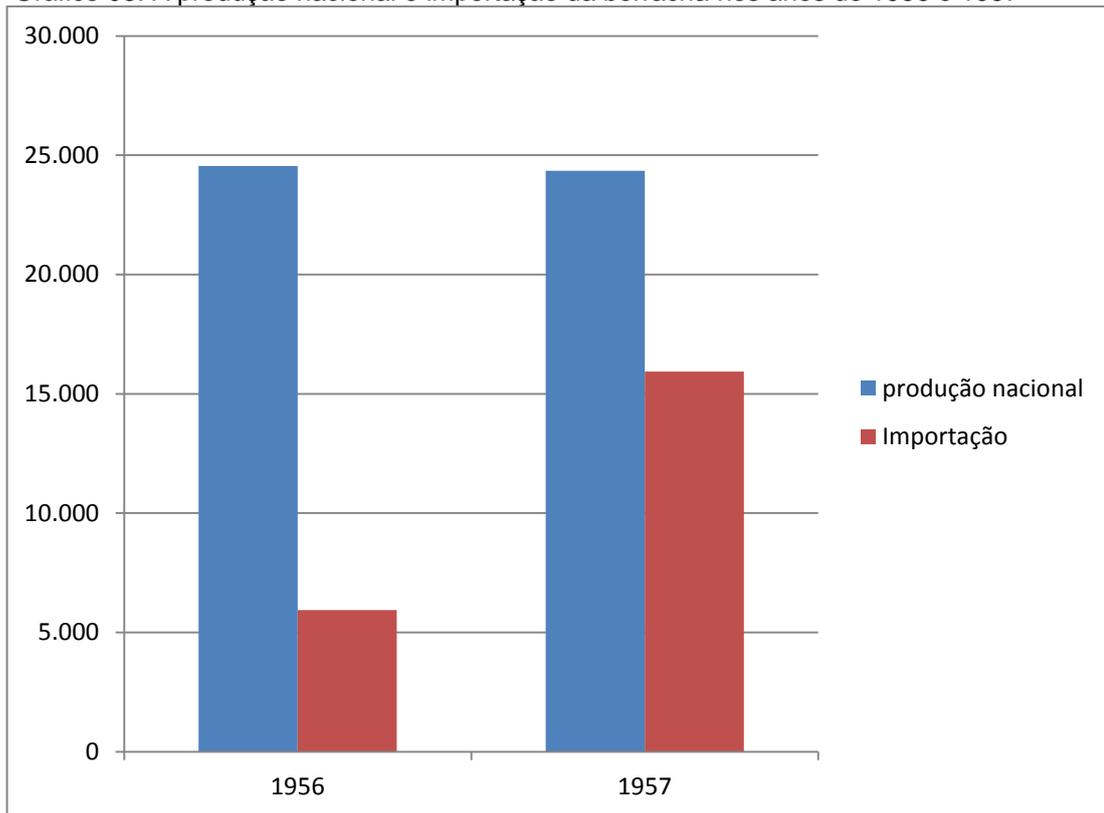
propositadamente repetir o que o candidato prometeu, o presidente estava religiosamente cumprindo e procurando cumprir com tal vigorosa decisão e tão firme desejo de acertar, em função do Progresso da Pátria comum e do bem-estar do seu povo, que ajudá-lo, cooperar com o seu Governo, obra em que se empenhava, constituía, sem dúvida, um imperativo de honra para todos os brasileiros conscientes de seus deveres e responsabilidades face a Nação e ao seu futuro. Nos dias incertos que atravessamos, ajudar ou servir, com sinceridade e elevação, o Governo do presidente Juscelino, era servir ao próprio País, de tal maneira, na conjuntura em que viviam, se confundiam e coincidiam, os interesses e objetivos de um e de outro. E Barata concluiu pedindo ajuda, a Juscelino, para a política de incentivo à produção da borracha, junta e castanha-do-pará, elementos básicos para a economia paraense.

Assim, ficou evidente que a prioridade energética tinha se estendido do presidente Getúlio Vargas ao presidente Juscelino Kubitschek em relação a sua aplicação no Estado do Pará, por contadas melhorias no setor energético do Estado do Pará através da SPVEA.

O pedido de apoio do governador Magalhães Barata à produção extrativista da borracha também não foi atendido pelo presidente Juscelino Kubitschek, mesmo tendo a produção da borracha na meta nº 25, do Plano de Metas. Contraditoriamente, outros Estados receberam incentivos na produção pelo Governo Federal, dado que “[intensificaram-se] a plantação no país, na Amazônia e no Território do Amapá, de borracha silvestre, bem como na Bahia e na zona litorânea de São Paulo”. (BRASIL, 1958, p. 83-84).

As indústrias brasileiras necessitavam de borracha, tendo em vista que havia uma demanda crescente do seu uso pelas indústrias brasileiras o que provocou uma importação três vezes maior da borracha em 1957 em comparação ao ano de 1956. “[...] em 1956, o Brasil produziu 24.543 toneladas de borracha natural e importou 5.936 toneladas. A produção de 1957 foi de 24.342 toneladas; a importação, de 15.938 toneladas [...]” (BRASIL, 1958, p. 83-84). É possível visualizar a produção nacional e a importação da borracha no gráfico abaixo.

Gráfico 03: A produção nacional e importação da borracha nos anos de 1956 e 1957



Fonte: Brasil (1958)

Apesar das afinidades do presidente Juscelino Kubitschek com o governador Magalhães Barata a pesquisa não resultou em grandes registros de investimentos e atuação do Governo Federal para desenvolver o Estado do Pará. Nesse sentido, o maior investimento do Governo Federal, que em tese beneficiaria a economia do Estado do Pará foi à construção da Rodovia Belém-Brasília. De acordo com Mourão (1989, p. 72-73, grifo nosso) foi:

Na década de 50, também foram iniciadas as obras da construção da Rodovia Belém-Brasília (BR - 316), sendo inaugurada na década de 60, o que facilitaria o acesso por terra ao Pará. **Com o uso regular dessa rodovia foi possível derrubar as barreiras “protetoras” à produção industrial local, na medida que se facilitou o ingresso de produtos do centro-sul, que passaram a competir de modo mais vantajoso com os similares locais.** Nenhuma medida compensatória para a indústria local foi adotada. Ao contrário, os benefícios eram para os empresários extra-locais que se habilitassem à região. **Isso provocou a decadência e, mesmo, o desaparecimento de várias empresas manufatureiras paraenses. Muitas indústrias continuaram a existir, mas sob diferentes razões sociais. Tornaram-se declaradamente subsidiárias de indústrias de outras regiões do país ou mesmo do exterior.**

Foi um ato político que não levou em consideração as particularidades econômicas das indústrias paraenses.

Ato político pode ter sido um erro de cálculo por parte dos dirigentes das classes dominantes [...] O princípio do 'erro' é complexo: pode tratar-se de um impulso individual por erro de cálculo, ou também de manifestação de tentativas de determinados grupos ou grupelhos de assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem falir. (GRAMSCI, 1978, p.89)

A integração nacional provocada pela construção da Rodovia Belém-Brasília facilitou a entrada de mercadorias básicas para o Estado do Pará, mas também fragilizou um mercado que já era historicamente vulnerável as mudanças externas.

SEÇÃO III - A EDUCAÇÃO NO GOVERNO DE MAGALHÃES BARATA

Esta seção faz a contextualização da situação educacional do governador Magalhães Barata através de duas subseções. A primeira aborda o apoio do Governo do Estado do Pará as demandas educacionais do Governo Federal presidido por Juscelino Kubitschek e a segunda aborda as Oficinas do Instituto Lauro Sodré.

O governador Magalhães Barata após assumir o Governo do Estado do Pará relatou em mensagem a Assembleia Legislativa do Estado à situação de infraestrutura que a Secretaria de Estado de Educação e Cultura apresentava no ano de 1956, descreveu que:

Referir-me-ei a esta altura, à Educação, que, forçoso é confessar nesta mensagem, encontramos-la desassistida, quer quanto ao aspecto material, que quanto ao pessoal, onde não havia critério seletivo na escolha dos responsáveis pela ministração do ensino público, notadamente no interior. A fim de que sejam supridas todas as lacunas e deficiências encontradas, procura o Governo adotar as medidas que se impõem, objeto já de meticoloso estudo por parte do titular da Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Como é do conhecimento dessa ilustrada Casa, os prédios onde se acham instalados Grupos e Escolas, tanto na Capital como no interior, com raríssimas exceções, se encontram nas mais precárias condições [de] asseio e conservação, havendo municípios em que nem si quer se constata a existência de grupo escolar ou de escola condizentes com a sua situação de sede comunal. (PARÁ, 1957a, p.6-7)

É uma prática comum por parte de qualquer novo Governo reconhecer que a gestão anterior abandonou a máquina pública. Entretanto, neste Governo em particular temos que levar em consideração que historicamente desde a diminuição da produção da borracha o Estado do Pará precisou tolerar uma verdadeira crise econômica. Esta que se arrastou até a década de cinquenta e refletiu em todos os investimentos que poderiam ter sido realizados, principalmente os referentes à educação.

Os governos que antecederam a gestão de Magalhães Barata na década de cinquenta foram respectivamente do Edward Catete Pinheiro e do Alexandre Zacarias de Assumpção.

A gestão de Edward Catete Pinheiro ocorreu no período de 31 de janeiro de 1956 a 10 de junho de 1956. Ele governou em um prazo menor que cinco meses, período que não iria possibilitar muitos avanços na área educacional. O Edward Catete Pinheiro foi:

Prefeito de Monte Alegre nos períodos de 1939 a 1943 de 1948 a 1950. Eleito Deputado Federal em 1951, foi o responsável pela reestruturação do departamento de saúde do Estado em 1953, que resultou na criação da Secretaria Estadual de Saúde, sendo o primeiro titular da pasta. Em 1954, foi eleito deputado estadual e assumiu a presidência da ALEPA. Dois anos depois, assumiu o Governo do Pará. Voltou à Assembleia Legislativa em 1958. (JUSBRASIL, 2013, p.1)

Já Alexandre Zacarias de Assumpção governou de 20 de fevereiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956. Apesar de ter governado por cinco anos enfrentou os reflexos da crise econômica da borracha, por conta da falta de substituição da forma de produção da borracha, da manutenção do extrativismo, do não aprimoramento da agricultura e da ausência de produção industrial. Sendo a questão econômica, portanto, um fator que justificaria as precárias condições de recursos humanos, matérias e de infraestrutura dos prédios da educação encontrados pelo governador Magalhães Barata.

Esse contexto é explicado e fundamentado com base no Relatório Econômico do Governo de Alexandre Zacarias de Assumpção, que é apresentado neste trabalho na Subseção 2.4 O Governo Magalhães Barata.

Segundo Pará (1957a, p.6-7) a Mensagem de Governo de Magalhães Barata cita em sobrea educação que “[...] encontramos-la desassistida, quer quanto ao aspecto material, que quanto ao pessoal, onde não havia critério seletivo na escolha dos responsáveis pela ministração do ensino público [...]”. O aspecto material e pessoal são critérios que podem ser comprovados visualmente e quantitativamente. Entretanto em relação aos critérios seletivos na escolha dos educadores qual seriam esses critérios?

Na época os critérios de avaliação eram pautados com base em uma educação bancária, ou seja, restringia-se a capacidade do educador em repassar os conteúdos para que os educandos pudessem memorizar os assuntos para realizarem as suas provas, com uma avaliação baseada apenas em notas. Nesse período a compreensão de educação bancária e educação libertadora desenvolvida pelo educador Paulo Freire ainda não tinha entrado em debate, contudo é importante destacar que a educação bancária é histórica e foi à marca da educação brasileira.

De acordo com Freire (1983) a educação bancária é a que tem por essência a ideologia da opressão que observa no outro a ignorância. Nela o educador é o que tem autoridade e o que detém o saber. O que o educador faz é doar o saber, retirando do educando qualquer possibilidade de buscar do saber. Nesta educação o educando é um mero objeto e o educador o sujeito. Não existe comunicação e sim comunicados. Não há a possibilidade de criar, de recriar, de conhecer o mundo e de se conscientizar. Uma das características desta educação é sua visão assistencialista para com o educando que para a classe dominante está desassistido de saber, visto que para eles os educando nada sabe. Já a cultura é retificada e presenteada pelos opressores. Há um caráter paternalista e que coloca o homem na posição de assistido e marginalizado. A educação bancária tem por finalidade tornar o homem um ser da adaptação e do ajustamento. Todo o seu processo educativo modela o homem para ser submisso e desumanizado. Há uma carga de conformismo, que é depositado no homem para que o mesmo não seja transformado de forma consciente e sim adaptado.

Segundo Freire (1983) a educação libertadora é a que proporciona uma conciliação entre o educador e o educando. Que proporciona a possibilidade de ambos realizarem a busca do conhecimento, com a certeza de que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em conjunto através de um constante processo de redescobrir o mundo na busca de uma conscientização. Esta que inseri o homem em um processo histórico. Ao se conscientizar o homem passa a não mais se conformar com a sua condição social, o que contribui para a sua autoafirmação.

O governador Magalhães Barata trabalhou a educação profissional no Estado do Pará direcionada para a manutenção e a reestruturação do Instituto Lauro Sodré e também com a manutenção do Canto Orfeônico. Conforme Pará (1959, p.69) sobre o canto “[...] continua sendo ministrado nos cursos primários e secundários mantido pelo Estado e diga-se sem errar, com real aproveitamento [...]”.

Apresentamos nesta seção duas subseções: a 3.1 que trata do apoio de Magalhães Barata as demandas de educação do presidente Juscelino Kubitschek e a 3.2, que aborda as oficinas do Instituto Lauro Sodré.

3.1 O apoio às ações federais de educação

O Governo do Estado do Pará apoio às demandas do Governo Federal em torno da educação. Tentou desenvolver e contribuir de forma significativa para a Política de Educação Nacional, que passava pelo entendimento da Meta nº 30 do Plano de Metas, que representava uma proposta educacional que tinha como objetivo atender o momento político, econômico e social que o país estava atravessando.

O governador Magalhães Barata contribuiu apoiando a campanha nacional contra o analfabetismo, apoiando a formação de professores e a contribuído com a criação da UFPA, em 1957. Esta que muito contribuiu para o desenvolvimento da Amazônia.

A UFPA proporcionou uma excelente expectativa para o ensino superior que se encontrava praticamente desassistido pelo Governo do Estado do Pará. No Anexo D, que apresenta o quadro de despesas com educação em 1956, é possível observar o quanto era reduzido os investimentos do ensino superior.

A Universidade [Federal] do Pará Foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e

Atuariais. Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960). (BRASIL, 2015, n/p)

O presidente Juscelino Kubitschek realizou uma grande campanha para combater o analfabetismo, com a finalidade de minimizar os índices de analfabetismo e melhorar a imagem do Brasil, que estava se apresentando para o restante dos países como uma promessa de investimentos.

A campanha foi de fato um sucesso, ocorreu de forma intensa para reduzir os índices de analfabetismo, o que de acabou ocorrendo, uma vez que os índices desse período quando comparados com as três próximas décadas são impressionantes. Para Lampreia (1995, p.15) na “[...] década de 60, o declínio percentual da taxa de analfabetismo foi de -7,3 (depois de um declínio na década de 50 de -12,3); para a década de 70 foi de - 6,6; e para a década de 80, de apenas -5”.

Essa campanha representou provavelmente umas das marcas no governo de Juscelino Kubitschek pelo sua percepção mercadológica de que a nação não conseguiria se desenvolver industrialmente de forma competitiva se a grande parte da população se mantivesse no analfabetismo.

É necessário refletirmos sobre como deve ocorrer à alfabetização. Para Nosella (1992, p.29) Gramsci afirmava que era necessário “[...] criar um ambiente cultural rico, orgânico, de amplos horizontes, um ambiente democraticamente participativo, pois não se alfabetiza ‘a força’ e sim a quem se motivou [...]”. Esta motivação na assimilação de Freire (1983) passa pela democratização do saber, pela leitura de mundo através da cultura do educando, ou seja, antes de descobrir o alfabeto ele conhece o mundo e através do alfabeto aprendi a tomar distancia deste mundo para se tornar consciente do mundo, passando a estar com o mundo e não mais no mundo.

É possível refletir sobre o método libertador de se alfabetizar, mas não é possível precisar de que forma se deu esta alfabetização pela carência de registros documentais no Estado do Pará e também pela limitação de tempo da pesquisa.

Há uma ausência do ponto de vista humano no entendimento do projeto de alfabetização, visto que a ideia central era de melhorar o desempenho dos trabalhadores para atender as indústrias. Não se pensou em alfabetizar para humanizar e nem para transformar o homem. Segundo Geertz (1989) com base na antropologia não há homem que não possa ser transformado.

O presidente Juscelino Kubitschek pensou em alfabetizar para adaptar o trabalhador as novas exigências de mercado, dado que havia uma exigência em avançar mais o quantitativo do que o qualitativo em torno do que era pensado para a educação brasileira. Esse pensamento capitalista de educação exigiu mais quantidade, pressa, determinação e comportamento desumano. Foi nesse engrenar que a campanha de combate ao analfabetismo se desenrolou.

De acordo com Marx e Engels (2011, p. 10-11) em relação à redução do analfabetismo em países subdesenvolvidos é:

Evidente que a primeira é a constatação de um fato imbatível. Longe de introduzir um maior nível de incultura, o capitalismo exigiu uma crescente capacidade intelectual de todos os indivíduos, estendendo o sistema escolar, institucionalizando-o e aprofundando-o. Os índices de analfabetismo se reduzem drasticamente na medida em que as sociedades agrárias se transformam em industriais, a indústria da cultura experimenta um auge importante e a fisionomia cultural da sociedade muda radicalmente em relação aos séculos anteriores.

A concepção do presidente Juscelino Kubitschek sobre o analfabetismo é percebida na construção de Brasília, tendo em vista que acreditava que a educação era o caminho para o progresso. No entanto, o progresso de quem? Da classe dominante ou da classe dominada? Para o presidente Juscelino Kubitschek sobre a educação:

Tratava-se, porém, de um setor que teria inegável importância no futuro, isto é, quando a metrópole já houvesse sido construída. Entretanto, o que desejava naquele momento era assistência educacional aos filhos dos operários, de forma a evitar que eles crescessem analfabetos, como os pais. (OLIVEIRA, 1975, p. 120-121)

No contexto da construção de Brasília o então presidente Juscelino Kubitschek descreveu que era:

Uma das minhas preocupações, desde o início das obras, era a de dar assistência escolar aos filhos dos candangos. Brasília, embora ainda um imenso canteiro de obras, já requeria serviços assistenciais no que dizia respeito à instrução e à saúde [com a] crescente [avalanche] de imigrantes, fundaram-se na Cidade Livre duas escolas particulares – uma funcionando num barraco de madeira e a outra tendo por sede a sombra de uma frondosa árvore, com as aulas ao ar livre; quando chovia, suspendia-se temporariamente o ensino. Conversei com Israel Pinheiro a respeito, e este me disse que a NOVACAP dispunha de um Departamento de Educação e Difusão Cultural, pelo qual era responsável o Coronel Ernestor Silva. [...] Combinamos então – Israel Pinheiro, Ernesto Silva e eu – que, enquanto se providenciava a elaboração de um Plano Educacional, o que demandava tempo, a NOVACAP instalasse uma sala de aulas no pavilhão da sua administração, o que foi feito em dois dias. Contrataram-se dois professores – Amabile Andrade Gomes e Mauro da Costa Gomes – que se revezariam nos dois turnos; o do dia e o da noite. Entrementes, providenciamos, junto a Oscar Niemeyer, a elaboração para o primeiro Grupo Escolar de Brasília. E no dia 18 de outubro de 1957 teve lugar à inauguração do prédio, construído em apenas vinte dias, [...] em outubro de 1958, o GE-1 fez publicar o primeiro número do seu jornalzinho A voz do Estudante, em cujo subtítulo se lia ‘ É com os pés da criança que a Pátria caminha.’. mas a atividade educacional da NOVACAP não se cingiu a esse Grupo Escolar. À medida que a cidade crescia, que os acampamentos se multiplicavam, novas escolas iam sendo construídas, de forma que, em todo o período da construção da nova capital, não existia uma só criança que não estivesse estudando. Além dos estabelecimentos governamentais, funcionavam, na área do Plano-Piloto, algumas excelentes escolas particulares, entre as quais o Ginásio Dom Bosco e o Colégio Brasília, este inicialmente instituído sob a forma de Fundação e, posteriormente, entregue aos Irmãos Lassalistas. (OLIVEIRA, 1975, p. 120-121)

O assistencialismo é uma constante com o presidente Juscelino Kubitschek, que pensa uma educação direcionada para a classe menos favorecida. No entanto isso seria uma preocupação apenas do presidente ou também do mercado?

Na década de cinquenta, o Brasil sofreu influencia industrial internacional e estava se preparando para servir a esses interesses. A mão de obra barata já estava disponível, porém não era qualificada. O país necessitava das indústrias e estas precisavam da qualificação do trabalhador. A princípio isso seria uma

explicação por parte do Governo Federal da necessidade de se alfabetizar, além de contribuir para a invasão cultural da classe dominante internacional.

Segundo Freire (1983) a invasão cultural é a penetração dos invasores no contexto cultural dos invadidos. É uma imposição de visão de mundo. É uma forma de inibir a criatividade. Acaba sendo uma violência que tira a originalidade cultural ou ameaça de tirar.

O governador do Pará Magalhães Barata teve um papel importante no sucesso da campanha apesar de não se perceber a valorização do homem e sim a finalidade de alcançar uma meta para benefício da nação, ou poderíamos dizer da classe dominante. Sobre a campanha Magalhães Barata descreveu que:

Face aos convênios assinados vários cursos foram instalados e destinados à alfabetização de adultos e adolescentes, na Capital e no interior, com satisfatórios resultados para a Campanha. Foi distribuído aos Cursos o material fornecido pela Campanha, na Capital e no Interior. Dirigiu o movimento desses cursos a Prof. Poranga Cruz Jucá auxiliada pela escrituraria Ilza Guilhon, do quadro estadual da Secretaria de educação. (PARÁ, 1958, p. 66-67)

A logística Estadual oferecida foi de fundamental importância para o êxito da campanha nacional de combate ao analfabetismo no Estado do Pará. De acordo com o Pará (1959, p.45) em mensagem o governador Magalhães Barata exalta a contribuição de seu Governo para redução no analfabetismo, alertando que se for:

Verdade que muito se tem feito em árduas e ininterruptos trabalhos visando recuperação que se impunha em favor do ensino público estadual, além do dever de elevar e ampliar o setor educacional como um dos problemas base da nacionalidade, justo é confessar que, muito mais ainda é necessário realizar, para que possamos atingir a meta idealizada e para a qual não temos poupado esforços, trabalhos, recursos e energias, conjugando todos os fatores capazes de permitirem algo em favor da educação do nosso povo, digno, em verdade, de merecer a nossa desvelada assistência e, até mesmo, os nossos sacrifícios para que os seus filhos possam participar dos benefícios concedidos aos que aprimoraram o espírito e da felicidade que só a cultura pode oferecer.

Na Mensagem Magalhães Barata esclarece que a educação não é vista como um problema nacional que precisaria ser resolvido. O discurso de Magalhães Barata é uma reprodução do pensamento da classe dominante que exercia a hegemonia no Brasil.

Para a classe dominante o problema não era transformar o homem. O que estava por trás dessa meta de garantir uma nacionalidade era o benefício que a classe detentora do capital iria obter com este processo de alfabetização. Nesse sentido, o homem é pensado não como um ser, mas como uma força de trabalho que precisa ser qualificada. O uso do termo assistência e da afirmação de que a cultura é algo que deve ser oferecido, demonstra que para a classe dominante é fundamental a doação da cultura para que o homem seja feliz.

Conforme Pará (1959, p.45) Magalhães Barata continua a mensagem alegando que:

Com estes propósitos de bem servir a causa pública o Governo do Estado realizou, através da Secretaria de Educação, um programa de intensos e múltiplos trabalhos, executados em ritmo de permanente e decisiva ação, dos quais participaram todos os que, no desempenho de suas diferentes funções, com maior ou menor parcela de responsabilidade e pertencentes ao imenso quadro da secretaria que tem a nobre missão de trabalhar pela grandeza da Pátria, administraram, planejaram, fiscalizaram ou ensinaram, todos, porém, lutando pelo aprimoramento do espírito nessa grande e empolgante batalha que avassala o país, na suprema conquista de dar aos brasileiros a ventura de aplacar a chaga do analfabetismo, e proporcionar a elevação do nível da cultura que a todos enobrece.

Mais uma vez Magalhães Barata cita a cultura e diferencia os seus detentores. O que o texto revela é uma distinção entre quem tem e quem não tem a cultura, como se a mesma fosse um objeto. Não há nesta época o reconhecimento por parte da classe dominante da possibilidade da existência de culturas diferentes.

Segundo Fourquin (1993) o filósofo Antônio Gramsci afirmava que a Escola não deveria ensinar que o educando era uma vítima de sua própria cultura, mas que deveria usar a sua cultura para iniciar a sua educação. Hoje a sociologia reconhece subculturas divididas em classes sociais, profissionais, políticas e também entre as ideologias, etnias e religiões.

Assim, como a campanha para combater o analfabetismo, a formação de professores idealizada no Plano de Metas também recebeu total apoio do governador Magalhães Barata. A formação de professores ocorreu através de uma:

Iniciativa da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação [que] funcionou nesta Capital no período de 10 a 25 de abril de

[1958] um Curso Intensivo de Educação Física com o objetivo de transmitir novos conhecimentos de Ginástica feminina Moderna e do método natural de Educação Física para os interessados na aquisição de novidades no setor de educação Física. Estando o Governo através da Secretaria de educação empenhado no maior desenvolvimento deste setor, fez matricular naquele Curso todos os professores estaduais especializados obtendo magníficos resultados. (PARÁ, 1959, p.68)

O que levaria o Governo Federal que se encontrava tão empenhado com o desenvolvimentismo a se preocupar com a formação dos professores de educação física do Estado do Pará? Preparar fisicamente a força de trabalho seria uma explicação? E os professores de outras áreas não precisariam deste olhar por parte do presidente Juscelino Kubitschek?

Independente das possíveis respostas está campanha de formação de professores não obteve êxito, já que além de não ter alcançado todas as áreas de ensino também não representou grandes impactos no sistema educacional do Estado do Pará. Não que o curso não tenha o seu merecimento levando em consideração que o próprio governador Magalhães Barata relatou o quanto a educação do Estado do Pará encontrava-se em total abandono, no entanto foi inexpressiva.

Para contribuir para a formação de professores o governador Magalhães Barata adotou como medida à implantação de um curso de férias, com o objetivo de atender a capacitação dos professores do interior. Segundo Pará (1959, p.65) em mensagem o governador Magalhães Barata descreveu que foi:

Instituído pelo meu Governo pelo Decreto n. 2.393 de 17-02-958 destinado aos professores não diplomados, constituiu, sem dúvida, um dos grandes êxitos da administração atual no setor educacional. Educadores sérios e patriotas, sem outra preocupação que não seja a de fazer crítica séria e construtiva tem se manifestado calorosamente aplaudindo sem restrições a medida, que veio trazer benefícios apreciáveis ao ensino no interior do Estado, onde não possuem os chamados professores leigos, não teriam instruído as crianças em idade escolar, eis que os professores humanistas raramente querem lecionar fora da capital ou das sedes do município. Cerca de 200 professores, de várias procedências, no decorrer de 1958 e após a realização de 2 cursos em períodos diferentes por ocasião das férias, obtiveram certificados que lhes asseguraram melhores conhecimentos para o exercício da função.

A formação de professores também foi ampliada através da autorização da abertura de cursos particulares por parte do governador Magalhães Barata, pois conforme Pará (1959, p.49) foi:

Concedidos outorgas aos seguintes estabelecimentos particulares no decorrer de 1958: Decreto 2.385, de 23 de janeiro ao curso de formação de professores primários (2º ciclo) que [funcionou] na Escola Normal Visconde de Souza Franco, nesta capital publicado no D.O nº, 8.665, de 25 de janeiro de 1958.

A partir desta autorização ficou evidente que a classe dominante passou a visualizar uma oportunidade lucrativa na ideologia desenvolvimentista. Trabalhar com uma educação destinada a formação de professores passaria a ser um serviço lucrativo.

3.2 As oficinas do Instituto Lauro Sodré

Em relação à educação profissional pública foi possível identificar seis Instituições públicas e uma particular ligada ao Governo do Estado do Pará. Também foi prestado apoio ao ensino técnico de comércio e contabilidade do Grupo particular Barão do Rio Branco, com contrapartida de ensino público.

Segundo Pará (1957b) havia as seguintes instituições de ensino com características de educação profissionalizante de ensino público mantidas pelo Governo do Estado do Pará: o Instituto Lauro Sodré, a Escola de Comércio de Santarém, o Colégio Gentil Bittencourt, a Escola Rural do Interior do Estado, a Escola Agro Artesanal em Marapanim e a Escola de Enfermagem do Pará.

Dessas instituições não aparecem no Anexo D, que apresenta o quadro de despesas com educação em 1956, a Escola Rural do Interior do Estado, a Escola de Enfermagem do Pará e a Escola Agro Artesanal em Marapanim. E apesar da identificação desse quantitativo de instituições destinada à educação profissional a pesquisa se restringiu ao Instituto Lauro Sodré por ter sido a única com perfil de educação profissional e características industriais.

De acordo com Pará (1958, p.70) o governador Magalhães Barata deu apoio ao Grupo Barão do Rio Branco da seguinte forma:

Através da secretaria de Educação dando inteiro apoio ao ensino técnico de comercio e contabilidade, assinou um convênio com a Sociedade Civil Branco pelo qual cedeu, mediante cláusula, por 5, anos, as salas para o grupo Barão do Rio Branco nesta Capital, gratuitamente, afim de nelas ser instalado um curso especializado de comercio e de contabilidade. As despesas decorrentes do curso correm à custa da Sociedade, dispondo o Governo de várias vagas gratuitas nesses cursos, destinados a candidatos pobres.

O apoio ao ensino técnico de comercio e contabilidade do Grupo Barão do Rio Branco por parte do Governo do Estado do Pará evidencia além de uma privatização da educação profissional o fato de que o Estado sozinho não tinha possibilidade de atender todas as demandas da educação profissional. Este tipo de convênio não foi ampliado posteriormente no governo de Magalhães Barata.

De acordo com Pará (1958, p.74) em mensagem o governador Magalhães Barata descreveu que o “Colégio Gentil Bittencourt. Igualmente, mereceu este orfanato a mais constante assistência do Governo do Estado”. Um ano depois fechou o Colégio Gentil Bittencourt.

De acordo com Pará (1959, p.77) o governador Magalhães Barata descreveu:

Mereceu do meu Governo, como sempre, aliás, todo o meu apoio e assistência, tanto mais quando representou agora o único estabelecimento estadual destinado ao amparo da orfandade desvalida [Instituto Lauro Sodré], reunido em seu seio às órfãs do extinto Orfanato Gentil Bittencourt, por conveniência do ensino e da administração.

De acordo com Sousa (2015) o Instituto Gentil Bittencourt tem origem no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Foi fundado no inicio do século XIX que apenas passou a se chamar de Instituto Gentil Bittencourt no Governo de Paes de Carvalho em homenagem ao Dr. Gentil Augusto de Moraes Bittencourt, passando a oferecer instrução primária e educação moral e doméstica às órfãs desvalidas. A finalidade educacional era formá-las para serem excelentes prendas e boas mães e esposas. Aprendiam sobre como cozinhar, passar, música, canto, desenho e tipografia. A sua produção ou era absorvida pela própria instituição ou era vendida. As rezas,

catecismo, novenas e etc. faziam parte da educação. Era uma educação voltada à condição social das alunas. Era oferecido o curso primário e oficinas de prendas e de serviço domésticos que eram trabalhados pelas religiosas Filhas de Santana.

Nesse período ocorreu uma queda significativa do número de matrículas do Instituto Lauro Sodré. A queda entre 1957 e 1958 só não foi maior pelo fato de que Magalhães Barata em 1958 fechou o Colégio Gentil Bittencourt e os seus alunos foram direcionados para o Instituto Lauro Sodré, dado que “a matrícula em 1956 atingiu 454 alunos” (PARÁ, 1957a, p. 86). De 1956 para 1957 teve uma queda de 43%, pois estiveram “matriculados em 1957, 259 órfãos ou filhos de pais inválidos” (PARÁ, 1958, p.70). Já de 1957 a 1958 ocorre mais uma diminuição de 15%, tendo em vista que 1958 “foram internados 220 menores” (PARÁ, 1959, p.75).

Essa redução de alunos pode ter representado tanto a ausência de interesse do Governo do Estado do Pará para a manutenção da educação profissional, quanto pode ter representando um equívoco a sua matrícula está necessariamente atrelada a sua condição de desvalido.

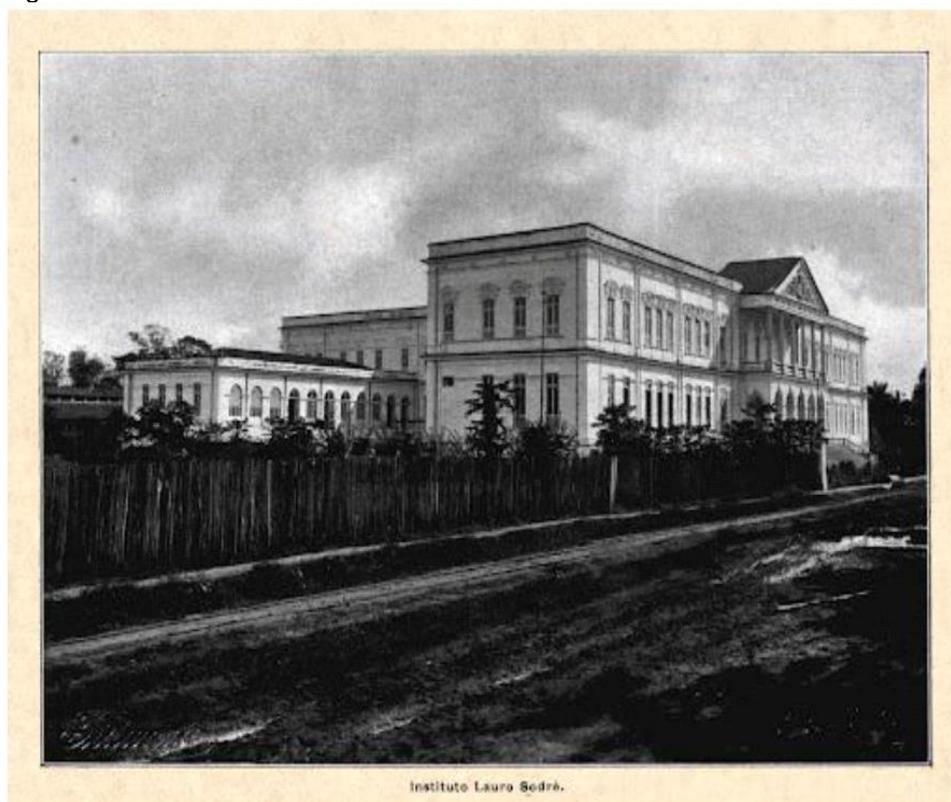
De acordo com Bastos (1988, p.15) o surgimento da educação profissional no Norte do Brasil em especial no Estado do Pará ocorreu da seguinte forma:

No Norte do país, as primeiras notícias sobre a aprendizagem de ofício datam de 1840, referindo-se a Casa de Educandos na Província do Grão-Pará [...] também chamado Companhia de Jovens educandos, pelo seu regulamento dava preferência ao preparo de jovens órfãos desamparados e desprotegidos e filhos de viúvas miseráveis. Destinava-se ao preparo de ofícios de carpinteiros de machados, calafate, marceneiro, poleiro, funileiro e sapataria. A aprendizagem prática desses ofícios era realizada no Arsenal de Marinha, no Arsenal de Guerra, no Cais, em Hospitais e em lojas particulares.

Segundo Pará (1902) D. João Alfredo é considerado o fundador do primeiro estabelecimento profissional do Estado do Pará, que entrou em funcionamento em 1872, uma vez que em 17 de Abril de 1878, ao passar a gestão ao Sr. Dr. Abel Graça orientou a criação de um Instituto de educação, com ensino teórico e prático na capital e que já estava sendo planejado pelo engenheiro Guilherme Francisco da Cruz. A sua instalação foi estabelecida com a compra de

uma chácara, na estrada de Nazareth do Comendador Pimenta Bueno. As primeiras aulas foram de letras, geometria prática e o ensino profissional (marcenaria, carpintaria, funilaria, ferraria e serralheria). Em 1874 foi inserido aulas de música e desenho. Em apenas um ano o Instituto já apresentava receita. A escola passou por reformas até chegar ao belíssimo prédio que foi concluído pelo Dr. Paes de Carvalho.

Figura 08: Instituto Lauro Sodré



Fonte: Pará (1902)

Para Sousa (2015, p. 11708) o Instituto Lauro Sodré apesar de ter sido implantado através da “Lei nº 660 de 1870, por Abel Graça, e ter sido destinado a meninos desvalidos órfãos pobres, só entrou em funcionamento em junho de 1872, em um prédio localizado no bairro de Nazaré”. De acordo com Bastos (1988, p.16, grifo nosso) o Instituto Lauro Sodré foi inaugurado:

Em 1872, a 3 de julho, o presidente da Província, Abel Graça, inaugurou, o Instituto Paraense de Educandos Artífices. Suas atividades tiveram início instalando-se na Chácara do Comendador

Português Manoel Antônio Pimenta Bueno, onde hoje está o Colégio Gentil Bittencourt. Sua primeira matrícula foi de 25 alunos, que seriam educados às custas do Governo Provincial. Destinava-se a meninos pobres, desvalidos e abandonados [...] **Com o advento da República, o Instituto Paraense de Educandos Artífices foi reformado e passou a chamar-se Instituto Lauro Sodré.** Em 1899, o Instituto passou por uma reorganização, incluindo no currículo escolar o ensino agrícola. Elevou para 15 o número de oficinas, transformando-se assim em Colônia Orfanológica, com finalidades artísticas, industriais e agrícolas.

Para Sodré (1997, p.239, apud COSTA, 2011, p.55) “[...] a República há de ter instrução popular gratuita com o ensino especial e profissional [...]”. Um pensamento que seria a provável solução do alinhamento econômico da região Amazônica. A educação profissional do Estado do Pará era uma frente para combater a economia da época que era baseada no extrativismo e na agricultura rudimentar. O caminho industrial seria um norte sustentável.

De acordo com Pará (1959) Magalhães Barata havia destinado ao Instituto Lauro Sodré a assistência que sempre dedicou. Tinha como principal finalidade prestar assistência educacional regular e profissional aos órfãos de pais, com alguns dos pais inválidos ou pobres no sentido da lei. Em seu Governo foi administrado pelo Sr. Ovídio Gaspar, com uma excelente equipe que proporcionaram um trabalho dedicado ao Instituto.

Segundo Pará (1959) o Instituto Lauro Sodré disponibilizava dois tipos de aulas nas diferentes séries, uma destinada ao ensino básico primário e outra que se baseava na educação profissional. Esta que proporcionava as vocações dos alunos. Educavam para que os alunos adquirissem autonomia para a realização das suas atividades.

Havia uma diferença de ensino entre o regular das outras escolas e o profissional do Instituto Lauro Sodré. Essa situação foi solucionada por Magalhães Barata.

[através de um] decreto do Governo foram restabelecidos no ensino primário os programas oficiais ministrados em todos os estabelecimentos estaduais. Desta maneira, o ensino primário do I. ‘Lauro Sodré’ voltará a ser o mesmo dos tempos escolares estaduais constantes dos programas fornecidos e orientados pela Superintendência da Orientação do Ensino e Pesquisas

Educacionais, órgão da Secretária de Estado de Educação e Cultura, à qual fica diretamente subordinado. (PARÁ, 1957a, p.86 - 87)

A educação do Instituto Lauro Sodré apresentava um currículo diferenciado, que incluía a teoria, a prática profissional e também tinha inserido o ensino agrícola. Nessa perspectiva “[...] a educação é basicamente encarada como o processo que visa preparar o aluno para participar ativamente do processo de produção, na medida em que o qualifique profissionalmente [...]”. (PETERROSI, 1980, p.41). Segundo Fourquin (1993) o currículo diferenciado pode limitar o acesso a outras culturas, visto que exclui a cultura da classe dominante. Quando destinada ao trabalhador deve buscar uma conscientização e não uma adaptação do trabalhador.

O currículo do Instituto Lauro Sodré apesar das aulas regulares era direcionado as práticas das oficinas. Não apresentava registros de nenhuma pedagogia direcionada a conscientização e sim a adaptação do trabalhador. Mesmo o Instituto Lauro Sodré trabalhando para a adaptação de seus alunos é nítido a existência de um equívoco no entendimento desta forma de adaptação, tendo em vista que as aulas ministradas não estavam harmonizadas com as tendências de mercado que se apresentavam através do Plano de Metas destinado ao desenvolvimentismo do Governo de Juscelino Kubitschek. Além disso, não foi possível identificar se os alunos do Instituto foram absorvidos pelo mercado.

O principal objetivo do Instituto Lauro Sodré era o atendimento das crianças órfãs e não absorver uma determinada ideologia do desenvolvimentista.

Segundo Pará (1959) a finalidade do Instituto Lauro Sodré era oferecer uma educação profissional aos seus alunos. Cada turma tinha um curso diferente. Os cursos buscavam revelar a vocação dos alunos e prepará-los para executarem as atividades ensinadas dentro do próprio Instituto, buscando assim ampliar as suas possibilidades profissionais. O Instituto tinha nove oficinas, mas apenas funcionava as de ferraria, marcenaria e carpintaria, tipografia, encadernação, vimaria, alfaiataria, latoaria e sapataria. A única que não funcionou foi a de fundição por falta de educador.

Segundo Pará (1957a, p. 86) o governador Magalhães Barata no início de 1957, sobre o Instituto Lauro Sodré tinha como “[...] pensamento reorganizá-lo para que ele possa melhor servir a causa do ensino profissional [...]”. De acordo com Pará (1958, p.70, grifo nosso) já no início de 1958 o governador Magalhães Barata reafirma que:

É pensamento do Governo reorganiza-lo dentro de novos moldes, dando ao mesmo mais eficiência e maior expansão e tendo como base um ensino técnico mais atualizado, ministrado por especialistas dirigidos por um elemento técnico à altura da direção de um estabelecimento como este, de ensino profissional.

Não foi possível perceber que tenha ocorrido uma atualização nas oficinas do Instituto Lauro Sodré, visto que, não ocorreu à entrada de novos cursos, apenas a manutenção dos que já se encontravam em funcionamento pelo Instituto. Também não foi possível encontrar registros de contratação de novos educadores.

De fato o governador Magalhães Barata fez melhorias no Instituto Lauro Sodré. Segundo Pará (1957a, p. 86 -87) ocorreu que:

As necessárias providências para o reaparelhamento das oficinas de marcenaria, com novos motores de corrente trifásica, uma vez que os existentes tiveram suas atividades paralisadas ante a ausência absoluta de corrente contínua, que movimentava a referida oficina como as demais, e fornecida pela Prefeitura de Belém. Esta secretaria já providenciou, acreditando que, se não falhar a promessa dos diretores da Força e Luz do Pará, S.A., de instalarem a nova corrente trifásica até o final de abril de 57, dentro em breve o suprimento de material escolar aos estabelecimentos Estaduais de ensino, será uma realidade.

De acordo com Pará (1959) o governador Magalhães Barata recebeu o prédio do Instituto Lauro Sodré em péssimas condições de infraestrutura. No decorrer de 1958 realizou uma reforma no prédio. Forneceu novos equipamentos. Realizou o melhoramento do setor energético para beneficiar as oficinas do Instituto. Incentivou a ampliação da produção das oficinas, com a finalidade de suprir as demandas a principio da própria Instituição e posteriormente da administração do Estado do Pará.

Este serviço de revitalização do Instituto Lauro Sodré proporcionou mais eficiência. Fato comprovado através do custo benefício do Instituto, tendo em vista

que representava uma fonte de despesas e foi transformado em um gerador de receitas.

Em relação ao custo benefício do Instituto Lauro Sodré o governador Magalhães Barata descreveu no ano de 1957 que “[...] o Estado continua a manter, aliás, com elevados gastos o Instituto Lauro Sodré, tradicional estabelecimento de ensino [...]” (PARÁ, 1958, p.70). Já em 1958 o Instituto Lauro Sodré obteve “[...] apreciável renda industrial que atingiu a elevada soma de um milhão trezentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e um cruzeiros e vinte centavos [...]”. (PARÁ, 1959, p.76). Esse resultado tem relação direta com o trabalho do governador Magalhães Barata em torno de melhorias no Instituto Lauro Sodré. A mudança comprovou que ocorreram mudanças no entendimento sobre a política de educação profissional do Estado do Pará, pois ocorreu uma nova forma de pensar esta educação e de comercialização de seus produtos junto ao mercado consumidor.

Em relação às despesas do Governo do Estado do Pará com a educação conforme Anexo F, que apresenta o quadro de despesa do Governo do Estado do Pará em 1956, dos duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e quarenta e seis cruzeiros de despesa total do Governo do Estado do Pará foi gasto mais de 27% apenas com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, o equivalente a setenta e um milhões, setenta e sete mil e quatrocentos e sete cruzeiros. Deste valor quase 11% foi gasto apenas no Instituto Lauro Sodré o que representou a sete milhões, seiscentos e nove mil, quatrocentos e onze cruzeiros e vinte centavos, conforme o Anexo E, que apresenta o quadro de despesa do Instituto Lauro Sodré em 1956.

A partir do Anexo D, do quadro de despesas com educação em 1956, é possível constatar que em 1956 o Governo do Estado do Pará aplicou no Instituto Lauro Sodré quase nove vezes o valor que era investido no ensino superior, com a Faculdade de Odontologia e a Escola de Engenharia. Isso pode configurar que o Estado não estava apenas preocupado com a situação dos desvalidos, mas também com o potencial retorno que o Instituto Lauro Sodré poderia oferecer a economia do Estado e as Indústrias, no que se refere ao aproveitamento desta mão de obra.

[A respeito da Escola de Engenharia] no pior instante da sua história, vivido um mês antes da incorporação da Escola à Universidade, em

meados de 1957. A EEP, então, completava 26 anos de funcionamento e estava abandonada pelo Governo do Estado, ao qual era subordinada. Seus alunos construíram uma parede na porta de entrada de seu prédio como protesto contra um professor acusado de despreparo. Naquelas circunstâncias, o professor atraía para si toda a frustração que os alunos sentiam com a precariedade do estado físico da Escola e com o acúmulo de problemas pedagógicos. (COIMBRA, 2016, n/p)

Ocorreram repasses a respectivas instituições ligadas a educação profissional: o Instituto Lauro Sodré, a Escola de Comércio de Santarém, o Colégio Gentil Bittencourt e o Internato Rural de Arariuna. Juntas representavam mais de 16% de tudo que era investido em educação no Estado do Pará em 1956. Paralelo a isso se investia apenas 1,3% na Faculdade de Odontologia e na Escola de Engenharia.

Uma possível explicação para o Governo do Estado do Pará ter investido mais em educação profissional do que na educação superior passa pelo fato de que o Estado do Pará tinha a necessidade de qualificar a sua mão de obra para atender as indústrias paraenses. Contudo, a forma como a mesma era realizada não transformou esse investimento em um retorno para o mercado, uma vez que, não apresentou resultados comprobatórios que os alunos do Instituto Lauro Sodré tenham sido absorvidos pelas indústrias da época.

Em relação às receitas das Oficinas do Instituto Lauro Sodré, utilizamos como parâmetro de avaliação do trabalho de Governo de Magalhães Barata a receita de 1958, visto que nesse ano ocorreram as reformas implantadas pelo seu Governo.

Do montante arrecadado pelo Instituto Lauro Sodré 60% eram provenientes de vendas realizadas para o próprio Instituto Lauro Sodré. Do restante, 29% decorreram vendas para outras repartições do Governo do Estado do Pará e apenas 11% eram provenientes de vendas a particulares conforme descrito no Anexo H, que apresenta quadro das receitas das Oficinas do Instituto Lauro Sodré de 1958.

Não foi a toa que, neste período, o maior percentual da receita era proveniente do Instituto Lauro Sodré, uma vez que foi o resultado do programa de trabalho adotado pelo Governo, estando em uma perspectiva política do Governo de

Magalhães Barata que havia sido anunciada em mensagem em 1957. De acordo com Pará (1957a, p. 86-87) o governador Magalhães Barata descreveu:

O Governo vai realizar, neste Instituto, um programa de trabalho que permita que suas oficinas possam usufruir vantagem na confecção de material escolar, como sejam carteiras, bancas, estantes, etc. assim como uniformes, sapatos e tudo que se relacionar aos diferentes setores Industriais e oficinas respectivas, neste existentes.

O Anexo H, do quadro das receitas das Oficinas do Instituto Lauro Sodré de 1958, apresenta o fluxo de venda dos produtos produzidos pelas oito oficinas do Instituto Lauro Sodré no ano de 1958. Ocorreram três tipos de vendas: para o Governo do Estado do Pará, para particulares e a que foram feitas para o próprio Instituto Lauro Sodré. Com base no Anexo H foi realizada uma análise dos resultados obtidos pelas oficinas e a sua conseqüente relação com o desenvolvimentismo.

A oficina de marcenaria e carpintaria ficou em primeiro lugar em vendas, com uma receita de quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e quinze cruzeiros e vinte centavos, com um total de 39,88% do que foi arrecadado em 1958. Deste percentual, 70 pontos percentuais foram provenientes de compras realizadas pelo próprio Governo do Estado do Pará, 24 pontos percentuais foi receita das compras realizadas por particulares e seis pontos percentuais derivaram de compras efetivadas pelo próprio Instituto Lauro Sodré.

A oficina de marcenaria e carpintaria também foi beneficiada com a aquisição de novos motores trifásicos pelo governo de Magalhães Barata, que conectado com o governo de Juscelino Kubitschek trabalhou a ampliação da capacidade energética. O “Estado do Pará – [encomendou uma] nova máquina para a usina termelétrica de Belém (mais 7.500 k W).” (BRASIL,1958, p.23-24).

Marcenaria é o trabalho de transformar madeira em um objeto útil ou decorativo. A marcenaria evoluiu da carpintaria, sofrendo mudanças de acordo com o tipo de material. A marcenaria abrange o fabrico de móveis, mas está mais ligada ao trabalho artesanal do que ao trabalho industrial. O marceneiro deve possuir o dom da criatividade e saber desenhar em perspectiva, além de ter um vasto conhecimento do uso das ferramentas e materiais dessa área, bem como no uso de máquinas: serra circular ou de fita, tupia, formão, desempenadeira etc. A carpintaria é a oficina onde trabalha o carpinteiro, executando os mais diversos trabalhos em madeira,

desde móveis, ferramentas, artigos para construção civil, construção naval, entre outros. (MANUAL..., 2009, p.5)

A figura 09 apresenta um registro fotográfico das crianças recebendo aulas práticas de marcenaria e carpintaria em uma sala ampla e aparentemente arejada do início do século XX.

Figura 09: oficina de marcenaria e carpintaria.



Fonte: Pará (1904).

A oficina de alfaiataria ficou em segundo lugar em receita, no entanto todas as suas mercadorias foram vendidas para o próprio Instituto Lauro Sodré. Os valores alcançaram quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros o que representou 36,64% do montante arrecadado pelo Instituto.

Para Castro (2009) a alfaiataria é considerada uma profissão bastante antiga, que remete ao Egito e sempre foi exercida pelas classes mais baixas da sociedade. A palavra alfaiate tem origem árabe. O avanço dessa profissão passou pela criação da fita métrica, pela invenção da máquina de costurar. Já a industrialização deu uma guinada produtiva. A costura no Brasil até a segunda a Guerra Mundial a Europa exercia maior influência, após a guerra os Estados Unidos passaram a influenciar os brasileiros. Nos anos cinquenta a calça jeans norte americana conquistou o mercado brasileiro através dos cinemas.

A oficina de sapataria ficou em terceiro lugar em vendas, com uma receita que alcançou o montante de duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e setenta cruzeiros feitos diretamente ao Instituto Lauro Sodré. A figura 10 apresenta um registro fotográfico da oficina de sapataria.

Segundo Pará (1959, p.77) sobre a arrecadação da sapataria o governador Magalhães Barata descreveu que:

No ano de 1959, esperamos atingir cifra muito mais elevada, pois que a Sapataria, a mais bem aparelhada das Oficinas, em 1958, trabalhou exclusivamente para o estabelecimento, o que não acontecerá em 1959, quando esperamos confeccionar calçados para a Polícia Militar, Guarda Civil e outras Repartições do Estado.

Figura 10: oficina de sapato



Fonte: Pará (1904)

Antigos egípcios os primeiros a desenvolver o ofício de sapateiro, como registra um afresco reconstruído da XVIII dinastia egípcia por volta de 1.500 a.C., encontrado no Museu Metropolitano em Nova York. A arte de fazer calçados continuou na Grécia, assim como data um vaso de 500 a.C., exposto no Museu Ashmolean em Oxford, na Inglaterra. A peça retrata um reparador de calçados em seu ateliê. (BOSSAN, 2008, apud PASSOS e KANAMARU, 2012 p. 4)

A oficina de latoaria ficou em quarto lugar em vendas de mercadoria, com uma arrecadação de setenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros,

que foi totalmente vendido para o próprio Instituto Lauro Sodré. Apresentou uma receita de 5,35% em relação ao montante do Instituto Lauro Sodré. A oficina de latoaria de acordo com Barroso Neto (2000, p.17) faz “[...] uso quase generalizado de sucatas, principalmente reciclando produtos [...]”.

A oficina de ferraria ficou em quinto lugar, com uma receita de 1.19% em sobre o montante, com uma venda no valor de dezesseis mil e cinquenta e cinco cruzeiros. Desses 1.19%, o equivalente a 89,7 pontos percentuais desse rendimento derivou de outras repartições do Governo do Estado do Pará e 10,3 pontos percentuais foram vendidos ao próprio Instituto Lauro Sodré.

A principal matéria prima da oficina de ferraria é o minério de ferro. Segundo Mendes (2000, p. 303) o minério de ferro é:

Um corpo simples, sendo o mais abundante e o mais conhecido dos metais. A sua importância, na história, desde há muito foi evidenciada pela arqueologia, inclusive ao classificar, como Idade do Ferro, uma determinada época da história da humanidade. Como é sabido, o uso do ferro seguiu-se ao do cobre e do bronze, embora estes metais tivessem continuado a ser usados, juntamente com aquele. Em termos cronológicos, o homem conhece as formas de tratamento do minério de ferro desde cerca de 1200 a. C. Foi no Médio Oriente que a respectiva tecnologia começou a ser usada. No Norte da Europa, a Idade do Ferro começou por volta de 700a.C. e, na Península Ibérica, cerca de 1000-900 a. C., graças aos Celtas, tendo-se verificado a sua difusão a partir do século VII.

Apesar do minério de ferro ter tido grande importância no Governo de Juscelino Kubitschek por conta da Meta 26 - exportação de minérios de ferro o Estado do Pará nesse período não apresentou na receita estadual arrecadação de exportação de minério de ferro.

A oficina de vinaria ficou em sexto lugar, com uma comercialização no valor de quatorze mil, seiscentos e sessenta cruzeiros de receita, que representou apenas 1,08% do total arrecadado pelo Instituto Lauro Sodré. Desses 1,08%, 99,8 % pontos percentuais foram derivados de serviços contratados por particulares e 0,2 pontos percentuais representaram venda para o próprio Instituto.

A oficina encadernação ficou em sétimo lugar em arrecadação, com um valor de venda na casa de cinco mil e quinhentos e dezoito cruzeiros o que representou 0,41% do montante. Dos 0,41%, 93,3 pontos percentuais das vendas

ocorreram para o próprio Instituto Lauro Sodré e 6,7 pontos percentuais para particulares.

Segundo Mársico (2009) a encadernação é considerada uma das mais antigas práticas preventivas de conservação. Tem a sua origem na transição do rolo ao códex. Durante o século I este formato em cadernos foi uma marca do Império Romano. Já nos séculos XVII e XVIII os bibliófilos italianos, franceses e alemães mandavam fazer encadernações de luxo em suas obras. A encadernação era reconhecida como uma arte que se prestava ao embelezamento através da proteção. Havia um simbolismo na encadernação e na douração das obras. Nesse período as obras eram preservadas com muito cuidado e a encadernação era uma forma de manter registrada a identidade artística de uma época.

A oficina de tipografia representou apenas 0,33% do montante da receita do Instituto Lauro Sodré, ficando em oitavo lugar, com uma comercialização no valor de quatro mil e trezentos e cinquenta e seis cruzeiros. Desses 0,33%, 42,4 pontos percentuais foram provenientes de venda direta para o Governo do Estado do Pará e 57,6 pontos percentuais representaram vendas a particulares. A tipografia possui uma bonita história.

Antes da tecnologia impressa, os livros eram produzidos por escribas. O processo da escrita de um livro era manual, muito trabalhoso e demorado. O alemão Johann Gutenberg criou o primeiro processo de impressão, usando tipos móveis em letras de madeira e mais tarde de metal. O primeiro livro produzido em massa foi A Bíblia de Gutenberg em 1454, conhecida como a “Bíblia de quarenta e duas linhas”. O processo básico de Gutenberg era um perfurador feito do aço, com uma imagem espelhada da letra a qual era pressionada em um metal e formava uma forma da letra. Nesta “forma” era derramado um metal derretido, o que dava origem ao tipo. Depois cada tipo era posto em uma matriz para dar forma à página do texto, esta formava uma espécie de carimbo, que pressionado no papel resultava na impressão. Dentro de algumas décadas essa tecnologia se espalhou pela Europa. (PHINNEY, 2004, apud FUNK E SANTOS, p. 2, 2007)

Dessa forma, as oficinas apresentaram os seguintes resultados: a oficina de marcenaria e carpintaria comercializou quase a maior parte de seus produtos para o Governo do Estado do Pará, depois para particulares e um percentual pequeno para o próprio Instituto Lauro Sodré.

Os produtos das oficinas de alfaiataria, sapatarias e latoaria foram absorvidos em sua totalidade pelo Instituto Lauro Sodré. Seus produtos em 1958 não passaram por uma avaliação do mercado consumidor, o que teoricamente poderia atribuir valor tanto aos seus produtos quanto a qualidade do seu ensino.

A oficina de ferraria não representou penetração no mercado, dado que a sua comercialização se restringiu ao Governo do Estado do Pará e ao próprio Instituto Lauro Sodré. A oficina de vinaria apesar de ter tido um valor baixo na sua arrecadação apresentou um bom resultado, visto que o maior percentual de venda de fato foi para atender uma demanda de mercado e uma pequena parcela para o Instituto.

O maior volume de vendas de mercadorias da oficina de encadernação foi para o Instituto Lauro Sodré, uma pequena parcela para particulares e não ocorreu nenhuma venda para o Governo do Estado do Pará. Apesar da oitava colocação em receita a oficina de tipografia recebeu uma boa aceitação de mercado tendo em vista o percentual de vendas para particulares.

O registro de comercialização de produtos a particulares é importante do uma vez que uma das finalidades da educação profissional é preparar o estudante para o mercado de trabalho. A princípio quando o produto de seu aprendizado esta tendo uma boa aceitação pode significar que a mercadoria tem qualidade e por tanto esta sendo produzida com perfeição pelos alunos.

Já a compra de mercadoria do Instituto Lauro Sodré pelo próprio Estado foi benéfica tanto para o Instituto que passou a ter uma crescente receita quanto para o Governo do Estado do Pará que ao realiza a aquisição mantinha os recursos no próprio Governo, o que contribuiu para o desenvolvimento do Estado do Pará nesse período.

Do ponto de vista do desenvolvimentismo as oficinas do Instituto Lauro Sodré não receberam por parte do Governo do Estado do Pará mudanças significativas que levasse a um aperfeiçoamento em sua forma de ensino, equipamentos, produção e comercialização de seus produtos. Por isso, não proporcionou a implantação de novas práticas de produção que pudessem ser absorvidas pelo mercado paraense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação profissional brasileira foi marcada por uma forte convergência ao assistencialismo. Configurou-se como sendo uma educação destinada aos desamparados. Estes que foram educados para o trabalho, para servir a uma classe mais abastada. Também foi evidente no decorrer histórico do Brasil o uso dessa educação para manter a classe baixa na mesma situação social.

Esse cenário começou a mudar a partir da década de cinquenta, com as transformações das formas de produção utilizadas pelas indústrias brasileiras e também com a valorização da Educação profissional por parte dos governantes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

A educação profissional tinha uma vertente de educação bancária e apesar de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Magalhães Barata terem tratado a educação profissional com tamanha importância, na década de cinquenta, os seus discursos não conseguiram se materializar em projetos que de fato contribuísse para beneficiar a realidade econômica e social do Estado do Pará e da região amazônica.

O presidente Juscelino Kubitschek, no decorrer de seu governo, passou a vislumbrar na educação profissional uma forma de adaptar os trabalhadores brasileiros as novas formas de produção que estavam sendo apresentadas pelo mercado internacional. Tendo nesse contexto a ideologia desenvolvimentista como a única ferramenta possível para mudar o paradigma da educação profissional que era meramente assistencial para outra destinada às necessidades do mercado brasileiro. O que conseqüentemente contribuiria para o desenvolvimento nacional.

Apesar do entendimento do presidente Juscelino Kubitschek não há registros oficiais de que seu governo tenha repassado verbas federais que contribuísse para a modernização das oficinas do Instituto Lauro Sodré ou da criação de outro estabelecimento de educação profissional no Estado do Pará.

Já o governador Magalhães Barata, na sua gestão entre 1956 a 1959, encontrou um cenário educacional bastante complicado, dado que a estrutura educacional apresentava-se abandonada. Não foi uma tarefa fácil estabelecer a normalidade da Educação no Estado do Pará, uma vez que o Governo do Estado do Pará vinha de uma crise econômica ainda influenciada pela derrocada da borracha.

Mesmo com esse cenário o governador Magalhães Barata realizou melhorias no Instituto Lauro Sodré e direcionou suas ações no sentido de transformar o Instituto de um concentrador de despesas, tendo em vista que os valores para realiza a manutenção do Instituto Lauro Sodré eram muito altos, para um gerador de receitas.

Dessa forma, o Instituto Lauro Sodré passou a ser independente financeiramente. E isso ocorreu através da entrada do Instituto no mercado e após a ampliação significativa de vendas de seus produtos. Em tese, além da venda para particulares, o governo paraense passou a comprar dele mesmo uma vez que o Instituto Lauro Sodré era pertencente do próprio Governo. Essas transformações ajudaram inclusive no equilíbrio econômico do Governo do Estado do Pará.

Assim, as contribuições do Governo do Estado do Pará em relação à educação profissional devem ser vistas como um esforço do governador Magalhães Barata em proporcionar o que havia de melhor e o que era possível ao Instituto Lauro Sodré. O que de certa forma ocorreu em detrimento do Ensino Superior do Estado do Pará. Este que diferentemente da educação profissional foi praticamente abandonado, apenas não finalizou porque tanto a Faculdade de Odontologia quanto a Escola de Engenharia foram incorporadas a UFPA no momento de sua implantação em 1957.

Dessa forma, o governador Magalhães Barata fez o que era possível e o que estava a sua disposição para atender tanto as demandas do Instituto Lauro Sodré quanto às demandas educacionais do presidente Juscelino Kubitschek, que foram respectivamente o apoio na campanha de redução do analfabetismo e o apoio à formação de professores de educação física. Todavia foi possível realizar críticas a Política de educação profissional adotada tanto por Juscelino Kubitschek quanto por Magalhães Barata, que são citados abaixo.

O Governo do Estado do Pará através do Instituto Lauro Sodré proporcionou à manutenção da desigualdade de acesso a educação profissional por oferecer essa educação apenas aos desvalidos. Confirmando a presença do assistencialismo histórico, já que a educação profissional permaneceu nessa perspectiva no Estado do Pará. Indicando também que não foi suficiente o pensamento moderno do presidente Juscelino Kubitschek em relação a esse tipo de educação para que o governador Magalhães Barata ampliasse esse ensino de forma desvinculada da assistência aos desvalidos do Estado.

Os alunos recebiam uma educação que se limitava a atender uma demanda que em sua maioria era do próprio Instituto ou do Governo do Estado do Pará e não propriamente do mercado. Não ocorreu conexão da educação profissional realizada no Instituto Lauro Sodré com o desenvolvimento Industrial do Estado do Pará, na época. As melhorias que as oficinas do Instituto Lauro Sodré receberam na gestão de Magalhães Barata não ocorreram no sentido de ficarem compatível com que estava sendo apresentado pelo Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e pelo desenvolvimento industrial brasileiro.

Assim, a educação profissional no Estado do Pará não foi direcionada a capacitação e formação de mão de obra especializada com a finalidade de atender as demanda que estavam surgindo. No Instituto Lauro Sodré não foram incluídas oficinas especializadas para acompanhar as novas formas de produção apresentadas pelo Plano de Metas. Este que era a materialização da ideologia desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Citamos abaixo algumas oficinas que poderiam ter sido inseridas no Instituto Lauro Sodré para acompanhar a política de desenvolvimento nacional e assim atender tanto uma perspectiva do Plano de Metas quanto uma possível modernização do setor industrial paraense.

Oficina de eletricista, Meta 1 - Energia Elétrica; Oficina de manipulação de energia nuclear, Meta 2 - Energia Nuclear; Oficina de manipulação de petróleo, Metas 4 e 5 Produção e Refinação de Petróleo; Oficina de tratorista, Metas 8 e 9 - Rodovias pavimentação e construção; Oficina de motores navais, Meta 11 - Marinha Mercante; Oficina de motores aéreos, Meta 12 - Transporte Aeroviário; Oficina de agricultura, Meta 13 - Produção de Trigo, Meta 14 - Armazéns e Silos, Meta 17 - Mecanização da agricultura, Meta 18 - Fertilizantes; Oficina de agropecuária, Meta

15 - Armazéns Frigoríficos, Meta 16 - Matadouro industriais; Oficina de manipulação de papel, Meta 24 - Papel e celulose; Oficina de beneficiamento de borracha ,Meta 25 - Borracha; Oficina de beneficiamento de minerais, Meta 20 - Alumínio, Meta 21 - Metais não ferrosos, Meta 22 - Cimento, Meta 23 - Alcalis, Meta 26 - Exportação de minérios de ferro; Oficina de mecânica e de soldagem, o Brasil estava iniciando a fabricação de automóveis, Meta 27 - Indústria automobilística; Oficina de mecânica e elétrica pesada, Meta 29 - Indústria de material elétrico pesado e de mecânica pesada; Oficina de construção de navios, Meta 28 - Construção Naval.

Dessa forma, ficou evidente que o Governo Federal pouco intercedeu no Estado do Pará, com vista a atender à Meta nº30 - Formação de Pessoal Técnico, apesar da proximidade política e de amizade entre o governador Magalhães Barata e o presidente Juscelino Kubitschek, do desenvolvimento econômico apresentado e de todos os avanços industriais do período.

Não foi possível também observar, por exemplo, nas Mensagens de Magalhães Barata, dos anos de 1957, 1958 e 1959 a participação do Governo Federal nas seguintes recomendações da Meta nº 30: no ensino primário não foi descrito nenhuma adoção de promoção; não foi criada nenhuma classe especial; não houve qualquer forma de extensão do dia letivo; não ocorreu a criação e nem reaparelhamento de nenhuma Escola Técnica; e não foi concedido bolsas de estudo aos alunos.

Assim, com base nos resultados da pesquisa feita nas Mensagens de Governo de Magalhães Barata foi possível chegar a seguinte conclusão: ocorreu uma influencia parcial por parte da ideologia do desenvolvimentismo que foi implantada pelo presidente Juscelino Kubitschek na Política de educação profissional adotada pelo governador Magalhães Barata, visto que não há registros significativos de melhorias no modelo de educação profissional que era praticado no Instituto Lauro Sodré e nem de que essa educação tenha contribuído para atender as demandas das indústrias paraenses. O que conseqüentemente muito pouco contribuí para o desenvolvimento do Estado do Pará.

Com isso, lembrando que a educação profissional tem como finalidade central proporcionar única e simplesmente mão de obra qualificada para as grandes

indústrias, todavia essa educação não pode ser voltada exclusivamente a qualificação para o trabalho. Deve também ser direcionada para humanização do trabalhador, que deve ocorrer através de trocas de conhecimentos culturais, sociais, econômicos e políticos. O trabalhador deve acima de tudo reconhecer que a sua força de trabalho é a base fundamental para o progresso de uma nação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Celina D'. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm>. Acesso em: 01 nov. 2015

ARAÚJO, Romilda Ramos de; SACHUK, Maria Iolanda. Os Sentidos do Trabalho e suas Implicações na Formação dos Indivíduos Inseridos nas Organizações Contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-66, janeiro/março 2007. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/442.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ARAUJO, Ronaldo M. de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. In: _____. **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 7 - 43.

ARTHMAR, Rogério. **Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 29. 2002, p. 97-117. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2156/1295>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ASSIS, Suelen Tavares Godim de. **A educação profissional de pessoas com deficiência: processos de inclusão**. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 208 p.

BARROSO NETO, Eduardo. **O que é artesanato: primeiro modulo**. 2000. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/artesanato_mod1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BASTOS, Péricles Antônio Barra. **A Escola Técnica Federal do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial: Um estudo Teórico 1909/1987**. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1988. 209 p.

BATISTA, Eraldo Leme; CLARK, Jorge Uilson; PADILHA, Caio Augusto Toledo. A Educação para o Trabalho: O retrato das políticas educacionais do Governo Kubitschek (1956-1961). 9 p. In: **Seminário Nacional de Educação**, 1., Semana da Pedagogia, 20. 11,12 e13 de novembro de 2008, Cascavel, PR., 2008. Disponível

em:<<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/5/Artigo%2032.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BENINI, Edi Augusto. **Fundo de amparo ao trabalhador**: o processo educativo engendrado na relação trabalho e qualificação profissional. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: <<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/listar>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papius, 1996.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

_____. Universidade Federal do Pará. **Histórico e Estrutura**. 2015. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/includes/pagina.php?cod=historico-e-estrutura>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 68p. ISBN: 978.85.7631.186-7. Disponível em:<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Discursos_Juscelino_Kubitschek.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. **O BNDES e o Plano de Metas ditado pelo Departamento de [Brasília]:** Relações Institucionais Junho – 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/plametas.pd>. Acesso em: 12 dez. 2015

_____. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**: Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de Junho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da república: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

_____. Senado Federal. **Em pauta**: o processo legislativo do senado a serviço da cidadania. 23 a 27 de junho de 2008 - Nº 51. Expansão do Ensino Profissional e Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/99420/Em_Pauta_n%C2%BA_51.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 jul. 2015.

_____. **História [da ELETROBRÁS]**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.elektrobras.com>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRITO, Antoinette Francês. **Formação e condições de trabalho dos professores da educação de jovens e adultos – PROEJA**: um estudo de caso realizado no IFPA, Campus de Belém. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. 115 f.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: Uma história: Cinco séculos de um país em construção. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

CARDOSO, M. I. **A ideologia do desenvolvimento do Brasil: JUSCELINO KUBITSCHEK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 459 p.

CARVALHO JR, Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais**: O Estado de S. Paulo e Diário de Notícias. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005, 180 f. :il. Disponível em:< <http://repositorio.unesp.br>> . Acesso em: 01 nov.2015.

CASTRO, Paula Campos de. **Ainda há espaço para Alfaiates no Mundo do ‘Pronto para Vestir’?**. Monografia - Instituto de Arte e Design, Universidade Federal. Juiz de Fora, 2009. Disponível em:< <http://www.ufjf.br/posmoda/files/2010/09/Monografia-Alfaiataria2.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: **A pesquisa Qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.p. 295-316 Título original: La recherche qualitative. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. ISBN 978-85-326-3681-2

CEM anos JK: 1902-2002. São Paulo: Fundação Banco do Brasil, 2002. Projeto Memória.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: ática, 2006.

COIMBRA, Oswaldo. **Jornal Beira do Rio**: UFPA. n. 130, de abril a maio de 2016. Disponível em: <<http://www.jornalbeiradorio.ufpa.br/novo/index.php/2011/132-edicao-100--dezembro/1280-opinioa-a-primeira-escola-de-engenharia-do-para>>. Acesso em: 30 out. 2016.

COSTA, Renato P. da. **O Grupo Escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no Estado do Pará**: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011, 163 f.:il. Disponível em: < <http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/dissertacoes2011/renato.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

DA LUZ, Ricardo Santos; BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho. **Princípios Revista de Filosofia**, Natal, v.17, n.27, jan./jun. 2010, p. 137-165. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/796/734>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

EAGLETON, Terry. Versões de cultura. In: _____. **A ideia de cultura**. Tradução por Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Atividades Editoriais, 2000. p. 11-47.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2993/1/Tese_QuestaoRegionalFormacao.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

FOLHA do Norte. 31 de janeiro de 1956b, ano 60, nº25.831.

_____. 4 de fevereiro de 1956a, ano 60.

FOURQUIN, Jean-Claude. As implicações educativas do pluralismo cultural. In: _____. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p. 123-143.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982. 149 p

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

FUNK, Suzana; SANTOS, Ana Paula dos. **A importância da tipografia na história e na comunicação**. 2007. Disponível em: <http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A4111.pdf%20.%2002%20/02/2016>. Acesso em: 01 nov. 2015.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____ . **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1989. p. 45-66.

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 421 p

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. Tradução de Laís Teles Benoir.

HARBISON, Frederick. Estratégias para o Investimento. p.174-186. In: HANSON, John W.; BREMBECK, Cole S. **Educação e desenvolvimento**. São Paulo: IBRASA, 1969. 556p.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. 1973.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

JK. A Revista da Casa de Juscelino. Diamantina, MG, ano III, nº 15, jan./fev. 2010.

_____. Diamantina, MG, nov./ dez. 2011. Anos IV. (Razão e Sensibilidade, nº21)

JUSBRASIL. **Sessão solene homenageia centenário de Edward Catete Pinheiro**. 2013. Disponível em:<<http://al-pa.jusbrasil.com.br/noticias/3040825/sessao-solene-homenageia-centenario-de-edward-catete-pinheiro>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

KON, Anita. Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira. **R. Bras. Est. Pop**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 247-267, jul./dez. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a04v23n2.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios Teórico-metodológico da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Educação e crise do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2013

LACERDA, Gilberto. **Alfabetização científica e formação profissional**. In: Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 60, dezembro/97. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a5.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social**. São Paulo, vol.9, no. 24, May/Aug., 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a03.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LEGROS, Patrick et al. **Sociologia do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2007. 287p.

LIMA, Luís Flávio Maia. **Integração Regional e “enclaves fordistas” no Pará: uma abordagem geral**. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Cenários da Industrialização na Amazônia**. Belém: UFPA; NAEA, 1995. 252 p.

LOBATO, Ana Maria Leite. **Re- contando a história da Escola Técnica Federal do Pará: a educação profissional em marcha de 1967 a 1979**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. 206 f.:il. Color, enc.; 30 cm Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3008/1/2012_Dis_AMLLobato.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015

LOUREIRO, Felipe Pereira. O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963). In: **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), p. 671-691, out.-dez./2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n4/v33n4a08.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

MAIA, Andréa Casa Nova. Representações da crise de 1929 na imprensa brasileira relações entre história, mídia e cultura. In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 49, p.217-245, jan/abr 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n49/a11v29n49.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MANUAL do Aluno. **São Paulo**: Centro de Formação de Artesão e de Artefatos em Madeira, 2009. Disponível em:<http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/Manual_do_Aluno_completo_final_.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo : Atlas 2003.

_____; _____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990, 231p

MARINI, Rui Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: **Subdesarrollo y revolución**, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105.

Disponível em: <file:///D:/Downloads/Dialetica+do+desenvolvimento+capitalista+no+Brasil%20(2).pdf >. Acesso em: 12 maio 2015.

MARQUES, Gilberto S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953- 1966). In: **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013. Disponível: < http://www.sep.org.br/revista/download?id=257 > Acesso em: 05 jan. 2015.

MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries. **Um Panorama sobre a Evolução Histórica da Encadernação**. Fundação Biblioteca Nacional. 2009. Disponível em:<http://planorweb.bn.br/documentos/historia_bibliotecas/panorama_evolucao_historica_encadernacao.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MARTINS, Egidio. **Trabalho, educação e movimentos sociais**: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011. 116f. Disponível em:< http://www.ppged.com.br/bv/arquivos/File/dissertacoes2011/egidio.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MARX, Karl. **Sociologia**. 7.ed. São Paulo: Ática , 1992. 214 p.

_____; ENGELS; Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação. 9., 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.13p. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/966/126>. Acesso em: 01 dez. 2014.

MÉLO, Lúcia. **Gramsci e a Educação**: contribuições teóricas de Antônio Gramsci e suas repercussões no debate pedagógico brasileiro. Belém: EDUEPA, 2012.

MENDES, Heriton W. dos A. S.; RODRIGUES, Denise de S. S.. Imaginário desenvolvimentista e Educação na Amazônia em 1951. In: Congresso Nacional de Educação, 12. 26 A 29 de out. de 2015. Curitiba. **Anais...** Curitiba: UEPG, 2015. p. 35633-35645. ISSN 2176-1396. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16739_7413.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016

MENDES, José Amado. O Ferro na História: Das Artes Mecânicas às Belas-Artes. In: Gestão e Desenvolvimento, 9., 2000, **Anais...** Local: editor, 2000. p. 301-318. Disponível em: <http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_301.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016

MORAES, Leandro Eliel Pereira de. **Materialismo histórico e dialético: método, práxis, educação.** 2012.181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/09102013_095325_leandro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016

MOREIRA, Vânia M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Rev. bras. Hist:** da Universidade Federal do Espírito Santo, São Paulo, vol. 18, n. 35, p.X-X, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

MOTTA, Vania Cardoso da. **Capital social e o novo-desenvolvimento brasileiro: mudanças no pensamento sobre desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: <file:///d:/downloads/gt09motta.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria Paraense.** 1989, p.72 -73. Disponível em: <<http://www.oparanasondasdoradio.ufpa.br/con50industria.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992. 149 p.

OLIVEIRA, Gleicelzaura da Costa. **De patronato agrícola à escola agrotécnica federal de castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém. 222 p.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Por que construir Brasília.** Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 370 p.

OLIVEIRA, Rita Alves. Bienal de São Paulo impacto na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, n.15, v.3, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a04v15n3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 6 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005. 100 p.

PANTOJA, Pedro Ladinilson do Rosário. **Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó - município de Cametá - PA.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Disponível em: <http://www.ppped.com.br/arquivos/File/dissertacao_ppged_pantoja_2015.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PARÁ. **Monographia do Instituto Lauro Sodré:** Eschola Profissional do Estado. Pará: Instituto Lauro Sodré 1904. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/acervodigital/monografialaurosodre/index.html>>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. **Álbum de Belém.** Belém, 1902. Disponível em: <https://get.google.com/albumarchive/112026740277773983639/album/af1qipmugwh43vdgq_swzzgm2_hmke7cbyyiligljwn5/af1qip0f2eh8vsuxva0roqkl5dyjhjchcfmkuh5vpffq0?source=pwa>. Acesso em 12 abr. 2016.

_____. Governo do Estado do Pará. Secretaria de Economia e Finanças. **Relatório.** Apresentado Ao Exmo. Sr.General de Divisão Alexandre Zacarias de Assunção, Governador do Estado, pelo Dr. Stelio de Mendonça Maroja, Secretario de Estado de Economia e Finanças, referente ao ano de 1951. Belém: Imprensa Oficial, 1952.

_____. Governo do Estado do Pará. **Mensagem:** Apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião ordinária de 1957, pelo general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado. Imprensa Oficial. Belém, 1957a.

_____. Governo do Estado do Pará. **Mensagem:** Apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião ordinária de 1958, pelo general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado. Imprensa Oficial. Belém, 1958.

_____. Governo do Estado do Pará. **Mensagem:** Apresentada à Assembleia Legislativa em sua reunião ordinária de 1959, pelo general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado. Imprensa Oficial. Belém, 1959, 174 p.

_____. Governo do Estado do Pará. **Prestação de Contas da Gestão Financeira de 1956:** Apresentada à Assembleia Legislativa pelo general Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, Governador do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1957b. 87 p.

PASSOS, Verônica Thomazini; KANAMARU, Antônio Takao. **História do Calçado:** Uma trajetória de Desing e Ergonomia. Shoe History: A Journey of Design and Eegonomics. 2012

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a02>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello; SANTOS, Elias. Programas de auditório no rádio: um percurso histórico do dispositivo à vivência contemporânea de escuta. In: encontro nacional de história da mídia, 9., 30 de maio a 1º de junho de 2013, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, UFOP, 2013. ISSN 2175-6945. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-sonora/programas-de-auditorio-no-radio-um-percurso-historico-do-dispositivo-a-vivencia-contemporanea-de-escuta>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

PETERROSI, Helena Gemignani. **Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia.** São Paulo: Loyola, 1980. 111p.

ROCQUE, Carlos. **A formação revolucionária do tenente Barata.** 2. ed. Belém: Fundação Romulo Maiorana. 1983, 255p.

_____. **Magalhães Barata: O homem, a lenda, o político.** Belém: SECULT, 2006. v. 2.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Metodologia científica. São Paulo: Avercamp, 2006. il.217 p.

RODRIGUES, Denise de Souza Simões. **Pará – 1935: Um Estudo sobre Liderança e Conflito.** Belém: UFPA, 1979

_____; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A Pesquisa Documental Sócio-Histórica. p. 56 -74 p. In: **Metodologias e Técnicas de Pesquisa em Educação.** Belém: EDUEPA, 2010. 108p.

SADIE, Stanley. **Dicionário Grove de música.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 1048p.

SANTIAGO, Ariane de Cássia Queiroz. **A qualificação profissional pelo programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego: um debate necessário,** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18316/1/disserta%20ariane%20de%20c%20queiroz%20santiago.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. p.152-180. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 28 julho 2016.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas idéias**. São Paulo, 2002

SILVA, Patrícia Alves do Rego. **TV Tupi, a pioneira na América do Sul**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2004. 80p. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101419/memoria11.pdf> >. Acesso em: 03 jul. 2015.

SILVA, Silvanilza Baia da. **Educação profissional e desenvolvimento local: a prática de formação do trabalhador no centro integrado de educação do baixo Tocantins - Cametá**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. 144f Disponível em: <<http://www.ppged.com.br/arquivos/File/DISSERTASILVIA.pdf> >. Acesso em: 03 jul. 2015.

SOUSA, Celita Maria Paes de. Instituto Lauro Sodré: Instituição para meninos desvalidos no Pará. Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 12., de 26 a 29 de out. de 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015. ISSN 2176-1396

SOUZA, Katyusha Madureira Loures de. **Sobre o Banco de Teses: Histórico e evolução do Banco de Teses**. 2016. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/noticia/view/id/3>>. Acesso em: 15 mar. 2016

STORMOWSKI, Marcia S. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e Juscelino Kubitschek**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2011. 230f. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32882/000787274.pdf?sequencia>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

THURY, Inácia Maria Carneiro. **Ensino agrícola: um estudo da gênese e das práticas pedagógicas no antigo patronato agrícola Manoel Barata-PA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012. 104 f.:il. color., enc. ; 30 cm.

VERIANO, Pedro. Olympia – Imagens de épocas. In: **Cinema Olympia: cem anos da história social de Belém (1912 – 2012)**. Belém: GEPEM, 2012. 189 p.

ANEXO A - QUADRO DO ESTADO DA ARTE

AUTOR	ANGELO JOSE SANTANA SILVA
TÍTULO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PROEJA: A DEMANDA DE EMPREGABILIDADE PARA OS FUTUROS EGRESSOS DO CURSO DE MECÂNICA DO IFPA
INST.	UFC
ORIE.	KATIA REGINA RODRIGUES LIMA
BANCA	ELIANE DAYSE PONTES FURTADO SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO
ANO	2012
AUTOR	FERNANDA CRISTINA CORREA LIMA COIMBRA
TÍTULO	ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PERSPECTIVAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INCLUSIVA NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - CAMPUS BELÉM DE 2009 A 2012
INST.	UFC
ORIE.	JOSE GERARDO VASCONCELOS
BANCA	JOSE ROGERIO SANTANA CELLINA RODRIGUES MUNIZ
ANO	2012
AUTOR	ANTOINETTE FRANCES BRITO
TÍTULO	FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PROEJA: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NO IFPA, CAMPUS DE BELÉM
INST.	UFC
ORIE.	ANTONIA DE ABREU SOUSA
BANCA	ENEAS ARRAIS NETO ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA TANIA SERRA AZUL MACHADO BEZERRA
ANO	2012
AUTOR	ÁDRIA MARIA NEVES MONTEIRO DEARAÚJO
TÍTULO	O PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A (IM) POSSIBILIDADE DA FORMAÇÃO INTEGRAL DO TRABALHADOR
INST.	UFC
ORIE.	ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA
BANCA	FRANCISCO JOSÉ LIMA SALES ENÉAS ARRAIS NETO TANIA SERRA AZUL MACHADO BEZERRA
ANO	2012

AUTOR	EGIDIO MARTINS
TÍTULO	TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE O SABER E A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES DA COLÔNIA Z-16, NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ-PA
INST.	UFPA
ORIE.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	GILMAR PEREIRA DA SILVA IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA
ANO	2011
AUTOR	MARILENE FERREIRA DO NASCIMENTO
TÍTULO	ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO NA PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE EDIFICAÇÕES DO IFPA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INST.	UFC
ORIE.	ELIANE DAYSE PONTES FURTADO
BANCA	SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO KATIA REGINA RODRIGUES LIMA
ANO	2012
AUTOR	ELIANI GALVÃO FERREIRA
TÍTULO	AS PRESCRIÇÕES CURRICULARES OFICIAIS PARAREDE DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PARÁ NO CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO PERÍODO DE 2004 A 2009
INST.	UFPA
ORIE.	GENYLTON ODILON REGO DA ROCHA
BANCA	GILMAR PEREIRA DA SILVA CESAR AUGUSTO CASTRO
ANO	2011
AUTOR	SILVIANILZA BAIA DA SILVA
TÍTULO	EDUCAÇÃO PROFISSIONALE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A PRÁTICA DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DO BAIXO TOCANTINS- CAMETÁ BELÉM - PARÁ
INST.	UFPA
ORIE.	GILMAR PEREIRA DA SILVA
BANCA	DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA
ANO	2014
AUTOR	SUELEN TAVARES GODIM DE ASSIS
TÍTULO	A EDUCAÇÃO PROFISSIONALDE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: PROCESSOS DE INCLUSÃO
INST.	UEPA

ORIEN.	NILDA DE OLIVEIRA BENTES
BANCA	GENYLTON ODILON REGO DA ROCHA MARIA JOSEFA DE SOUZA TAVORA
ANO	2012
AUTOR	
ADRIANA MARIA NAZARÉ DE SOUZA PORTO	
TÍTULO	A RELAÇÃO ENTRE CONTEÚDO E FORMA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALREFERENCIADAS NO PROJETO DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO.
BANCA	MARISE NOGUEIRA RAMOS NEY CRISTINA MONTEIRO OLIVEIRA GILMAR PEREIRA DA SILVA
ANO	2011
AUTOR	
ANA MARIA RAIOL COSTA	
TÍTULO	DA. INTEGRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA/CAMPUS CASTANHAL
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO.
BANCA	GENYLTON ODILON REGO DA ROCHA LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO
ANO	2012
AUTOR	
ADRIANE SUELY RODRIGUES DO NASCIMENTO	
TÍTULO	FINANCIAMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL : ANÁLISE DO PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO ESTADO DO PARÁ
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	RAMON DE OLIVEIRA NEY CRISTINA MONTEIRO OLIVEIRA
ANO	2012
AUTOR	
ARIANE DE CÁSSIA QUEIROZ SANTIAGO	
TÍTULO	A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PELO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO: UM DEBATE NECESSÁRIO
INST.	UFBA
ORIEN.	MARIA REGINA FILGUEIRAS ANTONIAZZI
BANCA	GAUDÊNCIO FRIGOTTO SANDRA MARIA MARINHO SIQUEIRA
ANO	2015

AUTOR	ANA CRISTINA PEREIRA TEIXEIRA DE MORAES
TÍTULO	POLITICAS PUBLICAS DE JUVENTUDE: UM ESTUDO SOBRE A QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO PROGRAMA BOLSA TRABALHO EM BELÉM-PA.
INST.	UFPA
ORIEN.	GILMAR PEREIRA DA SILVA
BANCA	NEY CRISTINA MONTEIRE OLIVEIRA MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA
ANO	2011
AUTOR	INACIA MARIA CARNEIRO THURY
TÍTULO	ENSINO AGRÍCOLA: UM ESTUDO DA GÊNESE E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ANTIGO PATRONATO AGRÍCOLA MANOEL BARATA - PA
INST.	UFC
ORIEN.	RAIMUNDO ELMO DE PAULA VASCONCELOS JUNIOR
BANCA	RUI MARTINHO RODRIGUES OTAVIO JOSE LEMOS COSTA
ANO	2012
AUTOR	JAQUELINE DO NASCIMENTO RODRIGUES
TÍTULO	A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DO PARÁ
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	MARISE NOGUEIRA RAMOS NEY CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA
ANO	2013
AUTOR	GLEICE IZAURA DA COSTA OLIVEIRA
TÍTULO	DE PATRONATO AGRÍCOLA À ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CASTANHAL: O QUE A HISTÓRIA DO CURRÍCULO REVELA SOBRE AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO CURRÍCULO DE UMA INST. DE ENSINO TÉCNICO?
INST.	UFPA
ORIEN.	GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA JOSENILDA MARIA MAUÉS DA SILVA
BANCA	IRMA RIZZINI MARIA ANTONIA CARDOSO DO NASCIMENTO PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA CORRÊA RONALDO MARCOS DE LIMA ARAÚJO
ANO	2007

AUTOR	ANA MARIA LEITE LOBATO
TÍTULO	RE-CONTANDO A HISTÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM MARCHA DE 1967 A 1979
INST.	UFC
ORIEN.	FRANCISCO ARI DE ANDRADE
BANCA	RUI MARTINHO RODRIGUES JOSE ALBIO MOREIRA DE SALES
ANO	2012
AUTOR	ELINILZE GUEDES THEODORO.
TÍTULO	ESCOLHA PROFISSIONAL DE ADOLESCENTES EM CARREIRAS TÉCNICAS NO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	JUSTINO DE SOUZA JUNIOR IVANY PINTO NASCIMENTO
ANO	2005.
AUTOR	VERÔNICA LIMA CARNEIRO
TÍTULO	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SENAI: UM ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO GERAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS CURSOS DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NO PARÁ
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	FERNANDO SELMAR ROCHA FIDALGO PAULO SERGIO DE ALMEIDA CORRÊA
ANO	2007
AUTOR	JOSÉ DO EGYPTO SOARES FILHO.
TÍTULO	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PARÁ: O OLHAR DOS EGRESSOS DO SENAI
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	FERNANDO SELMAR FIDALGO MARCOS XIMENES PONTES ROSANA MARIA OLIVEIRA GEMAQUE
ANO	2007
AUTOR	RAIMUNDA DO SOCORRO RODRIGUES.
TÍTULO	A PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA CUT/PA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTADUAL "POROROCA
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	GILMAR PEREIRA DA SILVA

ANO	2008
AUTOR	SÔNIA DE FÁTIMA RODRIGUES SANTOS.
TÍTULO	O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR: FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DO CEFET/PA.
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	CELY SOCORRO COSTA NUNES GILMAR PEREIRA DA SILVA
ANO	2008
AUTOR	ROSINEIDE DE BELÉM LOURINHO DOS SANTOS
TÍTULO	ESBOÇO DE LEONARDOS: A EXPERIÊNCIA DA FORMA INTEGRADA DE ENSINO PROFISSIONAL DO CEFET/PA.
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	GENYLTON ODILON REGO DA ROCHA MARISE NOGUEIRA RAMOS
ANO	2008
AUTOR	CRISTIANE SILVA DE ALMEIDA.
TÍTULO	A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALNO CEFET/PA
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS DALILA ANDRADE OLIVEIRA
ANO	2008
AUTOR	DEUSA DE NAZARÉ MARTINS LOBATO.
TÍTULO	DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALNO SENAI-PA
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	RAMON DE OLIVEIRA GILMAR PEREIRA DA SILVA
ANO	2010
AUTOR	MANUELA TAVARES SANTOS.
TÍTULO	A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA INTEGRAÇÃO DE SABERES NO PROEJA QUILOMBOLA NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (IFPA)- CAMPUS CASTANHAL
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO

BANCA	GILMAR PEREIRA DA SILVA MARIA CLARA BUENO FISCHER
ANO	2011
AUTOR	RODRIGO FERREIRA DE MORAES
TÍTULO	TRABALHO E EDUCAÇÃO: A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE PARAENSE DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO PARÁ.
INST.	UFPA
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO
BANCA	NEY CRISTINA MONTEIRO OLIVEIRA JAMERSON ANTÔNIO DE ALMEIDA DA SILVA
ANO	2016
AUTOR	ELINILZE GUEDES TEODORO
TÍTULO	A ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DO PARÁ E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALNO ESTADO DO PARÁ
INST.	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
ORIEN.	RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO ANA WALESKA POLLO CAMPOS MENDONÇA
BANCA	JOSÉ CARMELO BRAZ DE CARVALHO ISABEL ALICE OSWALD MONTEIRO LELIS MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO LUIZ ANTÔNIO CONSTANT RODRIGUES DA CUNHA PAULO FERNANDO CARNEIRO DE ANDRADE.
ANO	2010

Fonte: CAPES

*INST. - Instituição.

**ORIE. - Orientação

ANEXO B - QUADRO DOS PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DE BANCA

PROFESSOR	ORIENTADOR	BANCA
RONALDO MARCOS DE LIMA ARAUJO	16	01
GILMAR PEREIRA DA SILVA	02	07
GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA	02	03
ANTONIA DE ABREU SOUSA	01	00
ELENILCE GOMES DE OLIVEIRA	01	01
ELIANE DAYSE PONTES FURTADO	01	01
FRANCISCO ARI DE ANDRADE	01	00
JOSE GERARDO VASCONCELOS	01	00
JOSENILDA MARIA MAUÉS DA SILVA	01	00
KATIA REGINA RODRIGUES LIMA	01	01
MARIA REGINA FILGUEIRAS ANTONIAZZI	01	00
NILDA DE OLIVEIRA BENTES	01	00
RAIMUNDO ELMO DE P. VASCONCELOS JUNIOR	01	00
ANA WALESKA POLLO CAMPOS MENDONÇA	01	00
NEY CRISTINA MONTEIRO DE OLIVEIRA	00	04
IVANILDE APOLUCENO DE OLIVEIRA	00	02
RUI MARTINHO RODRIGUES	00	02
SANDRA MARIA GADELHA DE CARVALHO	00	02
TANIA SERRA AZUL MACHADO BEZERRA	00	02
CELLINA RODRIGUES MUNIZ	00	01
DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES	00	01

ENÉAS ARRAIS NETO	00	02
MARISE NOGUEIRA RAMOS	00	03
OTAVIO JOSE LEMOS COSTA	00	01
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA	00	01
JOSE ROGERIO SANTANA	00	01
FRANCISCO JOSÉ LIMA SALES	00	01
CESAR AUGUSTO CASTRO	00	01
MARIA JOSEFA DE SOUZA TAVORA	00	01
LUCÍLIA REGINA DE SOUZA MACHADO	00	01
IRMA RIZZINI	00	01
MARIA ANTONIA CARDOSO DO NASCIMENTO	00	01
PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA CORRÊA	00	02
JOSE ALBIO MOREIRA DE SALES	00	01
GAUDÊNCIO FRIGOTTO	00	01
SANDRA MARIA MARINHO SIQUEIRA	00	01
RAMON DE OLIVEIRA	00	02
ISABEL ALICE OSWALD MONTEIRO LELIS	00	01
MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO	00	01
LUIZ ANTÔNIO C. RODRIGUES DA CUNHA	00	01
PAULO FERNANDO CARNEIRO DE ANDRADE	00	01
MARIA CLARA BUENO FISCHER	00	01
TEREZINHA FÁTIMA A. MONTEIRO DOS SANTOS	00	01
DALILA ANDRADE OLIVEIRA	00	01
CELY SOCORRO COSTA NUNES	00	01

FERNANDO SELMAR ROCHA FIDALGO	00	02
MARCOS XIMENES PONTES	00	01
ROSANA MARIA OLIVEIRA GEMAQUE	00	01
JUSTINO DE SOUZA JUNIOR	00	01
IVANY PINTO NASCIMENTO	00	01

Fonte: CAPES

ANEXO C – QUADRO DO PLANO DE METAS

Meta01	Energia Elétrica
Meta02	Energia Nuclear
Meta03	Carvão Mineral
Meta 04	Produção e Refinação de Petróleo
Meta 05	Produção e Refinação de Petróleo
Meta 06	Ferrovias (reaparelhamento)
Meta 07	Ferrovias (construção)
Meta 08	Rodovias (pavimentação e construção)
Meta 09	Rodovias (pavimentação e construção)
Meta 10	Portos e Dragagens
Meta 11	Marinha Mercante
Meta 12	Transporte Aeroviário
Meta 13	Produção de Trigo
Meta 14	Armazéns e Silos
Meta 15	Armazéns Frigoríficos
Meta 16	Matadouros industriais
Meta 17	Mecanização da agricultura
Meta 18	Fertilizantes
Meta 19	Siderurgia
Meta 20	Alumínio
Meta 21	Metais não ferrosos
Meta 22	Cimento

Meta 23	Álcali
Meta 24	Papel e celulose
Meta 25	Borracha
Meta 26	Exportação de minérios de ferro
Meta 27	Indústria automobilística
Meta 28	Construção Naval
Meta 29	Indústria de material elétrico pesado e de mecânica pesada
Meta 30	Formação de Pessoal Técnico

Fonte: Brasil (1958)

ANEXO D - DESPESA DO GOVERNO DO PARÁ COM EDUCAÇÃO EM 1956

	P. FIXO	P. VARIÁVEL	M. PERMANENTE	M. DE CONSUMO	DESPESAS DIVERSAS	TOTAL
FAC. DE ODONTOLOGIA	666,300,00	-	-	33,813,60	17,700,00	51,513,60
ESC. DE ENGENHARIA	788,721,10	-		28,401,00	3,000,00	820,122,10
I. LAURO SODRÉ	536,328,40	1.450,565,30	461,155,60	5.091,310,20	70,051,70	7.609,411,20
ORF. ANTÔNIO LEMOS	207,000,00	396,000,00	148,435,00	3.832,894,40	737,000,00	5.321,329,40
ESC. DE COMÉRCIO DE SANTARÉM	-	100,000,00	-	24,000,00	3,600,00	127,600,00
COLÉGIO GENTIL BITTENCOURT	124,350,00	703,245,00	92,882,00	1.711,454,20	18,000,00	2.649,931,00
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ	1.449,972,80	542,103,00	39,300,00	50,204,60	34,699,40	2.116,279,80
COLÉGIO ESTADUAL PAES DE CARVALHO	1.331,670,80	1.666,329,00	254,000,00	93,747,10	28,000,00	3.373,746,90
CONSERVATÓRIO CARLOS GOMES	482,849,50	-	-	6,584,50	23,475,00	512,909,00
ENSINO PRIMÁRIO	41.842,662,00	148,442,00	372,896,50	1.595,448,00	514,000,00	44.473,448,50
INTERNATO RURAL DE ARARIUNA	-	-	-	-	722,076,00	722,076,00
TOTAL						67.778,367,50

Para (1957b) Orçamento fixado para 1955 pela lei nº 914 de 10/12/1955, prorrogado para 1956.

*P - Pessoal

** M – Material

ANEXO E - DESPESA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ EM 1956

	P. FIXO	P. VARIÁVEL	M. PERMANENTE	M.DE CONSUMO	DESPESAS DIVERSAS
VALOR DESTINADO	595,620,00	1.366,500,00	1.075,000,00	3.649,600,00	67,600,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR	-	133,500,00	493,500,00	344,400,00	11,000,00
ORÇAMENTO RETIFICADO	595,620,00	1,500,00	581,500,00	3.944,000,00	78,600,00
CRÉDITO SUPLEMENTAR	-	-	-	1.345,000,00	-
CRÉDITO ESPECIAL	-	-	-	1,562,00	-
TOTAL	595,620,00	1.500,000,00	581,500,00	5.340,562,00	78,600,00
REALIZADO	536,328,40	1.450,565,30	461,155,60	5.091,310,20	70,051,70
SALDO	59,291,60	49,434,70	120,344,40	249,252,80	8,548,30

Fonte: Para (1957b) Orçamento fixado para 1955 pela lei nº 914 de 10/12/1955, prorrogado para 1956.

*P- Pessoal

** M - Material

ANEXO F - DESPESA DO GOVERNO DO PARÁ EM 1956

DESTINO	VALOR
Secr. de Estado de Educação e Cultura	71.077,407,00
Secr. de Estado de Obras, Terras e Viação	22.626,124,00
Secr. de Estado de Saúde Pública	51.748,250,00
Secr. de Estado de Produção	14.272,056,00
Secr. de Estado de Finanças	22.862,233,00
Secr. de Estado de Interior de Justiça	37.838,706,00
Secr. de Estado de Governo	7.710,087,00
Executivo	1.271,217,00
Tribunal de Contas	2.547,536,00
P. Judiciário	13.561,061,00
P. Legislativo	12.911,469,00
TOTAL	258.426.146,00

Fonte: Pará (1956)

ANEXO G - RECEITA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ EM 1958

OFICINA	ESTADO	PARTICULARES	INS. L.SODRÉ	TOTAL
FERRARIA	14.405,00	-	1.650,00	16.055,00
MARCENARIAE CARPINTARIA	377.374,00	131.026,00	31.015,20	539.415,20
TIPOGRAFIA	1.846,00	2.510,00	-	4.356,00
ENCADERNAÇÃO	-	370,00	5.148,00	5.518,00
VINARIA	-	14.510,00	150,00	14.660,00
ALFAIATARIA	-	-	495.550,00	495.550,00
LATOARIA	-	-	72.447,00	72.447,00
SAPATARIA	-	-	209.870,00	209.870,00
TOTAL	393.625,00	148.416,00	815.830,20	1.352,371,20

Fonte: Para (1957b)



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra, s/n – Telégrafo
66113-200 Belém-PA